FABIANA MATHIAS RONCATTO

A FERRO E FOGO: SIMBOLOGIA NA MARCAÇÃO DO GADO NOS CAMPOS DE PALMAS: 1887 – 1938.

IRATI – PR.

2022

FABIANA MATHIAS RONCATTO

A FERRO E FOGO: SIMBOLOGIA NA MARCAÇÃO DO GADO NOS CAMPOS DE PALMAS: 1887 – 1938.

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História, Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração "História e Regiões", da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO-PR.

Orientador: Prof. Dr. Oséias de Oliveira.
Linha de Pesquisa: Espaços de Práticas e Relações de Poder

IRATI – PR.
2022

Catalogação na Publicação
Rede de Bibliotecas da Unicentro

R769f

Roncatto, Fabiana Mathias
A ferro e fogo: simbologia na marcação do gado nos campos de Palmas: 1887 – 1938 / Fabiana Mathias Roncatto. – – Irati, 2022.
xi, 115 f. : il. ; 28 cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração em História e Regiões, 2022.

Orientador: Oseias de Oliveira
Banca examinadora: Oseias de Oliveira, Ironita Adenir Policarpo Machado, Ancelmo Schorner

Bibliografia

1. Marcação do gado. 2. Região. 3. Campos de Palmas. I. Título. II. Programa de Pós-Graduação em História.

CDD 981

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE/UNICENTRO
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPESP
Programa de Pós-Graduação em História – PPGH
Área de Concentração – História e Regiões

TERMO DE APROVAÇÃO

Fabiana Mathias Roncatto

A Ferro e Fogo: simbologia na marcação do gado nos Campos de Palmas: 1887 – 1938

Dissertação aprovada em 17/03/2022, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre, no Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração em História e Regiões, linha de pesquisa Espaços de Práticas e Relações de Poder, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, pela seguinte Banca Examinadora:

Drª. Ironita Adenir Policarpo Machado
Universidade de Passo Fundo
Titular

Dr. Ancelmo Schörner
Universidade Estadual do Centro-Oeste
Titular

Dr. Oseias de Oliveira
Universidade Estadual do Centro-Oeste
Orientador e Presidente da Banca Examinadora

Irati – PR
2022

Impresso com recursos públicos por cavar na UNICENTRO

AGRADECIMENTOS

Ao final dessa dissertação, pude perceber o quanto minha família, amigos e professores foram importantes no processo de levantamentos de fontes, idas e vindas para Irati, analise e escrita do trabalho. Sem eles nada disso seria possível. Antes mesmo de agradecer um por um, gostaria de agradecer a Deus e ao plano espiritual que proporcionaram que eu estivesse nesse plano para concluir essa missão e honrar com a jornada a mim destinada antes mesmo da reencarnação. Não foi uma tarefa fácil, tive altos e baixos, idas e vindas, mas a fé inabalável me trouxe até o encerramento dessa pesquisa. Agradeço a oportunidade de aprimoramento e crescimento tanto pessoal como profissional.

Aos meus pais eu agradeço pela vida e por sempre estarem ao meu lado apoiando e fazendo o possível para que fosse cada vez mais longe. Pai agradeço pela ajuda financeira, pelas viagens que fez comigo, pela ida a Palmas para levantamento de fontes, pelas vezes que me deixou em Irati com o coração apertado, por ir quase que imediatamente me buscar quando percebeu que já estava na hora de voltar para casa, quando a depressão e o esgotamento mental tomavam conta de mim, o senhor surgiu e me amparou como sempre. Só tenho a agradecer por tudo. Mãe, minha vida sem a senhora eu não seria nada, agradeço por cada incentivo, por cada livro que comprou e me ajudou a compreender, por me incentivar a entrar no curso de pós graduação stricto sensu quando o medo e a insegurança tomavam conta de seu ser; agradeço pela ajuda financeira, pelas comidas e compras que fazia e me mandava quando estava sozinha e desamparada em Irati, agradeço pelas conversas a distância e por me ensinar a fazer comida via telefone, agradeço por perceber quando eu não estava mais bem e fazer o possível para me levar de novo para casa, agradeço pelas vezes que me buscava na rodoviária cedo e pelas guloseimas que sempre me recebia, agradeço por tudo mãe. Pai e mãe agradeço por me permitirem crescer e aprender a viver um pouquinho sem os senhores, isso foi muito importante pois percebi o quanto preciso de vocês. Amo vocês para todo o sempre.

As minhas irmãs, Fernanda e Flaviana agradeço pela compreensão e força durante todo o período de pesquisa e conclusão, agradeço pelas horas de conversas e pela ajuda emocional que foi muito importante, agradeço pela companhia via celular quando não podia se fazer presente, agradeço por tudo e principalmente por serem as melhores irmãs que pude ter. Ao meu cunhado, Eder agradeço por me levar e buscar inúmeras vezes em Irati, agradeço por me alegrar com seu jeito animado e por estar presente desde o início dessa pesquisa. Aos meus avós, Leonilda, Noé e Adolphina agradeço pelos pães, pelo micro-ondas, chás e orações que fizeram; sem isso não teria sobrevivido em Irati.

Aos amigos que não citarei nomes pois são muitos e não quero correr o risco de esquecer algum, agradeço por acreditarem em mim, por entenderem minha ausência em muitos encontros, por incentivarem desde o início e por jamais me deixarem de lado mesmo eu não estando presente fisicamente. Aos meus professores Marcio e José Lucio em especial ao “Zé” como carinhosamente o chamava durante a graduação, agradeço pelo incentivo e por estarem sempre puxando minha orelha para iniciar os estudos e pesquisas, agradeço pelas correções e pelas conversas quando em momentos de desespero eu não sabia o que fazer e pensava em desistir. Agradeço a Zé, por me apresentar a fonte principal dessa pesquisa e por confiar que em minhas mãos elas seriam levadas a sério, agradeço pelas conversas e por sua calma que foram essenciais em muitos momentos.

Não esquecendo, agradeço imensamente meu orientador Oseias de Oliveira que desde o início não mediu esforços para me ajudar a organizar, escrever, entender e corrigir essa pesquisa, agradeço por todas as horas de reuniões e conversas em sua sala do PPGH, agradeço pela paciência, pois sei que não foi fácil, agradeço principalmente por não desistir de mim e nem dessa pesquisa, agradeço pela amizade e pelo profissionalismo exemplar. Agradeço ao Instituto Federal do Paraná – Campus de Palmas por permitirem meu livre acesso nas fontes, sem vocês nada disso seria possível. Ao fim, agradeço a todos os envolvidos diretamente e indiretamente nessa pesquisa. Sou grata por tudo.

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo analisar as marcas dos criadores de gado contidas no *Livro de Registros da Câmara Municipal de Palmas – Paraná*, entre os anos de 1887 a 1938. Ligada a cultura de marcação como em outras civilizações, os proprietários de terras buscavam identificar os animais que lhe pertenciam, circunscrevendo em seu couro, o desenho individual cunhado em uma barra de ferro produzindo representações capazes de remeter a um imaginário de violência e/ou poder simbólico exercido na região Centro- Sul do estado do Paraná. A historiografia brasileira já abordou o assunto intensamente, todavia, voltada a região norte do Brasil; na região sul do país não há informações suficientes ficando restrito a um contexto geral, a criação do gado. A maioria das obras historiográficas reproduziram as marcas sob um aspecto visual; remetendo a trajetória de proprietários locais, famílias tradicionais que optaram pela continuidade da cultura de marcação. Alguns autores nordestinos destacaram intensamente as marcas de gado e seu uso no cotidiano, produzindo fontes de extrema importância para a História. Assim, com o uso metodológico da análise de fontes escritas, explorou-se documentos problematizando a discussão da região que não se encontrava com suas delimitações definidas. Marcados a ferro e fogo, a disseminação dessa cultura envolta em uma relação de domínio determinou um modelo de vida e economia nos Campos de Palmas, conservado no imaginário popular e na historiografia.

PALAVRAS- CHAVES: Marcação do gado; Região; Campos de Palmas.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the brandings of cattle breeders, contained in the *Book of Records of the City Council of Palmas – Paraná*, between the years 1887 to 1938. When it comes to to the culture of branding, as in other civilizations, landowners sought to identify their animals circumscribing on their hides a unique design coined on an iron bar, and so creating representations capable of referring to an imaginary scenario of violence and / or symbolic power exerted in the South-Center region in the State of Paraná. The Brazilian historiography has already approached the subject intensely, however, focusing on the northern region of Brazil. In the south, there is little information about the matter, being restrict for just one context - the cattle raising. Most historiographical productions have reproduced the brandings as a visual aspect; relating it to the trajectories of local landlords, traditional families that chose to continue the culture of branding. Some northeastern authors intensively highlighted the brands of cattle and their use in daily life, producing sources of extreme importance for History. Thus, with the methodological use of the analysis of written sources, these documents were explored, problematizing the discussion about the region that didn't have its boundaries defined Branded with iron and fire, the spread of this culture wrapped in a dominant relationship determined a model of life and economy in Campos de Palmas, preserved in the popular imaginary and in historiography.

KEY-WORDS: Livestock branding; Region, Campos de Palmas.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul.....32
Mapa 2 - Campos de Palmas de 1843 36
Mapa 3- Território contestado na Questão de Palmas 1890-1895 40
Mapa 4 - Região do Contestado 1901- 1916 44

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Levantamento de fazendas e demais propriedades nos anos de maior registro. 64
Tabela 2- Levantamento de alguns proprietários de terras palmenses e suas respectivas propriedades. 65

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1- Representação em aquarela de um campeiro 71
Imagem 2- Representação de domadores de animais 72
Imagem 3- Representação de laçadores em campo. 73
Imagem 4- Representação de uma marcação com ferro. 74
Imagem 5- Representação de uma comitiva de tropeiros 76
Imagem 6- Representação de um estilo de cerca sertaneja. 81
Imagem 7- Marcas de gado palmense dos anos 1924 e 1938. 81
Imagem 8- Representação de castração de um bovino. 83
Imagem 9- Representação Tebana de uma marcação do gado, datando 2000 a.C. 87
Imagem 10 - Representação das marcas utilizadas pelos Kadiwéus. 88
Imagem 11 - Imagem do registro da marca de Napoleão Marcondes de França. 90
Imagem 12 - Imagem do registro da marca do Major Arlindo Silveira.....91
Imagem 13 - Imagem do registro da marca do Tenente Pedro Ferreira Pinto 92
Imagem 14- Imagem do registro da marca do Tenente Luiz Lustoza de Souza Menezes. 92
Imagem 15 - Imagem do registro da marca de Antônio Ferreira Pacheco. 93
Imagem 16 - Imagem do registro da marca da família Araújo Pimpão.....93

Imagem 17 - Imagem do registro da marca da família Marcondes Pimpão.....94
Imagem 18 - Imagem do registro das marcas de Antonio de Faria filho e Maria Francisca de Belém.....95
Imagem 19 - Imagem do registro das marcas do Capitão Pedro de Sá Ribas.....96
Imagem 20 - Imagem do registro das marcas do Capitão Alípio José do Nascimento e sua mãe. 96
Imagem 21- Imagem do registro da marca de Terêncio e de Pedro Ferreira.....97
Imagem 22 - Imagem do registro das marcas do Tenente Coronel José Joaquim e de seu genro Manuel Pimpão. 98
Imagem 23- Imagem do registro das marcas de Salomão Carneiro e Anna Joaquina. ...99
Imagem 24 - Imagem do registro das marcas de Vicente Ferraz de Camargo e filhos..100
Imagem 25- Imagem do registro da marca de Odorico Hermeterio de Camargo. 100
Imagem 26 - Imagem do registro da marca de Diogo Araújo Bello e João de Araújo Pimpão. 101
Imagem 27- Imagem do registro da marca de Avelino Lucchesi e Firmina Alves Macedo. 102
Imagem 28- do registro da marca de Felipe Saldanha Varela, Guilherme Ecks e Francisco Ferreira dos Santos.....103
Imagem 29- Imagem da sede da Fazenda Lagoa – 1893. 104
Imagem 30 - Imagem da Fazenda São Joaquim e sua marca de gado. 105
Imagem 31- Imagem do Coronel Vivida. 105
Imagem 32 - Imagem da sede da fazenda e da família Marcondes Pimpão. 106
Imagem 33 - Imagem da Fazenda Floresta. 107
Imagem 34 - Imagem da Fazenda Santo Antonio 107

SUMÁRIO

LISTA DE MAPAS 9
LISTA DE TABELAS 9
LISTA DE ILUSTRAÇÕES 9
Introdução 12
CAPÍTULO 01 21
1.1 Contextualizando o território. 21
1.2 Um debate teórico sobre espaço, regiões e territórios 22
1.2.1 *Os Campos de Palmas – Paraná – 1887 – 1938* 31
1.3 Estruturação de uma sociedade pastoril 38
1.4 Região de inúmeros conflitos: A terra vale mais que ouro 39
1.5 Re ocupação de uma terra sem leis e com poucos donos 46
CAPÍTULO 02 51
2.1 Sociedade campeira 51
2.2 Descrições geral das fazendas: Organização e estruturação 58
2.3 A lida é grande e brava: Os sujeitos e suas profissões na lida com o gado 68
2.4 Economia pastoril: da marcação ao comércio 77
CAPÍTULO 03 86
3.1 Origem e composição da cultura de marcação 86
3.2 As marcas dos Campos de Palmas – Paraná. 89
3.3 As principais fazendas e seus respectivos donos. 104
Fontes impressas 110
Referencias 110

INTRODUÇÃO

O principal objetivo desta dissertação é apresentar uma análise sobre como se desenvolveu e se disseminou a cultura de marcação do gado no território que entre os séculos XIX e XX era conhecida como Campos de Palmas[1] devido a sua extensão de terras e descampados com vegetação rica em gramíneas e pastagens para o gado, favorecendo não somente a expansão de propriedades ganadeiras como também o surgimento de uma sociedade tipicamente tradicionalista estruturada nos modelos patriarcais dos referidos séculos. Será enfatizado também como se deu a colonização e o povoamento dessa região através da luta pela terra e a posse da mesma, por grandes proprietários de terras oriundos não somente do Paraná como de demais regiões do sul do Brasil.

Na busca por material acadêmico, foi possível encontrar trabalhos dedicados a estética da marcação do gado e a sua funcionalidade enquanto desenho de uma propriedade. A questão histórica, origem e composição dos símbolos é apresentada, mas não com uma análise profunda do desenvolvimento da região em que estão inseridas. Logo, as produções existentes apresentam um lado mais artístico, que unido ao histórico facilita a disseminação da cultura de marcação, salientando que não é algo somente regional.

O recorte temporal estabelecido para a dissertação define-se entre o final do século XIX e início do século XX: mais precisamente entre os anos de 1887 a 1938, período em que foi possível fazer um levantamento das marcas através do livro de registros da Câmara Municipal. Transcorre um intervalo de tempo entre os anos mencionados, ao passo que não há uma linha cronológica, ou seja, a intensidade varia consideravelmente de ano para ano, com maior ou menor o índice de registro de marcas. O motivo para essa oscilação possui várias respostas já que muitas foram repassadas aos herdeiros tempos depois do registro primário, outros continuaram a utilizar os registros do pai, tio, avô e irmão sem mencionar na Câmara

---

1 No período estudado não havia ocorrido a separação do território em cidades, toda a extensão dos Campos de Palmas era praticamente povoada por povos nativos e fazendeiros que vieram tentar a vida nessa região ou pequenos colonos e imigrantes que ao ficarem sabendo da notícia da descoberta dos Campos de Palmas rumaram para a região a própria sorte. Tempos mais tarde que irá ocorrer a divisão primeiramente através de povoados e vilas que hoje compõem a região com cidades bem desenvolvidas com o caso de Pato Branco, Francisco Beltrão e Chapecó. Este último após a Guerra do Contestado passou a pertencer ao estado de Santa Catarina. Um fato interessante sobre a última cidade é a questão do índio Condá, sujeito palmense que após ajudar os colonizadores na conquista dos povos nativos na região de Palmas, se refugiou onde hoje é a cidade de Chapecó sendo este o motivo de muitos monumentos e principalmente a história do município fazer menção a ele.

Municipal a alteração do proprietário para que então ocorresse a mudança de algum detalhe da marca original.

Percebe-se através da análise das fontes que o maior número de registros ocorreu em 1887, período que a região passava pelo auge da indústria ganadeira[2]e a firmação de posse de determinado sujeito, seja de animais ou de terras se fazia presente na sociedade, tornando aqueles que possuíam uma marca registrada os donos da região. Só neste ano, em média ocorreu de 150 a 200 registros de marcas por parte dos criadores palmenses. Já nos anos de 1895 e 1896 os registros não passaram de cinco, notando-se uma queda brusca; porém uma recuperação considerável logo em 1909.

O enfraquecimento dessa indústria por um breve período de tempo, a questão da invernagem, dos conflitos que permearam a região, também são fatores que agregaram na redução dos registros das marcas. É visível que a imprecisão de um local definitivo para a sede da vila de Palmas, contribuiu para que muitos proprietários se retirassem da região, permeados pela estagnação da sociedade e a baixa lucratividade que havia tomado conta do território por um breve intervalo de tempo. Com o estabelecimento da indústria ganadeira e o local definido para a sede, muitos retornam, outros preferem enviar apenas tropas de animais para serem criados na região sem manter novamente aquele envolvimento com a terra que anos antes era disputada e possuía grande prestigio regional.

A tradição da utilização das marcas para ferrar o gado enquanto propriedade ficam impressas no couro, e com o tempo produzirá uma cicatriz que passa a fazer parte do animal como se estivesse sempre ali; sendo uma marca nascença, reproduzindo um significado que vai além dessa resposta natural. Conserva uma referência cultural de milênios com seus diversos significados de nação em nação. Os valores atribuídos aos sinais idênticos ou não, caracterizam não somente uma sociedade local, mas sim, uma cultura tipicamente sertaneja, cabocla e interiorana. O recorte espacial, tomou por partida o território que compreende uma região mais ao interior do estado do Paraná, que com seus enormes descampados disseminou por muito tempo a cultura de “ferrar” nas suas propriedades ganadeiras.

---

[2] Termo utilizado para representar a pecuária. Refere-se neste trabalho ao gado de corte criado em grandes extensões de terras; podendo ser do tipo vacum, cavalar ou muar. A definição é bastante utilizada na região Sul para representar uma sociedade que tem a maior parte de sua economia voltada para a criação de animais de grande porte.

Virgílio Maia (2004) apresenta o ato de marcação como um instrumento, conhecido tanto como ferro ou como marca individual de uso na propriedade ou não, e que serve para a utilização dos criadores de animais ajudando-os a identificar suas reses em qualquer lugar. Por sua vez, o animal carregará sua marca impressa no couro até o momento do abate ou da venda. As marcas precisam ter um desenho inicial que sirva como uma espécie de base para o desenvolvimento e/ou continuidade da marca, em caso de utilização pelos demais membros da família[3]. Para a diferenciação entre marca de pai e filho é acrescentado ou retirado algo da marca inicial, se o herdeiro optar pela não utilização da marca do pai, ele pode criar e registrar a sua própria e passar a marcar seus animais.

Ariano Suassuna (1974) e Gustavo Barroso (1962) são outros dois autores no âmbito de estudos relacionados ao meio rural e a cultura da marcação. Fazem menção que, ao acrescentar algum elemento novo a marca já registrada ocorre o que chamamos de heráldica sertaneja, ou seja, é a arte ou o processo de descrever e ler determinado símbolos como por exemplo os dos brasões de famílias ou tribos. No quesito Heráldica sertaneja faz menção a análise e estudo das marcas de ferro utilizadas para marcação de animais humanos e não humanos presentes também no Brasil.[4]

Essa heráldica típica dos sertões, dos interiores brasileiros ligam-se umas às outras, fazendo com que esse processo atinja também as famílias envolvidas. Feita a escolha dos desenhos que irá compor as marcas, ela é então desenhada a mão por um membro da família, ou pelo próprio artesão que irá confecciona-la e molda-la no ferro. Normalmente esse profissional, o ferreiro, é aquele sujeito que possui uma pequena oficina atrás de sua residência, ou em um local mais afastado do ‘centro’ da cidade. Esse oficio assim como aquele que envolve a marcação e a lida com gado, é herdado do pai, do avô ou de algum parente mais próximo.

Confeccionada a marca do proprietário, o artesão imediatamente a esquenta e a coloca contra um pedaço de madeira para verificar se não contém nenhuma falha ou traço que possa comprometer a marcação no próprio couro do animal. Concluída essa etapa, o dono da referida marca já pode, juntamente com a mesma, se dirigir até a Câmara Municipal para dar

---

[3] Também conhecido como caixão, é uma espécie de molde, de base que servirá como modelo para a criação de novas marcas, quando há a transferência de pai para filho, ou de família por exemplo.

4 Termo criado e utilizado por Ariano Suassuna pela primeira vez para essa designação.

sequência no registro de posse. Até o ano de 1939[5] não havia nenhuma lei, em âmbito nacional, que tornasse de uso obrigatório o registro das marcas. Porquanto, alguns decretos provinciais e municipais firmavam o ato de registar e marcar, como um costume de região para região. Esse ato cultural se espalhou de norte a sul no Brasil e a tendência de posse foi se firmando ano após ano.

Feito os procedimentos burocráticos é hora de levar a marca para a propriedade e colocá-la em prática, os campeiros (peões) juntamente com os laçadores, localizam os animais e os laçam um por um, que após cair no chão é amarrado para ser marcado. Outro homem desempenha a parte que consiste em esquentar o ferro em brasa e o colocar sobre a pele do animal, enquanto outros mantém o gado imobilizado; feito isso soltam o bicho que rapidamente volta para o pasto, sendo monitorado de vez em quando para verificação da cicatrização. Esse processo conforme já mencionado por Saint- Hilaire (1853); Machado (2015); Wachovicz (1987); Maia (2004) entre outros; é realizado no período mais frio da região Sul do Brasil, por volta do mês de maio até mais ou menos setembro. A cicatrização é um processo lento, e com as baixas temperaturas entre esses meses não há o indício de bicheiras nas feridas que foram causadas pelo contato do ferro quente com a pele do animal. Se marcado no verão, o cuidado aumenta, pois neste período quente há uma grande quantidade de moscas que acabam por proliferar as bicheiras nas feridas. Os indivíduos responsáveis pela função, optam pela estação mais fria já que diminui a lida do dia a dia; sobrando mais tempo para as famosas ‘festas’.

Porquê? A resposta é um tanto curiosa, Barroso (1962) explica com maestria, ao dizer que as festas eram realizadas com danças, músicas, muita comida e que geralmente os peões convidavam seus familiares para presenciarem o ato, visto por uns como crueldade ao animal e por outros, no caso os caboclos e sertanejos, como uma verdadeira festa digna de comemoração. Em meados de 1887 até mais ou menos 1910, essas festas de apartação eram comuns, já que as demarcações territoriais nos Campos de Palmas eram escassas; e no momento da separação do gado demandavam um número maior de pessoas e proprietários para reconhecimento de suas reses. Após esses anos, o uso de cercas tornou-se mais

5 A Partir do dia 29 de março de 1939 ficava revogada o Decreto – Lei número 1.176 onde previa então como obrigatório o uso da marca a ferro quente no animal de grande porte, existindo áreas para a referida marcação já que se aproveitava quase tudo do animal tanto no comércio interno e externo. Ver mais em: **Câmara dos Deputados. Legislação,** disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1176-29-marco-1939-349188-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 de novembro de 2019.

frequente, facilitando a separação e a marcação dos animais; logo as festas caíram em desuso, ficando este ato mais restrito a cada propriedade.

É por meio dessa cultura de marcação, desses atos cruéis visto pelos que estão fora do meio rural que podemos perceber e levantar uma gama enorme de possibilidades de estudos e reflexões pautados no referido assunto. Ora, atribuindo valor ao homem do sertão, do interior, de regiões afastadas dos grandes centros urbanos notamos que a dor e a cicatriz na pele do animal causado pelo ferro esquentado em brasa vão muito além de uma mera marca ou ato, ela demonstra toda uma cultura herdada de muitos anos. A marcação não somente no animal, como no humano representa uma posse, uma propriedade oriunda muitas vezes de um poder simbólico existente em uma dada região ou território, mostrando que não é apenas uma mera representação de desenhos e poder. Mas sim, uma cultura muito forte e disseminada por todo o mundo, desde os povos egípcios, passando pelos fenícios, romanos até chegarem nos portugueses, os principais responsáveis pela introdução não somente das marcas como dos primeiros animais do tipo vacum na região brasileira e que, consecutivamente, foram abrindo estradas e localidades ao passo que se dirigiam cada vez mais para os interiores brasileiros.

Particularmente, o desejo e a paixão pelo estudo das marcas de ferrar o gado surgiu quando estava visitando uma propriedade rural junto ao professor José Lucio da Silva Machado (2015) na cidade de Clevelândia, Paraná que ainda preserva muitos aspectos históricos referente ao período escravista da região, estávamos em meio a lavoura de soja registrando um pequeno cemitério de escravos, quando o professor levantou a hipótese de trabalho com as marcas de gado nos Campos de Palmas, local vizinho a Clevelândia e que os registros históricos as consideram cidades gêmeas. De imediato não demonstrei muito interesse, mas após o retorno e a busca rápida na internet o gosto e a curiosidade foi aumentando até que por fim decidi levar adiante essa pesquisa.

O professor José Lucio então mencionou os acervos o Instituto Federal do Paraná, campus de Palmas, onde havia o Livro 01 de Registros e Marcas de Criadores de Animais nos referidos anos aos quais propus esta dissertação. Realizado o contato visual com a fonte primária, não tive dúvidas, e o gosto pela marcação do gado foi aumentando consideravelmente. Encontrei algumas dificuldades pelo caminho, já que na região Sul do Brasil o assunto não é muito divulgado e estudado. A maior parte do referencial teórico de que utilizo neste trabalho, é oriundo da região Norte; assumida a responsabilidade, comecei a pesquisar mais a fundo e a me inteirar mais no universo das marcações ao passo que quanto

mais pesquisava e presenciava mais me encantava e sentia que aquilo que fazia bem e eu gostava de pesquisar.

A busca por autores que trabalham o assunto foi cansativa e incessante, por ter poucas obras publicadas e de fácil acesso, mas indo conforme um professor do programa de Pós Graduação sempre me disse: a foice e facão desbravando mata fechada, encontrei obras valiosíssimas como por exemplo, Gustavo Barroso em *Terra de Sol*, Virgílio Maia em *Rudes Brasões,* Aderaldo de Medeiros com seu livro, *Tradições Ruralistas: marcas de gado, experiências, clima e outras históricas*[6]. Além de outras obras como de Ariano Suassuna[7], a qual tive que solicitar autorização na Biblioteca Nacional devido ao uso de imagem já que a obra não possui mais exemplares a venda e os que estão em circulação ninguém sabe por onde andam devido ao seu enorme valor histórico e literário. Ainda assim, deixo claro a dificuldade e a escassez de estudos nessa área tão rica e interessante dos sertões brasileiros.

É por intermédio dessa dissertação que pretendo incentivar novos estudos nesse meio e nessa área para que assim como eu, outros estudiosos e pesquisadores desenvolvam e mostrem para a sociedade o peso e a grandiosidade que a cultura de marcação carrega consigo. Mostrando também, o outro lado da colonização do Brasil e do interior, onde não foi somente o ciclo do ouro e do café os grandes responsáveis pelo avanço brasileiro e sim, o gado; e ainda é importante para o território, já que o mesmo além de oferecer a alimentação básica fez render uma sociedade estagnada nos moldes arcaicos. Logo, não se deve pensar que as marcações nos animais são meras impressões e sim, uma forma de expressão e afirmação de um povo esquecido e nas margens da histórica brasileira. É com essa ideia, que a dissertação aqui apresentada procura demonstrar os sentidos e os valores agregados nas marcas e seus símbolos, nos sujeitos que lidavam no dia a dia com o meio rural, na origem e expansão de uma região do estado do Paraná: os Campos de Palmas.

A pesquisa apresenta como objetivo geral compreender os elementos simbólicos utilizados por meio da marcação do gado nos Campos de Palmas entre os anos de 1887 a 1938. Surgindo então o questionamento se, essas marcas podem e devem ser consideradas

---

[6] BARROSO, Gustavo. **Terra de Sol: Natureza e Costumes do Norte.** Livraria São José, Rio de Janeiro, 5° ed., 1956; MAIA, Virgílio. **Rudes Brasões: ferro e fogo das marcas avoengas** – 2.ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004. FERREIRA, José Aderaldo de Medeiros. ***Tradições Ruralistas: marcas de gado, experiências, clima e outras históricas***. Paraíba: Universidade Federal da Paraíba, 1999.

[7] SUASSUNA, Ariano. **Ferros do Cariri: uma heráldica sertaneja.** Recife: Editora Guariba, 1974.

como organizadoras de uma estrutura local e detentoras de hábitos e vivencias típicas dos homens sertanejos palmenses?

Lembrando que não se tem por finalidade, a demonstração de uma propriedade apenas, e sim, um conjunto que ao todo compõem boa parte do livro de registro e marcas situados na Câmara Municipal de Palmas. A região era extensa e possuía nos anos pesquisados inúmeras propriedades as quais foi possível obter informações bem diversificadas. Assim, são inúmeras as fazendas na região dos Campos de Palmas, sendo fundamentais para compreendermos a composição e a ocupação do território através do ramo ganadeiro. Nesse aprofundamento e estudo da cultura de marcação, abrimos um leque de possibilidades para incitar novos conhecimentos na área pastoril, no meio rural e regional, ao qual os habitantes da região Centro- Sul do estado do Paraná estão inseridos por completo.

Por hora, a referida pesquisa baseou-se sob os objetivos específicos:

- Contextualizar as marcas e o território que as mesmas se encontram no âmbito local e regional;
- Identificar algumas das simbologias existente em algumas marcas registradas;
- Levantar quais os possíveis poderes simbólicos por de trás das referências culturais e dos limites de propriedade;
- Catalogar os valores que são atribuídos as marcas palmenses enquanto símbolos de propriedade, nobreza e territorialidade;

Ao que se refere a metodologia utilizada, foi necessário realizar um levantamento de dados para se chegar no propósito de apresentar esta pesquisa com cunho mais qualitativo, do que quantitativo; já que a procura e o encontro de fontes e materiais foi de difícil acesso. Primeiramente buscou-se realizar uma coleta de dados através de inúmeras pesquisas de cunho bibliográfico, na sequência fui até a cidade de Palmas fazer o reconhecimento e levantamento das fontes que compõem o acervo do Instituído Federal do Paraná, no tabelionato de notas e na biblioteca municipal, onde após muita insistência consegui recolher documentos como o Livro de Registro e de Marcas dos criadores palmenses, alguns inventários *post-mortem*, fragmentos de cartas enviadas entre moradores e coronéis, algumas leis e decretos além de outras fontes que aos poucos vão sendo inseridos nessa pesquisa.

Tendo caráter documental, a dissertação apresenta algumas fontes encontradas nos arquivos do Instituto Federal do Paraná – Campus de Palmas, onde por intermédio da

Instituição, em parceria com o município, houve a doação desse material histórico. Já na pesquisa bibliográfica verificamos autores locais como: Machado (2015); Wachovicz (1987); Balhana (1975); Gutierrez (1986;2004), entre outros que puderam agregar ainda mais valor e credibilidade a pesquisa.

Por fim, após recolher, analisar e ter um conhecimento maior sobre as marcas de gado; sua trajetória nos Campos de Palmas, ficou mais fácil compreender a relação dessa cultura com o meio ao qual estamos inseridos, o rural. Chamo a atenção ao fato que não devemos em hipótese alguma considerar essa cultura e as marcas que as representam como meros desenhos ou símbolos. Pois pensar assim desqualifica e os mantem as margens da história; devemos essencialmente perceber, transmitir e valorizar o que é depositado em cada marca, em cada representação de propriedade, de territorialidade numa região, no caso os Campos palmenses. Tendo isso em mente, proponho mostrar o universo do meio rural, sertão e marcação.

Finalizado mais um percurso, apresento a organização final composta em três capítulos dessa dissertação:

Capitulo 1: *Contextualizando o território:* O meio. Possui sua principal característica no território palmense em uma perspectiva mais regional, com foco primordial na organização e estruturação da sociedade palmense, conflitos que tiveram na região e que de certo modo envolvem a cultura de marcação, além do diálogo sobre espaço, território e região, baseado em teóricos da área.

Capitulo 2: *Sociedade Campeira:* O homem e o animal. Apresenta uma definição do que foi é a sociedade campeira, hierárquica, patriarcal a qual os Campos de Palmas estiveram envolvidos nos períodos estudados, traz a descrição de como se organizavam e se estruturavam as propriedades, exemplos de algumas fazendas, os sujeitos que realizavam o trabalho e suas profissões. Caracterização da indústria ganadeira palmense.

Capitulo 3: *Origem e composição da cultura de marcação:* A arte. Tem como ideia central apresentar as marcas oriundas dos Campos de Palmas, a simbologia que as mesmas carregam, analisar suas composições através de estudos como a semiótica, a finalidade de registrar e utilizar a impressão no couro do animal. Poder exercido sobre humanos e não humanos, territorialidade que expressam, quem marcar, quem remarcar, quais tipos eram marcados e porquê. Além de apresentar uma breve contextualização do uso da cultura da marcação no mundo.

Por fim, deixo em aberto ao diálogo, a importância de se estudar e aprimorar as pesquisas que envolvem o universo da marcação do gado como uma prática cultural que merece maior destaque por pertencer a nossa história, nossa trajetória, não somente no sertão como na composição e organização política e econômica da sociedade em que vivemos.

CAPÍTULO 01

1.1 Contextualizando o território.

> *"A paisagem de Palmas é larga e luminosa. Avança para o horizonte longe, longe...Não vai plana; mas por lombas e canhadas, por vales e coxilhas, por seios e regaços. [...] Não é imutável: a pelúcia verde dos campos pode transformar-se no lençol branco das geadas; às variações brandas do estio sucedem as rajadas cortantes do inverno; o cristal azul do céu pode transformar-se em foscadura de nevascas." (KÜGER, 2002, p. 3)*

Para compreendermos o posicionamento da organização dos Campos de Palmas, como uma sociedade pastoril, devemos inicialmente buscar o que já tem escrito, pesquisado e apresentado sobre a região. Por meio da produção bibliográfica, podemos levantar novos questionamentos de fontes, teorias e metodologias para o desenvolvimento de pesquisas pautadas em cima da indústria do gado. Ao mesmo tempo, se faz necessário compreender o tempo histórico, em que o fato ocorreu apresentando as fontes, com suas riquezas e subjetividades.

A História, com sua múltipla gama de estudos, oferece uma possibilidade enorme de versões e métodos para fundamentar o passado. A união da teoria, da criatividade e da técnica possibilitou, cada vez mais, que os estudos adquirissem um caráter mais científico na construção do pensamento histórico. As subdivisões da História tornaram possível o aprofundamento de questões antes negadas e colocadas as margens de estudos. A História Cultural por exemplo, ao trazer os pensamentos de Chartier nos possibilita um olhar diferenciado aos estudos das camadas mais interioranas, das regiões e sua espacialidade[8]. Bourdieu (1989), Certeau (1990), Burke, Raffestin (1993)[9], entre outros teóricos enriquecem os estudos dos espaços e suas regiões.

---

[8] CHARTIER, Roger. História Cultural: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2° ed. Editora Difel Ltda.,1988. 244p.

[9] BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989; BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução: Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012; CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertrand, 1990; RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática. 1993; CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda, 1990.

É através desses elementos que propomos apresentar nesse capítulo uma contextualização do território, região e espaço que os Campos de Palmas estão inseridos; as transformações e conflitos ocorridos entre o fim do século XIX e início do século XX. Temas bem atuais que estudados hoje, nos fazem compreendem melhor o passado do qual estamos trabalhando, Campos de Palmas, PR entre os anos de 1887 a 1938 com sua simbologia na marcação do gado e a indústria ganadeira que movimentou a região.

1.2 Um debate teórico sobre espaço, regiões e territórios

Por muito tempo as narrativas históricas ficaram presas a um tradicionalismo que visava apenas remontar as datas e os heróis do passado. Por volta de 1920, com o desencadeamento do pensamento de Bloch (2001)[10] ressalta-o que por um longo período nós historiadores ficamos presos ao que categorizou de juízes dos infernos, ou seja, aqueles que acabavam por disseminar os ultrajes e elogios aos mortos (vistos como heróis). Devido a essas afirmações, começa a surgir uma revisão de conceitos e hábitos que com o passar dos anos transforma a visão do historiador. Assim, manifesta-se ao que conhecemos por nova história capaz de suprir e alterar as técnicas metódicas antes utilizadas.

Conforme Gomes (1995)[11] o termo região deriva desde o Império Romano, quando então se utilizavam dessa terminologia para se referirem a aqueles espaços que não estavam sob seus domínios, ora também poderia representar uma centralização do poder tanto político como administrativo da era romana. Com a invasão dos povos bárbaros, o Império Romano vai sofrer grandes mudanças, pois sua política será fragmentada, descentralizando por sua vez o comando do Imperador. Mas apesar de tudo, a Igreja Católica irá manter e reforçar as questões regionalistas, através do modo hierárquico, retomando assim, o modelo Romano que antes havia sido dissolvido.

Nos séculos XIX e início do XX a Geografia, ciência responsável pelo estudo, até então, das regiões concentrava-se principalmente em duas esferas: uma regional e outra

---

[10] BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

[11] GOMES, Paulo C. da C. **O conceito de região e sua discussão**. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C.; CORRÊA, Roberto L. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995, p. 49-76.

planetária. Isto é, enquanto a regional reduzia seu campo de estudo a ‘pequenos’ espaços, a planetária buscava respostas mais amplas e abertas sob uma perspectiva mais econômica e política não desfazendo por completo a regional, mas deixando-a mais a margem dos estudos. Barros[12] apresenta que nesse período a Geografia começa a se interessar mais pelas categorias de paisagem, território e região, mais tarde os historiadores iriam se aproximar e até se apropriar dessas definições para seus próprios fins.

Tanto a História, quanto a Geografia, enfrentaram por um determinado tempo uma escassez de fontes para o desenvolvimento de pesquisas e estudos. A História mais ainda que a Geografia devido ao fato de narrar os acontecimentos heroicos e grandiosos de nossa sociedade. Ora, se fazia necessário que a história superasse esse modelo de análise e começasse a caminhar sob novos rumos e perspectivas, assim parte-se ao conceito de região apresentando variadas possibilidades de estudos e analise diferentes das quais a outra área (Geografia) vinha desenvolvendo.

> A interdisciplinaridade entre a História e a Geografia é estabelecida, entre outros aspectos, através de conceitos como “espaço”, “território”, “região”, [...]o espaço pode ser abordado como uma área indeterminada que existe previamente na materialidade física (e, neste caso, ainda não estaremos considerando as noções de ‘espaço social’, de ‘espaço imaginário’ e de ‘espaço literário’ que já foram mencionadas). [...] (BARROS, 2005, p.98).

Ainda com Barros (2005, p. 98) região é uma unidade definível no espaço, que se caracteriza por uma relativa homogeneidade interna com relação a certos critérios. Os elementos internos que dão uma identidade a região. Para Sochodolak (2010) as regiões são categorias historiográficas que vão permitir aos campos de forças uma intensidade diversificada. Constituem um conjunto de práticas sociais e simbólicas que foram tornando-se coerentes a aqueles sujeitos regionais em suas múltiplas identidades, alteridades em relação ao ambiente que vivem e por fim nas suas temporalidades[13]. Conquanto, é apenas a partir da década de 1960 em diante que irá se ter um desenvolvimento mais aprofundados das análises e trabalhos em torno das regiões, dos territórios e seus espaços não ficando limitados as definições políticas administrativas de tendência federal, estadual e regional. A diferença

---

[12] BARROS, José D´Assunção. História, região e espacialidade. **Revista de História Regional**, s/l, v. 10, p. 95-129, 2005.

13 Além dessas definições de regiões e territórios ainda se caracterizavam através de aspectos físicos como relevo, clima ou vegetação. Componentes estes que desde sempre foram os delimitadores de espaços e fronteiras nos mais variados lugares e sociedades.

entre a História e a Geografia ficou perceptível quando a primeira, submeteu o espaço em relação ao tempo. Assim Cardoso nos mostra que:

> A realidade social evocada no espaço [...] exigiria o reconhecimento de espacialidades diferenciais, cujas dimensões e significados variam, cujos limites se superpõem e se recortam, de tal modo que, num ponto qualquer do planeta, não estaremos no interior de um, mas, de diversos conjuntos espaciais definidos segundo variáveis também diversas. Regiões unívocas, definidas de uma vez para sempre, deveriam deixar-se de lado em favor de regiões operacionais de diferentes tipos, com dimensões e significados variáveis e complementares. (CARDOSO, 2005, p. 38).

Essas regiões interioranas possibilitaram ao historiador um estudo aprofundado das interações de humanos e não humanos no tempo. Assim tornou-se mais fácil as análises que interligaram as diversas identidades tradicionais dos homens. Percebemos o simbólico como um ato de pertencimento do local, onde por meio de conflitos o homem necessita se adaptar e rever suas estratégias de poderes políticos, sociais, econômicos para ou dar continuidade ou romper de vez. As regiões possuem suas historicidades, devido ao fato de haver várias divisões regionais que se modificam com o passar dos tempos. Assim, compreendemos o desenvolvimento dos sujeitos com seus saberes, saberes estes que o caracterizam ou o diferenciam dos demais indivíduos. Sendo capaz de estimular e organizar uma história tanto coletiva como individual.

Com os avanços nas áreas historiográficas embasados nas múltiplas regiões, os resultados são significativos quanto as fontes, principalmente nas orais em que os historiadores recolhiam dados e após analisa-los viam a riqueza de informações e memórias. Mas, as fontes escritas sejam selas oficiais ou não também possibilitaram aos historiadores o recolhimento e análise de dados que por muito tempo ficaram a margem da sociedade por não estarem nos maiores centros históricos.

Respaldando-se nos estudos de história e região[14], foi realizado um levantamento das práticas ruralistas embasadas nas marcações do gado na cidade de Palmas, localizada no sudoeste do Paraná entre meados dos séculos XIX e XX, alternando as relações políticas-administrativas com as socioeconômicas presentes no meio rural de uma região que para o

---

14 Base primordial do Curso de Pós- Graduação Stricto- Sensu em História da Universidade Estadual do Centro- Oeste, campus de Irati da qual faço parte e desenvolvo a pesquisa em cima dos referidos Campos de Palmas- PR.

período estudado encontrava-se afastada de qualquer centro urbano grande. No qual, o poder simbólico e as estruturas civis eram organizadas e repassadas sob as ordens e vontades dos grandes proprietários de terras. Quanto ao poder simbólico, Bourdieu nos diz que,

> Os sistemas simbólicos, como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnosiológica: o sentido imediato do mundo. [...] (1989, p.09).

Esse sentido imediato de mundo ao qual Bourdieu se refere, o poder de construção da realidade é o mesmo que notamos na construção da sociedade palmense, no qual a realidade foi pensada, moldada de tal maneira que possibilitou aos povoadores e demais habitantes um sentido próprio e único do espaço ocupado. Assim como o autor sugere o sentido imediato do mundo, só pode ser compreendido quando determinado espaço é envolto em uma construção de realidade, de sentido, de pertencimento. Logo, as regiões possuem suas historicidades próprias, ao passo que suas mais variadas divisões vão se transformando ao longo do tempo. Por meio disso, busca compreender o aprimoramento de seus sujeitos e seus saberes adquiridos, para então através de uma dinâmica ser capaz de perceber suas respetivas identificações: individuais ou não.

Gerson Witte[15] em seu trabalho intitulado *Os caboclos dos Campos de Palmas e sua representação na Guerra do Contestado*, apresenta a região como palco de conflitos, terra de fanatismos e poderes locais. O autor não somente caracteriza o território como também coloca em análise os caboclos que nele viviam, os proprietários de terras e as relações que desencadearam influenciando nos conflitos intitulados a *Guerra do Contestado* e também a *Questão de Palmas*, por exemplo. Na referida obra podemos observar também a relação econômica desses Campos com outras localidades além das principais características econômicas desse território. Conflitos estes que estão relacionados diretamente com o objeto aqui pesquisado, no qual os grandes proprietários de terras muitas vezes cederam espaços, animais e até mesmo homens que trabalhavam em suas fazendas para o combate ou defesa do patrimônio em questão.

---

[15] WITTE, Gerson. **Os caboclos dos Campos de Palmas e sua representação na Guerra do Contestado**. Francisco Beltrão, 2017. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2017.

Já com Daniele Weigert[16] em *Compadrio e família escrava em Palmas, Província do Paraná (1843-1888)* elenca sobre os aspectos econômicos no século XIX além da expansão e domínio campeiro na região. A autora faz um levantamento de como essa sociedade impôs uma economia baseada na criação e no pastoreio bem como a expansão territorial no Planalto Paranaense atingindo e povoando a região dos Campos de Palmas. Aos conflitos sociais, a autora não entra em detalhes; mas apresenta como tema central de sua pesquisa o compadrio entre os senhores e seus escravos, aspectos que se tornam relevantes ao estudo e a estruturação da sociedade a partir da abolição da escravatura.

Igualmente, Neiva Krewer[17] em *A liberdade em cartas de alforria: Campos de Palmas/PR 1860- 1888* busca apresentar a ocupação do território palmense bem como os seus habitantes e as atividades econômicas que predominavam e que estruturaram a região dentre esse período de 'colonização'. Interessante mencionar que tanto Krewer como Weigert, trabalham com a escravidão e suas relações na região; não deixando de abortar a economia pastoril, o trabalho no campeiro bem como a relação dos escravizados com esses trabalhos.

Francismar Petroli[18] por sua vez, em um artigo publicado nos anais do XVII Encontro Estadual de História em Santa Catarina, intitulado *O "descobrimento" dos Campos de Palmas e a configuração de uma problemática complexa no Sul do Brasil (1841- 1853)* evidencia não somente a origem e composição do povoamento dos Campos de Palmas bem como traz uma definição das fronteiras internas, as delimitações municipais que neste período já eram reformas liberais do império, além de apresentar a importância política e econômica que esse território oferecia as províncias de Santa Catarina e São Paulo. Tal como o lugar de destaque que o governo imperial ocupava quando se travava de conflitos territoriais, logo que, essa região palmense a todo momento era considerada como fundamental para não só consolidar a delimitação territorial, como também a espacial que compunha então o Estado Nacional no século XIX.

Levando em consideração a definição de região, fica possível denominar o território de qual ela faz parte, suas particularidades, modo de vida, ideologias e saberes que são

---

[16] WEIGRT, Daniele. **Compadrio e família escrava em Palmas, Província do Paraná (1843- 1888)**. Curitiba, 2010. 165 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, 2010.

[17] KREWER, Neiva. **A liberdade em cartas de alforria: Campos de Palmas/PR 1860-1888.** Chapecó, 2017. 82f. Trabalho de conclusão do curso de História. Universidade Federal da Fronteira Sul, 2017.

[18] PETROLI, Francismar. **O "descobrimento" dos Campos de Palmas e a configuração de uma problemática complexa no Sul do Brasil (1841-1853)**. In: XVII Encontro Estadual de História da ANPUH-SC, 2018. **Anais...** Joinville, 2018. P. 1-19.

originários de um passado não muito remoto e que vem se mantendo viva na mente dos indivíduos que ali vivem, nos registros escritos deixados. Para Raffestin[19], o território irá se formar a partir do espaço, onde o resultado de uma ação programada foi determinado por um autor[20] e este ao apropriar-se do espaço o territorializa de forma física, concreta. Ainda, conforme esse autor, a territorialização não vai ocorrer apenas com as práticas vividas, mas também são concebidas pelos sujeitos, autores natos do conhecimento.

Já para Little[21] o território irá surgir através das condutas de determinado grupo social, sendo qualquer território um produto histórico de múltiplos processos políticos e sociais. Para ele, se faz necessário compreender o contexto que o grupo está inserido para que assim, se consiga definir e reafirmar o território que cada grupo vive e criou. Para ficar mais fácil a compreensão, o referido autor utiliza-se da cosmografia[22] para a análise do território. Barros[23] por sua vez elenca que:

> ‘Local’ de possibilidades, [o espaço] é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. (p.112).

Para Raffestin[24] se faz necessário compreender adequadamente os territórios aqui apresentados, a fim de se ter uma noção de que antes de uma ‘reocupação’ já havia um espaço com suas diversidades e complexidades envoltas na sua natureza, sociedade e cultura. Estando em incessante evolução não se dá de forma homogênea pois esse espaço é um lugar de lutas e provas quase que diariamente. (SANTOS, 1986).

---

[19] RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática. 1993.

20 Aqui no que se refere ao autor é aqueles sujeitos que vivem e transformar o lugar de apropriação ou de origem. No caso, as fazendas de criar gado, as marcações de animais, compra e venda dos mesmos.

[21] LITTLE, Paul. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Brasília: Anuário Antropológico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

22 É um ramo pertencente a geografia onde juntamente com a astronomia busca compreendem as possíveis relações do homem com o meio natural ou não; a transformação empreendida pelo homem nesse meio, como ela se dá e quais são suas múltiplas interfaces. Na perspectiva social, a cosmografia busca os vínculos que determinado indivíduo tem com o território, a sua trajetória, ocupação e memória do mesmo. Ver mais em: SOBREIRA, Paulo Henrique Azevedo. **Cosmografia Geográfica: A Astronomia no Ensino de Geografia.** Tese de doutorado apresentada a FFLCH-USP, São Paulo, 2006. 239p.

[23] BARROS, José D´Assunção. História, região e espacialidade. **Revista de História Regional**, s/l, v. 10, p. 95-129, 2005.

[24] RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática. 1993.

Espaço que irá estabelecer uma relação com a natureza e a sociedade, e esta por sua vez não se encontra de forma passiva para com a natureza que as interligam. Há um espaço entre elas que acaba por produzir meios diferenciados e contextos históricos bem específicos para cada período. (CASTRO, 1995). O espaço não pode ser caracterizado como humano pelo simples fato do homem 'estar' nele, mas sim porque os homens se tornam sujeitos, seres sociais que vão produzi-lo, modifica-lo conforme suas necessidades. Enquadrando um contexto de lutas e disputas pelo poder, caracterizando não apenas esses espaços atuais como os que ainda irão se formar e organizar. Logo, a produção do espaço pode ser também chamada de produção de localizações[25].

Nessa perspectiva, o território faz uma ramificação dos espaços onde é definido basicamente pelo estabelecimento do controle e do poder. Transfigura-se mais fácil impor regras sobre esse determinado espaço, reorganizando os modos de circulação, entrada, saída, normatização de usos, etc. As relações de poder existentes, são construídas através de regras impostas pelo proprietário que muitas vezes exerce um poder simbólico sob os demais por motivos de uma superioridade social. Por conseguinte, vão dar origem a uma estrutura baseada nos seus interesses.

> [...]O lobo que "marca o seu território" cria para si (e pretende impor a outros de sua espécie) uma representação do espaço que o redefine como extensão de terra sob o seu controle. Demarcar o território é demarcar um espaço de poder. No âmbito da macro Política, não é senão isto o que fazem os Estados-Nações ao constituir e estabelecer um rigoroso controle sobre suas fronteiras. [...] (BARROS, 2005, p. 113).

Ora, se o espaço determina o território[26] e o território a região, logo a mesma, pode ser configurada como um espaço onde irá reproduzir um movimento social com seus conflitos e disputas, revertendo um ambiente de lutas de classes. É uma área humana composta por identidades culturais e antropológicas, um sistema econômico, uma estrutura política e administrativa. A região em si, pode englobar espaços diversos. A durabilidade dos territórios é permitida ou vista através dos indivíduos que neles vivem, e nas ações que os mesmos

---

25 Deve-se ao fato de não estar apenas focada nos elementos que constituem o espaço urbano, mas, também por aqueles que dispõem de serviços mais amplos dentro da cidade podendo ou não ser de maior ou menor visualização.

26 Apesar de haver uma proximidade na definição de espaço e território, os dois não são iguais. O espaço por sua vez pode ser caracterizado como algo dado, já existente que então irá dar origem ao território através da ação humana que o modificará e o reorganizará conforme suas necessidades. Assim, o espaço através da ação humana materializa o território.

mantém com seus pares, transformando muitas vezes esses lugares em suas propriedades, suas posses. Barros (2005, p. 113) já dizia que "um sujeito humano define ou redefine um território". Assim, os grandes proprietários da indústria ganadeira ao introduzir seus animais em uma superfície natural estão automaticamente territorializando esse espaço e o deixando como uma nova caraterística de "paisagem", mostrando e impondo ali um controle que resultará em um poder.

Ainda conforme Barros (2005, p. 114) "O ato de produzir é igualmente o ato de produzir territórios. Cultivar a terra é dominar, é impor-lhes novos sentidos, é apartá-la do espaço indeterminado inclusive frente a outros homens, é exercer um poder e obrigar-se a um controle". Ou seja, deve-se ocupar os territórios, todavia, neles exercer as mais variadas formas de poder; inclusive o poder simbólico. Bourdieu[27] trabalhando o conceito de região, apresenta o princípio de 'divisão' das sociedades bem como de seus espaços para a delimitação das suas referidas fronteiras. Conforme o autor, a *régio* bem como as suas respectivas fronteiras *fines* são vestígios apagados do ato da autoridade que circunscreve a região, o território assim vai acabar por legitimar, conhecer e reconhecer suas fronteiras fazendo com que o processo de 'divisão' se torne legitimo no mundo social. Continuando,

> [...] A fronteira nunca é mais do que o produto de uma divisão a que se atribuirá maior ou menor fundamento na realidade segundo os elementos que ela reúne, tenham entre si semelhanças mais ou menos numerosas e mais ou menos fortes (dando-se por entendido eu se pode discutir sempre acerca dos limites de variação entre os elementos não idênticos que a taxinomia trata como semelhantes). [...] (BOURDIEU, 1989, p.114-115).

Logo, sendo um produto de divisão, a fronteira torna-se objeto de disputas e também de delimitação das propriedades as quais os Campos de Palmas estavam inseridos. Apesar de serem praticamente idênticas, nas mais vastas extensões, cada propriedade a estabelece de uma certa maneira; de um ponto de vista divergente de outra propriedade. Variando então os elementos de maior ou menor proporção, ou seja, essa delimitação nada mais é que um meio de separar o espaço em 'pequenos' territórios iguais, mas que se divergem entre si devido ao fato de cada qual possuir um proprietário e um método de criação e marcação diferenciado.

---

[27] BORDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Tradução de Fernando Tomaz. Bertrand. Rio de Janeiro. 1989.

Não obstante, estas questões se interligam ao que conhecemos por identidade regional, nos quais os indivíduos recorrem constantemente ao passado para se interligarem no presente e projetarem o futuro, assegurando-se da autoridade e da subjetividade da região a qual pertence, a demonstração do cotidiano, das práticas vivenciadas fica muito aparente. Com isto o território vai ser interpretado e reinterpretado de inúmeras maneiras, o coronelismo nos Campos de Palmas principalmente irá assegurar-se dessa dominação do território através de ações mais simbólicas do que físicas; mostrando aos habitantes que nem sempre o Estado manda, mas sim, que são os detentores de poderes locais. Raffestin (1993)[28] destaca que se acha importantes as relações de poderes que envolvem as conjunturas através das suas diferenças no território, as disputas entre as ideologias dos coronéis e grandes proprietários de terras para com aquelas que os povos locais adotaram ou estabeleceram como medidas de resistência.

Quanto ao regionalismo podemos entender que:

> É apenas um caso particular das lutas propriamente simbólicas em que os agentes estão envolvidos quer individualmente e em estado de dispersão, quer coletivamente e em estado de organização, e em que está em jogo a conservação ou a transformação das relações de forças simbólicas e das vantagens correlativas, tanto econômicas como simbólicas. [...] (BOURDIEU, 1989, p.124).

Quando há demonstração de força simbólica, os dominados geralmente aceitam sua condição de subordinação cotidiana já por não haver outra escolha e acabam por definir a dominância de sua identidade através do que Bourdieu escreve como assimilação, tendem a desaparecer os estilos de vida, fala, vestimenta próprios de sua cultura para surgir através de estratégias a imagem de uma identidade legitima, superior. Assim Bourdieu nos diz que:

> A reinvindicação regionalista, por muito longínqua que pareça deste nacionalismo sem território, é também uma resposta à estigmatização que produz o território de que, aparentemente, ela é produto. E, de fato, se a região não existisse como espaço estigmatizado, como província definida pela distância econômica e social (e não geográfica) em relação ao centro, quer dizer, pela privação do capital (material e simbólico) que a capital concentra, não teria que reivindicar a existência, é porque existe como unidade negativamente definida pela dominação simbólica e econômica que alguns dos que nessa participam podem ser levados a lutas (e com probabilidades objetivas de sucesso e de ganho) para alterarem a sua definição, para inverterem o sentido e o valor das características estigmatizadas, e que a revolta contra a dominação em todos os seus aspectos – até mesmo econômicos – assume a forma da reinvindicação regionalista. (BOURDIEU, 1989, p. 126/127)

---

[28] RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática. 1993.

Esse simbolismo carregado no âmago de cada indivíduo é o resultado das dificuldades, dos desafios que seus antepassados tiveram que enfrentar para se manterem, estruturarem em uma determinada região, assim os valores carregados de sentimentos vão determinar bem como estruturar o território. A identidade de cada região, de cada território vem carregada de particularidades próprias, podendo ser tanto individuais como coletivas que no dia a dia acabam por moldar os hábitos e costumes dos sujeitos. O conviver com o outro, a sociabilidade que se organiza nas fazendas ganadeiras torna cada região, cada povoação única, mas propagadoras de identidades e representações próprias das atividades, do trabalho que realizam.

> As pessoas em busca de identidade se veem invariavelmente diante da tarefa intimidadora de "alcançar o impossível" essa expressão genérica implica, como saber, tarefas que não podem ser realizadas no "tempo real", mas que são presumivelmente realizadas na plenitude de tempo – na identidade. (BAUMAN, 2004, p. 16-17).

Aos historiadores cabe, então, a função de concentrar suas pesquisas bem como os estudos em grupos socais já determinados pois assim o levantamento de dados, as análises e reflexões sobre o modo de vida, de estruturação, de organização, de marcação já partem de construções cotidianas, de vivencias ou experiências tanto materiais como imateriais, que em um conjunto pré-determinam os sujeitos que compõem a região. Assim, com muito estudo os profissionais vão conseguir compreender a estrutura político, administrativa, social e econômica de determinado espaço. Desse modo, pretende-se apresentar a vivencia e o desenvolvimento das fazendas ganadeiras de Palmas, no estado do Paraná respaldando-se principalmente na cultura de marcação do gado, a política que a mesma está envolta além da sua contribuição para organização dos Campos de Palmas como grande criadora e fornecedora de animais.

1.2.1 *Os Campos de Palmas – Paraná – 1887 – 1938*

Conforme Machado (2007, p. 53) a superfície abrangia "[...] uma extensa faixa de terra entre os rios Uruguai e Iguaçu, limitada a oeste pelos rios Santo Antônio e Peperi-Guaçu e, à leste, pelos rios Chapecó e Jangada, totalizando uma área de aproximadamente 40.000 km²". Geograficamente, estava localizada em uma região de fronteira. Tomando como partida

uma breve definição de região os Campos de Palmas, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) se localizam sob uma vegetação denominada de estepe, ou seja, espécie de gramíneas que cobre boa parte desse território[29]. Tornando favorável à criação de animais e o desenvolvimento da pecuária por possuir pastagens férteis. Sendo uma região com um clima temperado, as estações do ano são bem definidas; se tornam ricos também em vegetações de grande porte como o caso da Araucária, Imbuia, Canela, Angico[30], árvores grandiosas com a madeira resistente, bastante utilizada para construções. Não bastando, possui também extensões consideráveis de terras com erva mate nativa, que movimentou muito o comércio palmense, juntamente com a criação de animais.

Estes campos compreendem também o que chamamos de Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, abrangendo o sudoeste do Paraná, o norte do Rio Grande do Sul e o oeste de Santa Catarina, com aproximadamente 139.282,5 km ² reunindo mais de quatro milhões de habitantes[31].

Mapa 1- Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul

Fonte: Ministério da Integração Nacional (2019)

---

[29] Devido a essa vegetação muitos viajantes, tropeiros e fazendeiros sentiram-se atraídos e rumaram então para estes campos na pretensão de começar e aprimorar a criação de animais para compor uma pecuária extensiva e abastecer alguns mercados brasileiros da época. Aumentando gradativamente o poder exercido principalmente pelos grandes proprietários de terras, além de alavancar a questão política e também econômica dos Campos de Palmas.

30 Também conhecidas como madeiras de Lei.

31 Faz parte as microrregiões: do Planalto Norte, do Alto Vale do Rio do Peixe e algumas microrregiões do Alto do Uruguai, Alto Irani e Serrana. Juntas podem-se dizer que somam 32.000 km² e em um passado não muito distante serviram de palco para um dos maiores conflitos armados da região sul brasileira. A Guerra do Contestado. Sendo atualmente chamada de Região do Contestado.

Na historiografia, antecedendo o descobrimento dos Campos de Palmas, o mercado interno brasileiro se voltara para a mineração demandando não somente indivíduos para o trabalho, tal como animais de grande porte. O gado vai tornando-se fundamental para o trabalho, alimentação e também para a estruturação de uma economia pastoril. Nessa conjuntura, as áreas mais interioranas começam a despertar o interesse dadas as grandes proporções de terras, ainda sob o domínio dos povos nativos. O impulso econômico fez com que grande parte da população do litoral rumasse para o interior; assim como os animais foram adentrados esses espaços e dominando-os quase que por completo.

Brasil Pinheiro Machado[32] elenca dois tipos possíveis de expansão para o interior do território brasileiro, sendo o povoamento espontâneo e o político oficial. O primeiro é aquele onde o movimento é natural, espontâneo geralmente desencadeado devido a própria subsistência sem incentivo do governo. O segundo por sua vez, é liderado pelo governo determinando o roteiro e o que o povoamento deve seguir. O Paraná ainda segundo o autor, fez parte do movimento espontâneo. Logo, no século XVIII, Curitiba tornara-se centro de conquista de uma porção do território, constituindo então a futura Província do Paraná. A fixação dos imigrantes na terra, ocorreu de forma acelerada através da obtenção das sesmarias e logicamente da exploração da terra. Tendo isso em mente, vê-se o desenvolvimento espontâneo, porém dirigido. Neste sentido, ambos os modelos sugeridos por Brasil Pinheiro Machado não devem ser vistos ou analisados de maneira distinta, e sim, equivalentes já que tanto o governo quanto a população pretendiam se fixar em estipulada região.

A política colonial alterou-se com a conquista dos territórios paranaenses, contribuindo para o povoamento do interior de São Paulo. Portugal sentia uma preocupação nessa expansão rumo ao Sul. Quando ocorre a mudança da capital brasileira para o Rio de Janeiro, Morgado de Mateus assume a liderança da capitania de São Paulo e com isso, efetiva as alterações na política colonial brasileira. Consequentemente a isso, vemos a consumação da conquista dos Campos de Palmas e Guarapuava no Paraná. Campos estes, que se interligavam as fronteiras com a Argentina e também o Rio Grande do Sul; atenda-se então para a extrema importância de povoamento dessa região.

---

[32] MACHADO, Brasil Pinheiro. Sinopse da História regional do Paraná (a ser publicado pelo Instituto, por ocasião do centenário da Província, em 1953). Curitiba: Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1951, p. 6.

No século XVIII ocorreu inúmeras expedições para estas localidades, chegando então em 1770 até os Campos de Guarapuava. Porém, o povoamento desses campos, e os de Palmas serão concretizados apenas com a vinda da família Real em 1808. A reorganização governamental adequa-se as mudanças econômicas paranaense; a população vai se transformando lentamente em tropeiros, criadores de gado, agricultores e pequenos comerciantes transfigurando então a fixação na região. Muito antes dos paulistas se estabeleceram e fundarem as primeiras estancias e fazendas nos pampas do sul, o espaço já era povoado e dominado por algumas etnias de nativos[33]. Que muito contrário ao que se pensa, não viviam de maneira pacífica com os seus pares sendo frequentes os relatos de grandes conflitos entre esses povos, seja pelo território ou para se manter a honra do grupo.

Observando a inevitabilidade de um avanço na economia, os paulistas que cada vez mais vinham para tomar posse desse território, notam que se tornaria mais vantajoso e lucrativo em vez de aprisionar e escravizar os nativos, concentrar suas forças e habilidades na captura, criação e também exportação de animais, já que o solo da região era muito favorável a atividade pecuarista. Em 1775 conforme registro em alguns documentos[34] os paulistas vão ocupar a extinta província do Guairá[35] abrindo caminho para regiões mais interioranas como Guarapuava e os Campos de Palmas[36].

A primeira expedição de reconhecimento que se tem registrado é a do Alferes[37] Atanagildo Pinto Martins que, partindo de Guarapuava levava consigo a missão de encontrar um caminho que ligasse ao Rio Grande Sul. Passando então pelos Campos de Palmas entre os

---

33 Kaigangues, Guaranis, Botocudos e Xoklengues.

34 WACHOWICZ, Rui Christovam. **Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização**. 2° ed., Curitiba: Ed. Vicentina, 1987; BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná.** Curitiba, PR: Grafipar, 1969. V.1

35 A Província do Guairá pode também ser chamada de um reduto jesuítico, onde missioneiros espanhóis organizaram uma sociedade composta por índios já catequisados e "adaptados" a civilização europeia. Os jesuítas espanhóis se estabeleceram em Guairá com um grande número de nativos e lá desenvolveram uma estratégia de criação de gado e uma agricultura de subsistência forte para o período datado. Essa redução tornou-se a maior que compôs o solo paranaense, apresentando forte resistência aos ataques dos bandeirantes paulistas, mas não conseguindo sobreviver por muito tempo acabam por sucumbir os constantes ataques. Fugindo e rumando para o Rio Grande do Sul e posteriormente se retirando do solo brasileiro. Os animais, acabam por ser abandonados e ao se reproduzirem quase que desordenadamente, aumentam significativamente de número sendo um dos fatores que mais chamou a atenção dos bandeirantes paulistas do datado período. Ver mais em: WACHOWICZ, Rui Christovam. **Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização**. 2° ed., Curitiba: Ed. Vicentina, 1987.

36 Neste período a área que iria compor os Campos de Palmas é mencionada nos escritos como sendo um lugar quase que inexplorado por parte dos paulistas e o pouco que sabiam era que, desertores, fugitivos e pequenos caboclos tiveram coragem de adentrar o espaço de nativos ditos até então como extremamente agressivos e impiedosos.

37 Pessoa que recebeu um título, nomeação ou graduação militar de seu país. Representa uma posição de oficial, cadete. Em alguns lugares, é aquele indivíduo responsável por carregar a bandeira de seu exército.

anos de 1814 e 1819[38]. Wachowicz[39] nos apresenta que Atanagildo teve por guia um índio chamado Jongong, sendo o responsável por levar a expedição pelos Campos de Palmas até a região de Vacaria no Rio Grande do Sul. Ao fim dessa 'aventura' o Alferes, solicita retorno do nativo com uma pequena tropa para avisar aos demais em Guarapuava sobre esses campos percorridos, mas, mesmo se recusando a retornar, o nativo sofre represálias e mandado de cumprimento de ordem. Esse pequeno grupo após retornarem nunca mais foram vistos ou deram notícias.

Além da expedição de reconhecimento, é conferido ao Alferes Atanagildo a nomenclatura dada a região: Campos de Palmas. É perceptível nos documentos duas possíveis versões para o surgimento do nome dessa área. A primeira refere-se ao contato que o Alferes manteve com os nativos que ali residiam e denominavam a região como Campos de Bituruna ou Ibituruna[40]. A segunda denominação diz respeito a uma homenagem ao Conde de Palma que era detentor do cargo de presidente da Província de São Paulo. Ambas as hipóteses são fornecidas pela prefeitura de Palmas e também constam nos registros estudados.

Os documentos oficiais formalizam essa denominação no ano de 1843. E em 28 de fevereiro de 1855, conforme a Lei n° 22 da Assembleia Legislativa da Província do Paraná, os Campos de Palmas se tornam a mais nova Freguesia e Paroquia de Palmas, estando sob orientação de Guarapuava a quem faziam parte.

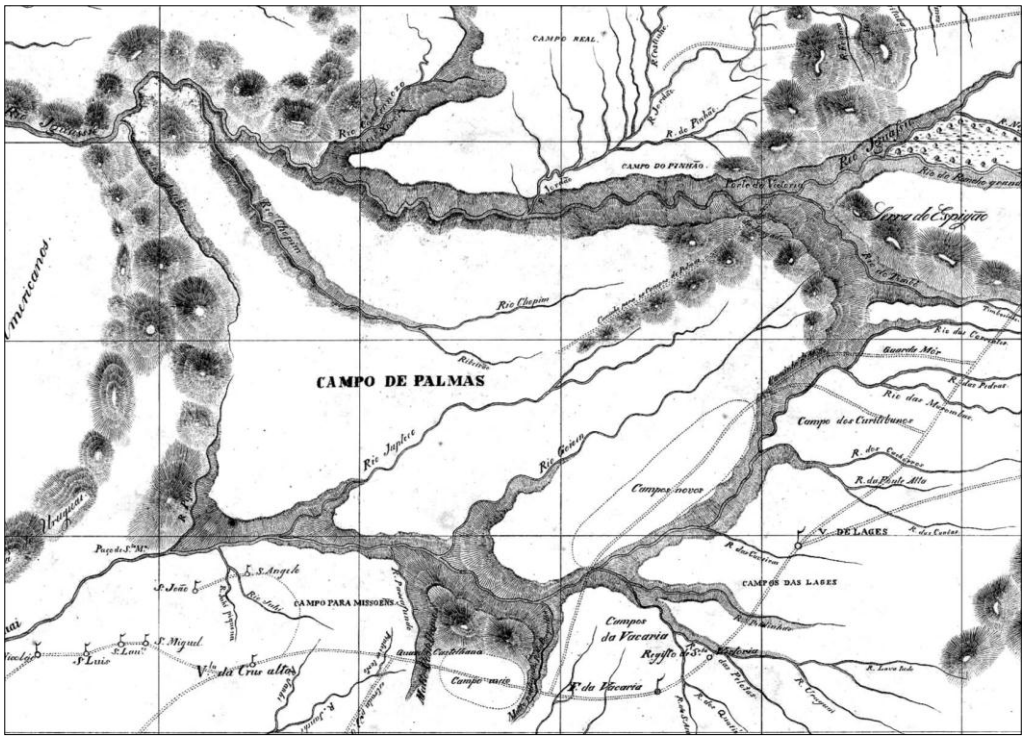
---

[38] LAGO, Lourdes Stefanello. **Origem e Evolução da População de Palmas 1840-1899**. Florianópolis. 1987.

[39] WACHOWICZ, Rui Christovam. **Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização**. 2° ed., Curitiba: Ed. Vicentina, 1987.

40 No idioma indígena significa Terra das Palmeiras ou Terra Alta.

Mapa 2 - Campos de Palmas de 1843



Fonte: Biblioteca Digital Luso Brasileira.

Para Ruy Wachowicz[41] a ameaça por parte da Argentina em tomar este território em 1895 apavorou o lado brasileiro, o governo imediatamente começou a organizar uma campanha para a colonização e ocupação dos Campos de Palmas, pois perder essa área acarretaria em um grande prejuízo econômico ao Brasil. Mas, encontraram alguns percalços pelo caminho e um deles foi os povos nativos que habitavam a região. Como já mencionado, muitos bandeirantes evitavam adentrar a região dos Campos de Palmas por medo, mas agora como a ameaça argentina se tornava constante, viram a necessidade de uma ocupação a qualquer custo. Os brasileiros independentes de etnia, precisavam firmar o direito à terra através do *Uti Possidetis*[42].

Dom João VI que neste período comandava o Império já havia estabelecido um plano de ocupação logo após sua chegada em terra brasileira[43]. Mais tarde, será estabelecido pelas

---

[41] WACHOWICZ, Rui Christovam. **Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização**. 2° ed., Curitiba: Ed. Vicentina, 1987.

[42] Refere-se a um princípio diplomático, que visa estabelecer o direito de território a um determinado país. O direito em si é fundamentado sob a explicação da ocupação efetiva do território. Teve sua origem em Roma, quando os habitantes romanos reivindicavam as terras tomadas por meio das guerras.

43 No ano de 1808 Dom João VI gozava do cargo de príncipe regente e ao chegar no Brasil expos sua preocupação; ocupar aqueles campos que ficavam mais no interior do território e mais tarde iriam compor ao que

lideranças monárquicas uma carta régia e um novo plano para se povoar o interior deixando a cargo dos fazendeiros paranaenses a responsabilidade de atrair novos moradores e povoar a região[44]. O processo de repovoamento partiu de várias localidades, principalmente das regiões de Rio Grande do Sul, norte pioneiro do Paraná e alguns de Santa Catarina e também São Paulo.

Aos povos nativos restou uma transformação forçada de seus modos de vida, gerando uma ressignificação cultural que se estende até os dias de hoje (WITTE, 2017, p. 28). Através de referências acerca dos Campos de Palmas, podemos observar que existiam dois grandes aldeamentos de nativos pertencentes a etnia caingangue, um chefiado por Vitorino Condá e o outro pelo cacique Viri[45].

Muitos fazendeiros que já haviam se instalado nos Campos de Palmas aproveitaram da mão de obra nativa para a construção de currais, mangueiras, casas, cercas em suas fazendas, defesa dessas propriedades e também de ataques de outras tribos, abertura de estradas, inclusive, tem documentos que apontam esse tipo de mão de obra na construção da estrada que levaria até Missões. Usufruíam de sua condição de superioridade através de um poder simbólico, poder este que de acordo com Bourdieu (1989) é invisível e só pode ser exercido por indivíduos que o negam como sendo uma estratégia de dominação.

Interessante ressaltar que esse tipo de mão de obra só foi possível graças à ajuda desses dois caciques que mantinham uma relação bem próxima aos fazendeiros e colonizadores dos Campos de Palmas, os chefes faziam essa ponte de diálogos entre o não indígena e o nativo e através de diversas trocas, cada parte conseguia o que almejava. Ao colonizador coube a responsabilidade de mudar os hábitos e os costumes de muitos nativos na região.

---

conhecemos hoje, o estado do Paraná. Por um longo período esses campos eram reconhecidos como pertencentes a Guarapuava e só mais tarde iriam ser desmembrados recebendo o nome de Campos de Palmas. O governo demonstrava pressa em colonizar essa extensa área já que teoricamente ela se encontrava despovoada.

44 O governo lançou propostas de doar as terras a quem viesse se estabelecer nesses campos, além da diminuição dos impostos ou até mesmo a isenção deles. Algumas medidas que foram tomadas na expectativa de uma missão colonizadora. A propaganda partia não somente do governo, mas também de fazendeiros e demais proprietários dessas terras devolutas que além de povoarem a região, precisavam de mão de obra para tocarem as propriedades e dos animais.

45 O aldeamento do cacique Vitorino Condá ficava localizado mais próximo ao Campo Erê e sua abrangência chegava ao Rio Grande do Sul; atualmente essa área compreende aos municípios de Nonoai e Chapecó. Diferentemente ao aldeamento do cacique Viri que se localizava próximo à área que daria origem a freguesia de Palmas.

Entretanto, o diálogo com os chefes dos aldeamentos não foi o suficiente para que houvesse uma ocupação da região de maneira pacífica. Isso se deu de maneira muito violenta pois além do não indígena massacrar muitos nativos, os próprios chefes desses aldeamentos literalmente caçaram e aprisionaram muitos de seus semelhantes. Causando a ira de outros grupos que se localizavam próximos a estes aldeamentos.

Logo, o que os fazendeiros mais queriam acabaram por conseguir: inserir os nativos ao meio econômico dos Campos de Palmas baseados quase que exclusivamente na agropecuária, dando início a uma estruturação social e possibilidade para novos habitantes se fixarem na região.

1.3 Estruturação de uma sociedade pastoril

Contrariando os povos nativos[46] teve-se então a exploração dos Campos de Palmas, partindo de Guarapuava duas comitivas colonizadoras que tinham como seus líderes José Ferreira dos Santos e Pedro Siqueira Cortes[47]. Havia muita pressa por parte dessas comitivas, não apenas pela rivalidade de ambos, mas, devido ao fato de que se os guarapuavanos não a ocupassem por certo os argentinos o fariam. Uma região com grandes proporções e campos seria muito mais fácil de se ocupar do que uma que já estivesse tecnicamente ocupada.

> A pressa, pois, dos grupos liderados por José Ferreira dos Santos e Pedro de Siqueira Cortes, para chegar aos Campos de Palmas, é muito menos fruto de uma rivalidade entre si, do que desejo de impedir que os paulistas protegidos pelo governo provincial se apoderassem das riquezas que aqueles campos representavam para o futuro. O controle, pois, desses campos deveria ficar entre os que já habitavam Guarapuava e não cair em mãos de paulistas desconhecidos. (WACHOWICZ, 1987, p. 15).

Devido ao fato de ambas as expedições chegarem ao mesmo tempo e se cruzarem nos Campos de Palmas, uma leve tensão é demonstrada pelas partes que reivindicavam a posse da

---

46 Os nativos dessa região tentaram a todo custo manter os Campos de Palmas longe dos olhares e da ocupação por parte do homem branco, devido ao fato de serem terras produtivas para a criação além da existência das madeiras de Lei e erva mate que poderiam trazer grandes lucros ao colonizador. Procuravam deixar ‘escondido’ caso os nativos precisassem de um refúgio seguro e a salvo dos massacres e imposições que os colonizadores estavam a impor-lhes.

47 A comitiva de José Ferreira dos Santos foi denominada de Sociedade dos Primeiros Povoadores Palmenses e após uma tentativa frustrada de participar dela, Pedro Siqueira Cortes reorganiza a sua própria comitiva e parte rumo ao Campos de Palmas.

terra. Para a resolução dessa questão conforme Bandeira (1851, p 386)[48] foi solicitado o Dr. João da Silva Carrão, juntamente com Joaquim José Pinto Bandeira a arbitragem desse estranhamento. Sendo então dado o veredito e Pedro Siqueira Cortes ficando com o poente das terras e a José Ferreira dos Santos a parte nascente[49] das terras, assim ambos poderiam dar continuidade no 'povoamento' e desenvolvimento dos Campos de Palmas.

Sendo particular a iniciativa de colonização, a então província de São Pedro[50] solicita que se deslocasse até a região a *Companhia de Municipais Permanente*[51] com a finalidade de proteger os fazendeiros que já haviam se instalados nessa área, e não mais, com a intenção de 'povoar. Hermógenes Carneiro Lobo foi o comandante e o responsável por abrir o caminho que ligava os Campos de Palmas até o rio Iguaçu.

Cada vez a região se valorizava para o comércio e criação de animais[52] desencadeando não somente uma grande movimentação de novos habitantes e proprietários de terras, mas também os olhares de nações vizinhas, como a Argentina e o Paraguai. A província de Santa Catarina então muito pequena, vai causar uma assustadora inquietude aos dirigentes paranaenses por um bom período, já que viram a possibilidade de tomada de boa parte dos territórios pertencestes aos Campos de Palmas.

1.4 Região de inúmeros conflitos: A terra vale mais que ouro

A região dos Campos de Palmas tornava-se cada vez mais vulnerável aos conflitos e retenções de seus campos por parte de exploradores, colonizadores e criadores de animais. Com o fim da Guerra do Paraguai (1864-1870) o país irá ceder o território de Missiones a República Argentina, o Brasil buscará retomar as conversas com Buenos Aires para uma

---

[48] BANDEIRA, Joaquim José Pinto. **Notícia da descoberta do Campo de Palmas**, Rev. Inst. Hist. e Geogr. Do Brasil. 3° série, n°4, 4° trimestre, Rio de Janeiro, 1851. p. 386).

49 Anos mais tarde passaram a chamar Palmas de cima e Palmas de baixo. Tanto que nos registros de marcação de gado, inventários, etc.; utilizavam dessa denominação. Ver mais em: WACHOWICZ, Rui Christovam. **Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização**. 2° ed., Curitiba: Ed. Vicentina, 1987.

50 Após a Proclamação da República, passou a ser o estado do Rio Grande do Sul.

51 Responsável por manter a segurança pública, salubridade, embelezamento das cidades, tranquilidade, etc. durante o império. Era uma espécie de força militar que realizava um patrulhamento nas cidades com a intenção de controlar os costumes e padrões, sempre 'moldados' nos costumes europeus.

52 Além de estar localizada em um ponto estratégico, facilitando a comunicação com diversas áreas. Pois as mercadorias oriundas de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Argentina e Uruguai precisam passar pelos Campos de Palmas para chegarem a Sorocaba e vice versa.

possível delimitação de suas fronteiras, sem acordo entre esses países, os territórios continuavam sem determinações fixas.

Essa contestação por parte da Argentina ficou conhecida como *Questão de Palmas* e deve-se ao fato de os bandeirantes adentrarem essa região mais ao sudoeste para a expulsão dos jesuítas no estado do Rio Grande do Sul. O fato de jamais terem ocupado definitivamente o sudoeste paranaense não impediu que os argentinos reivindicassem por uma extensa área dos Campos de Palmas. No ano de 1881, o governo argentino irá apresentar uma interpretação do tratado de 1777[53], para eles o rio que o Brasil denominava de Chapecó era na verdade o Peperi- Guaçu e o rio Chopim seria o Santo Antônio.

Logo no ano seguinte vão trazer à tona mais uma interpretação, agora mencionando o rio Jangada como o rio Santo Antônio. Entre idas e vindas a área total contestada pelos vizinhos argentinos chegava a 30. 621 km², como afirmou Wachowicz.

Mapa 3- Território contestado na Questão de Palmas 1890-1895

Fonte: Jornal de Beltrão.

O mapa faz menção aos territórios que a atual Argentina pretendia tomar posse, na disputa conhecida como *Questão de Palmas*. Na descrição, os territórios já aparecem com a atual divisão em cidades; porém em 1895 toda essa extensa área era apenas denominada como os Campos de Palmas, não havendo até então a divisão entre os povoados. Os Rios Santo

53 Tratado de Santo Ildefonso. Dividia as terras entre a Espanha e Portugal dando fim à disputa que ambos os países vinham tendo desde a chegada na América do Sul.

Antônio e Peperi- Guaçu aos quais se firmou a posse das terras, organizavam a delimitação do território; porém a abrangência de Palmas era bem maior envolvendo as áreas em cinza como Chapecó que neste momento de divisão territorial ainda pertencia ao Paraná.

A política brasileira conforme, Wachowicz[54], elencava dois pontos chaves para a solução das questões fronteiriças, ativar o comércio e ter mais segurança no território. A única solução, para aquele momento, foi a proposta de construção de uma estrada que ligasse os Campos de Palmas até Corrientes no lado argentino assim, as tropas de muares não teriam seu valor elevado mantendo uma economia razoável no lado brasileiro[55]. Em 8 de maio de 1862 foi liberado a construção da estrada tendo como responsável pelo serviço o Major Manoel Marcondes de Sá[56] que recruta um grupo de moradores de Guarapuava e Palmas para o trabalho e mais, 37 nativos sob ordens do cacique Vitorino Condá.

A região vai ser abalada com a Guerra do Paraguai, e tanto a construção da estrada como a questão das fronteiras vão ficar quase no esquecimento. Ao fim do conflito, já em 1885 os governos brasileiro e argentino, vendo que a condição das fronteiras estava saindo do controle e ficando cada vez mais complicada, criam uma Comissão Mista para uma resolução desse problema entre os rios Iguaçu e Uruguai. A referida comissão vai trabalhar em cima disso, entre os anos de 1887 até 1890. Quando chegavam a um possível acordo, um dos países rejeitava e assim tinham que retomar tudo novamente.

É apenas em 1889 que se tem um acordo assinado na Argentina, o Tratado de Arbitramento, porém, o Brasil vai ser abalado com a Proclamação da República no mesmo ano e com o Marechal Deodoro da Fonseca[57] não queria criar inimizades com países vizinhos, logo no início do novo governo acaba por aceitar que a área contestada fosse enfim dividida[58].

---

[54] WACHOWICZ, Rui Christovam. **Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização**. 2° ed., Curitiba: Ed. Vicentina, 1987.

55 A estrada de Corrientes ligaria o lado brasileiro ao argentino em uma distância mais curta, facilitando o comercio e criação de muares. A maior parte desses animais era comercializada em Sorocaba. Além disso a Argentina estava começando a exportar carne congelada para a Europa através de navios frigoríficos. Unindo a exportação e o comércio em Sorocaba, o Brasil temia pelo aumento do valor dos muares e então busca como uma possível solução a construção da referida estrada. Era um meio, quase que desesperadamente de manter as criações e os criadores de muares do sul do Brasil a salvos de uma possível decadência econômica.

56 Era um grande proprietário de terras nos Campos de Palmas, fazendeiro de enorme prestigio na criação de animais. Possui marcas de gado registradas e inventário de grande porte. Na ocasião

57 Sendo o primeiro governo após a proclamação da República Deodoro da Fonseca ainda estava instável quanto as questões fronteiriças brasileira e então procurou manter uma relação mais pacifica com a Argentina.

58 Em 25 de janeiro de 1890 é assinado em Montevideo o acordo que então dividia as terras. Quem realiza esse processo é Quintino Bocaiúva que no período era o então ministro das Relações Exteriores brasileira.

Não obstante a região contestada não poderia ser dividida, ou seja, o ganhador dessa causa deveria ser *in totum*[59].

Coube ao Barão do Rio Branco[60] a defesa do Brasil e dentro de alguns meses já tinha organizado argumentos baseados no *uti possidetis*[61] a favor dos brasileiros e uma cópia do mapa do Tratado de 1750[62]. A 06 de fevereiro do ano de 1895, Grover Cleveland, então presidente dos Estados Unidos, deu a sentença a favor do Brasil e o governo logo procurou manter a região dos Campos de Palmas e abdicar a de Missiones. Tinha fim a *Questão de Palmas*.

Domingos Nascimento[63] homem de grande respeito na região palmense afirmou que: *O avanço, pois, da fronteira argentina até Peperi Guaçu e Santo Antônio, sendo a conquista de uma nesga de terra apenas, foi para aquela briosa nação a vitória decisiva de alta estratégia (*NASCIMENTO, 1903, p. 159). Ora, se os argentinos haviam conquistado apenas um pequeno espaço de terras entre os rios, qual o motivo de estarem brigando pelos Campos de Palmas? Não fazia nenhum sentido essa disputa, se analisarmos apenas essa questão; lógico que, pensando nas terras de Missiones, nossos vizinhos arquitetaram uma estratégia para no fim 'realizar a troca de territórios'. Ficando amos os países em situações idênticas de espaços, sem que nenhum saísse perdendo. Fica fácil compreender o motivo dos argentinos não demonstrarem tanta vontade assim nos Campos de Palmas pois sabiam que seria difícil ganhar a questão já que todos os argumentos favoreciam os brasileiros, ao passo que a maior parte do território estava ocupada pelo Brasil.

Toda via, a Argentina tinha uma carta na manga, depois de resolvido essa questão de terras ficou bem compreendido que, afinal, apenas pretendiam deixar o lado brasileiro na defensiva fazendo com que o mesmo priorizasse a área de Palmas e não mais a de Missiones. Sabe-se lá qual era a verdadeira intenção desses países pois ao que tudo indica ambos estavam

---

59 No total, sem repartições. Por completo.

60 Barão do Rio Branco não organizou os argumentos sozinho, teve ao seu lado Dionísio Cerqueira e o almirante Guillobel. Juntos eles descreveram minuciosos argumentos em Nova York, estavam com a causa praticamente ganha.

61 É um direito internacional que categoria o uso do território baseado em quem está sob ele, aqueles que ocupam de fato tal localidade. No caso da Questão de Palmas cerca de 5.763 habitantes da região eram de fato brasileiros e se deve a grande expansão pastoril que havia iniciado no ano de 1839. O povoamento partiu de todas as regiões possíveis, leste, oeste, sul e sudeste. Além de que os brasileiros povoaram de maneira definitiva e os argentinos não, era algo mais circunstancial de exploração da área mesmo.

62 Tratado de Madri. Defendia os limites das colônias na América do sul. Assinado entre Portugal e Espanha.

63 Proprietário de terras, fazendeiro nos Campos de Palmas. Um dos líderes na região na questão de criação e comércio de animais e pastagens.

satisfeitos com o desfecho da *Questão de Palmas*, em que tudo, não passou de enorme blefe diplomático.

O imaginário da população do Sul do Brasil, inclusive os paranaenses, esteve marcada por atos revolucionários, guerras e batalhas por territórios e autonomia econômica. Com a resolução da Questão de Palmas, o Sul se envolverá em outro conflito, este com maiores proporções, a *Guerra do Contestado*. O estado do Paraná após resolver seu embate com a Argentina, teve outra grande inquietação, pois os catarinenses começaram a reivindicar com maior força os mesmos territórios.

Essa disputa entre o Paraná e Santa Catarina veio se arrastando desde o século XVIII tendo os catarinenses reivindicado a área que compreendia os rios Negros, Uruguai e Iguaçu chegando até a fronteira com a Argentina. Em 1853 o Paraná se emancipa de São Paulo e anexa em seus territórios as fronteiras meridionais causando um grande temor por parte de Santa Catarina[64]. A região dos Campos de Palmas logo que resolveu sua questão com a Argentina, vai presenciar um aumento significativo de sua população e a valorização de suas terras. Atribuindo o fato da posse legal da área o governo paranaense achava inapropriado as reinvindicações de Santa Catarina.

A justiça federal no ano de 1901 após receber uma ação por parte de Santa Catarina começa a analisar a solicitação e em 1904 o Supremo Tribunal Federal vai dar causa ganha aos catarinenses. Os paranaenses vão ficar arrasados após ouvirem de um ministro do Supremo Tribunal, o seguinte: *O Paraná tem todo o direito na questão, mas Santa Catarina é um Estado menor, por isso votei contra a sua terra*. (SILVA, 1920).

Foi organizada uma Junta Governativa Provisória[65] para a defesa, a convocação da população para a causa, realizaram comícios e diversas solicitações a favor do Paraná. Entre os anos de 1901 a 1911 a região do Contestado pode desfrutar de uma tranquilidade passageira, logo os ânimos se exaltariam novamente.

---

64 O medo baseava-se nos rumores da criação do Estado das Missões e se concretizado, Santa Catarina teria seu território resumido a uma pequena faixa litorânea correndo o risco de desaparecer por completo caso o Paraná ou o Rio Grande do Sul decidisse tomar a área.

65 Sendo os líderes de várias localidades como Palmas, Clevelândia e União da Vitória. A figura do Coronel Domingos Soares é a mais marcante, pois será o mesmo que libertará o monge José Maria quando este ficou preso em Palmas acusado de estupro, para liderar e lutar a favor dos caboclos no que foi o estopim para a Guerra do Contestado.

Mapa 4 - Região do Contestado 1901- 1916

Fonte: Google imagens

O mapa nos apresenta a região contestada por Santa Catarina, pertencente ao Paraná até 1916. A região demarcada em cor de rosa é toda a área que os catarinenses reivindicavam; na mesma tonalidade representada no mapa, porém 'cortada' pela estrada de ferro, temos as cidades que se envolveram diretamente nos conflitos sendo elas: Curitibanos, Porto União, Caçador, Campos Novos e Irani. Pode-se observar a extensão da estrada de ferro ligando toda a região Sul do Brasil com o estado de São Paulo. Apesar disto, nem todos os territórios contestados estiveram presentes nos conflitos como é o caso de Palmas e de outras localidades mais à esquerda do mapa.

Se faz necessário compreender o contexto histórico por trás desse acontecimento entre os estados de Paraná e Santa Catarina, ao que se parece uma batalha por territórios é na verdade, uma longa trajetória que vem acumulando desde a Guerra da Cisplatina[66], a

66 No governo de Dom João VI o Brasil havia anexado em seu território toda a região Oriental do rio da Prata que compõem hoje o Uruguai, por ocasião foi chamada de província Cisplatina. Proclamada a independência brasileira o então governo não conseguirá manter esta província perdendo-a para os uruguaios que

Revolução dos Farrapos[67] e mais ainda com a Revolução Federalista[68]. Conflitos que anteriormente já haviam assolado o território e o dia a dia da população dos Campos de Palmas.

A Guerra do Contestado vai começar a ter grandes proporções com a vinda da empresa norte americana Brazil Railway Company responsável pela construção da estrada de ferro entre São Paulo e o Rio Grande do Sul. Tendo permissão para explorar uma determinada área de cada lado da ferrovia e sob ordens do Trust Farquarhr[69] a empresa vai começar a *limpeza* expulsando dessas terras todos os posseiros, caboclos e demais população que residiam nas extensões da empresa. Além de que, os colonos chamados para o serviço da construção da estrada, foram todos expulsos da região sem poder levarem quase nada, pois a empresa colocava fogo em tudo.

Aos que não trabalhavam para os norte-americanos, ao retornarem para suas casas muitas vezes encontravam tudo queimado, destruído e suas famílias mortas[70]. Essa situação acabou por gerar mais revolta, é quando a figura do monge José Maria se apresenta com uma visão revolucionária incitando os colonos a lutarem pela terra que era deles por direito, começa-se então a ser organizado os Redutos Santos[71] que acaba chamando a atenção das lideranças policiais. Miguel Lucena se auto denominava monge e dizia ser irmão de João

---

tiveram auxilio nessa causa dos argentinos e em 1828 da Inglaterra que define a região como pertencente ao Uruguai.

67 Revolta de caráter separatista e republicano contra o governo imperial. A província de São Pedro do Rio Grande do Sul declara sua independência tornando-se a Republica Rio-Grandense (1835-1845). Toma grandes proporções ao se expandir até o planalto catarinense proclamando a Republica Juliana ao então município de Lages. Teve como principiais líderes Bento Gonçalves e Giuseppe Garibaldi.

68 Ocorre durante o governo de Floriano Peixoto, é quando os gaúchos lideram o levante por considerar o governo uma ditadura. Recebem o apoio de algumas localidades de Santa Catarina e do Paraná, inclusive dos Campos de Palmas. Reivindicavam a deposição dos governantes e mais autonomia política e econômica. Durante os dois anos e meio de conflito, cerca de 11 mil pessoas foram mortas e a batalha mais sangrenta ocorreu em Lapa, uma cidade do Paraná. Muitos fazendeiros de Palmas ofertaram refúgio aos maragatos quando estes fugiram das perseguições após o fim do conflito. Ver mais em: BORMANN, General J. B. **Dias Fratricidas: memorial da Revolução Federalista no Paraná.** 1 ed. Curitiba: Livraria Econômica Annibal Rocha e Ca, 1901.

69 Será organizado uma polícia da própria empresa, agindo sob suas próprias leis e acordos. Não levando em conta as leis e regras brasileiras. Como haviam recebido do governo a liberação de exploração da área, retiraram as madeiras de Leis, animais, casas e muitas famílias.

70 Alguns caboclos não aceitaram trabalhar na estrada de ferro, continuando suas vidas a depender do que cultivavam e criavam nas terras em que residiam. Por ser um trabalho manual e pesado, muitos homens, pais de família ficavam até dias fora de casa e quando os mesmos retornavam encontravam suas moradias, famílias e animais mortos. Esses ataques eram geralmente proferidos pelos responsáveis da estrada de ferro, ou seja, já que os caboclos haviam se recusado a entregar as terras e a trabalhar para os nortes americanos; a ordem então foi de eliminar esses indivíduos a qualquer custo; inclusive assassinando e devastando toda e qualquer moradia, plantação, criação e família quem encontrassem pelo caminho.

71 Espécie de acampamento liderado pelo monge, acolhia os colonos expulsos e estavam sempre a espreita das forças policiais que queriam a todo custo elimina-los pois estavam ameaçando a ordem

Maria[72], ao ser expulso de Santa Catarina vai refugiar-se em Irani[73] no lado paranaense levando consigo seus fiéis seguidores.

As tensões entre o Paraná e Santa Catarina já não eram boas e só pelo fato da vinda do monge a Irani, complica-se ainda mais. Após trocas de cartas entre os governos, o Paraná vai declarar ser uma afronta a vinda do monge e então enviará um contingente policial chefiado pelo João Gualberto até o Irani para a expulsão do monge e de seu reduto. Ambos os lados, se deparam diante do Vale do Irani em 1912 e após um terrível batalha os dois líderes morrem acirrando ainda mais nos ânimos dos colonos e das forças governamentais.

Têm-se então o início da Guerra do Contestado que perdurará de 1912 até 1916, com inúmeras mortes e expulsão de colonos de suas terras. Sendo necessário 13 expedições do exército nacional para dar fim à guerra e derrotar os sertanejos que cada vez mais conseguiam o apoio de fazendeiros e população local. Com a intervenção nacional, Santa Catarina vai começar a ceder e então o atual presidente Wenceslau Brás intermedirá o acordo e a divisão do território. Ao fim, o Paraná perdeu boa parte de seu território, ficando com aproximadamente 20.000 km² quanto a Santa Catarina a área estimada ficou sendo de 28.000 km².

Essa guerra causou a ira de muitos fazendeiros colonos e moradores dos Campos de Palmas, que agora, passaram a ter suas terras, criações, famílias e negócios divididos entre dois estados marcando profundamente o desenvolvimento da região tanto politicamente como economicamente.

1.5 Re ocupação de uma terra sem leis e com poucos donos

O território dos Campos de Palmas começa a ser ocupado já em 1839 e até sua elevação a Freguesia e consequentemente a Vila inúmeras são as pessoas e os viajantes que

---

72 Monge que já havia percorrido a região sul do Brasil e lutou ao lado de Gumercindo Saraiva na Revolução Federalista. Ficou conhecido pelas previsões que fazia, curas e pelo modo de vida que seguia. Ver mais em: THOME, Nilson. **São João Maria na história do Contestado**. 2ed. Caçador: Edição do autor, 2009.

73 Neste período Irani compunha uma das localidades pertencestes aos Campos de Palmas. Por este motivo é que muitos dos grandes proprietários de terras palmenses lutaram, defenderam e deram apoio financeiro a Guerra. Como já mencionado a figura de Domingos Soares é a mais referenciada, inclusive no processo crime contra o Monge após o termino da Guerra.

por ali passaram e fixaram. A abertura da estrada de Viamão[74] possibilitou aos tropeiros a condução de seus animais até a feira de Sorocaba, porém Palmas acabou ficando de fora da rota ao serem desviados 37 km para o poente em direção a Guarapuava, o motivo disso, encurtar o trajeto.

Quando a necessidade da ida até Palmas, o trajeto aumentava em 70 km tornando a viagem mais cara e demorada. Começava então a surgir rumores de mudança da sede da povoação para um local mais estratégico, as margens da estrada das Missões.[75] Sob a lei provincial n° 22, de 28 de fevereiro de 1855[76] ficava determinado a mudança para a Estrada Geral, ou das Missões[77]. No ano de 1859 o governo irá sugerir através da comissão responsável pela resolução da sede que o local mais apropriado seriam os campos de posse de João Carneiro Marcondes[78] situado próximo ao rio Chapecó, este por sua vez se negava a aceitar alegando ao governo que uma de suas propriedades ficaria dividida em três pedaços caso essa mudança de sede fosse realmente efetuada.

A situação começava a ficar critica na recém formada Freguesia e de acordo com Wachowicz (1987):

> Os anos foram passando e nenhuma decisão era tomada pelo governo provincial. [...] As casas da praça continuavam cobertas de palhas e apodrecendo; a capela de madeira não merecia esse nome. Os fazendeiros continuam a não construir casas no rocio. [...] O vigário de Palmas informava em 1850 que, se o governo da Província não terminasse com as *contemplações* para com Palmas, a freguesia haveria de se despovoar e ficariam apenas os estancieiros. (p. 48).

Entre os anos de 1855 a 1870 a população palmense ficou nessa expectativa de muda ou não muda a sede da Freguesia. Muitos abandonaram o pouco que haviam conseguido, pois

---

74 Esse caminho foi aberto devido a necessidade de comércio e deslocação de tropas, teve o auxílio na sua abertura do nativo Vitorino Condá junto de mais indivíduos de seu grupo. Fazia então, uma ligação até as fronteiras do Rio Grande do Sul, passando pelo rio Chapecozinho até o rio Goyo Em.

75 Os tropeiros eram os principais incentivadores dessa mudança, necessitavam de descanso para eles e suas tropas, além de reabastecerem-se de alimentos e demais produtos de necessidade durante a viagem. O comércio viu vantagem e passou a investir nessa possibilidade também, mas pelo contrário, a maior parte dos fazendeiros e criadores de gado achavam por absurda a ideia já que a atual sede favorecia a todos por estar em uma área mais central do território, além de que a mudança iria cortar ao meio algumas propriedades causando o prejuízo dos criadores. A população em geral se dividia quanto a mudança acarretando em um longo período de estagnação da sociedade e disputa de interesses pelos tropeiros, comerciantes e fazendeiros.

76 Os Campos de Palmas são elevados à categoria de Freguesia.

77 Com a lei sendo aprovada a população não queria se arriscar a construir casas e comércios com medo de terem que mudar. Muitos começaram a sugerir o melhor local então para a mudança e enfim começarem a erguer a sede com suas casas, igreja e pontos de comércio.

78 Grande fazendeiro dos Campos de Palmas. Criador de gado vacum, muar, cavalar, suínos e também caprinos. Tendo sob seu nome o registro de suas fazendas sendo elas: São João do Deserto e São Domingos.

a ameaça tornou-se constante já a população estava à beira de um colapso, ninguém investia em nada e a terra passou a ser ocupada por fugitivos da lei de todas as localidades[79]. De acordo com um relatório da Câmara Municipal de Guarapuava pode-se perceber que:

> Parte dos povos daquele lugar, cansados de esperar pela execução da lei, por meio de uma contribuição comprarão uma parte de campos e mattos no Chupim, no lugar denominado Boa Vista, onde marcaram o lugar para uma povoação junto a estrada das Missões, no qual já existem alguns moradores, cuja localidade, com quanto a Câmara jugou melhor do que a da antiga capela curada, não deve ser contudo ser preferível á do Chapecó, pois que no seu entender, pelas muitas proporções que oferece esta localidade, é onde no entender da Câmara deve ser colocada a nova freguesia (...).(RELATÓRIO, da Câmara Municipal de Guarapuava .... 1870). [80]

Dava-se início o início do povoamento do que mais tarde se tornaria a cidade "*irmã gêmea*" de Palmas, Clevelândia[81]. Concluída a questão da mudança de sede, nada mais se falou disto e Palmas pode enfim dar começo ao seu desenvolvimento que há muito estava parado[82]. A comunicação com o litoral e a venda do gado palmense vai se tornar mais fácil ao ser aberto a estrada que futuramente ficaria conhecida como Estrada de Palmas, ligava a Palmeira, Porto União e a Paranaguá e se tornou a melhor maneira dos fazendeiros conseguirem o sal com um valor mais em conta para seus animais, além da travessia para venda dos mesmos que encurtou o caminho a cerca de 32 léguas pelo novo trajeto.

O gado palmense, neste período, não era tão gordo para a venda em Sorocaba ou exportação devido a isso muitos fazendeiros procuravam vende-los por Guarapuava e pelos Campos Gerais para que pudessem invernar e assim serem revendidos pelos novos donos[83]. A

---

79 A região passou a ser conhecida pelo lugar onde a lei não vigora e cada um deve cuidar a si mesmo em primeiro lugar; sendo priorizado a segurança individual e não coletiva. Talvez seja este o fato da população se "armar até os dentes".

80 A ortografia foi priorizada pela original.

81 O povoado de Clevelândia começa a crescer após essa decisão de compra e deslocamento de comerciantes e tropeiros para a região; sendo esta utilizada como ponto de parada para abastecimento e repouso dos viajantes e suas tropas antes de seguirem rumo a Guarapuava e São Paulo. Antes disso, já havia sido deslocado um contingente da Guarda Nacional para a defesa das fronteiras durante a Guerra do Paraguai e com o fim da mesma muitos permaneceram e que seria apenas provisório tornou se fixo. O aumento populacional foi gradativo e em 1884 recebe a elevação a Freguesia intitulada: Bela Vista de Palmas. Anos mais tarde em homenagem ao presidente dos EUA que arbitrou a favor dos brasileiros na Questão de Palmas será transferido o nome para o atual: Clevelândia. Ver mais em: *RESPOSTA ao questionário assinado pelo prefeito Diogo de Souza Bello, de Bela Vista de Palmas de 1 mar. 1893. OFFICIOS, 1893, vol. 7. DAMI, doc. manuscrito*.

82A propaganda da região se torna cada vez maior e muitos aventureiros decidem por tentar a sorte nos campos palmenses e por volta dos anos 1870 já se pode dizer que houve uma melhora organizacional e econômica em Palmas, lenta, mas estava ocorrendo.

83 O atraso na criação palmense se deve ao longo período que o território ficou estagnado entre a troca de sede, muitos criadores não investiram nas propriedades tendo um resultado bem inferior em seus animais por causa da má alimentação e falta de nutrientes essenciais para a engorda do gado. Sendo de classe inferior, os

sociedade pastoril vai entrar em um breve período de decadência, muitos criadores decidem mudar de negócio; vemos então surgir o ápice da erva mate na região sudoeste do Paraná, porém que não dura muito tempo, pois a extração desordenada das matas irá acarretar praticamente no fim do produto.

Apesar do momento de crise na criação de gado, os Campos de Palmas estavam estruturados por uma oligarquia campeira desde o povoamento, ou seja, a 'crise' não afetava a todos e sim uma parcela dos criadores[84]. Percebe-se isso ao fato de que a própria estruturação partiu primeiro do rural para o urbano, diferentemente de outras regiões onde o urbano predominava[85]. Torna-se fácil observar em que ponto se concentrava a classe dominante que de acordo com Bourdieu (1989) luta pela hierarquia de hierarquização, sendo que:

> [...] as fracções dominantes, cujo poder assenta no capital econômico, tem em vista impor a legitimidade da sua dominação quer por meio da própria produção simbólica, quer por intermédio dos ideólogos conservadores os quais só verdadeiramente servem os interesses dos dominantes por acréscimo, ameaçando sempre desviar em seu proveito o poder de definição do mundo social que detêm por delegação; a fracção dominada tende sempre a colocar o capital específico a que ela deve a sua posição, no topo da hierarquia dos princípios de hierarquização. (BOURDIEU, 1989, p. 12).

Únicos capitalistas localizados na região, não se esforçaram em povoar e aprimorar as demais áreas que não fosse de criação, daí o motivo das terras mais ao ocidente de Clevelândia estarem quase que praticamente desocupadas e a mercê de desertores da lei. Wachowicz nos apresenta que na

> [...] Década de 1920, a população do município de Palmas alcançava 10.270 pessoas. Dessas, apenas 2.175 estavam na área urbana. Palmas era tipicamente região de criatório, com predominância absoluta da população rural voltada para a criação de gado bovino. A população não proprietária vivia encostada nas fazendas como domadores, peões, agregados, boiadeiros, etc. (1987, p. 55).

Quanto a agricultura nos Campos de Palmas não terá grande importância como a criação de animais teve, os fazendeiros que residiam na região não plantavam nem

---

animais não resistiriam a longas jornadas para comércio já que tudo era feito através de invernadas e demoravam cerca de 30 a 45 dias para chegarem nas feiras de comércio.

84 Geralmente aqueles que arrendavam as terras, criadores pequenos que possuíam poucas cabeças de gado ou que criavam seus animais nas terras de seus senhores onde viviam como agregados. A região já estava consolidada sob um poder simbólico detentor de quem podia mais e quem 'devia mais'.

85 As famílias tradicionais que organizaram a estrutura do quadro urbano, ditaram regras de construção e arquitetura. Eram essas famílias extremamente patriarcais que fixavam residência e aos demais habitantes cabiam a organização como podiam, muitas vezes se colocavam apenas como agregados e por isso, não tinham residência fixa eram quase que nômades em uma terra sem leis.

comercializavam nenhum tipo de alimento para sua subsistência[86]. Alegavam sempre que os caboclos não serviam para plantar e sim tocar o gado e que as terras eram inférteis para o cultivo, a vida na região vai se tornar muito cara e a maior parte da população vai depender quase que exclusivamente dos grandes coronéis[87].

86 As poucas plantações que se viam eram de pequenos agregados ou posseiros que buscavam a subsistência através de produtos básicos como o arroz, feijão, milho e a mandioca. E mesmo estes, colhiam conforme iam consumindo deixando a maior parte dos produtos estragarem na própria "roça". Aos fazendeiros, compravam tudo de outras localidades juntamente com o sal para os seus animais.

87 Além do mais deve-se levar em conta que era muito mais fácil tocar e cuidar do gado nos pastos e currais do que ficar o dia todo arando a terra com enxadas.

Não podem fazer ideia da vida que eles levam, ali. Uma vida rural simples e dura. Levantam-se cedo porque têm muito que fazer e deitam-se cedo porque têm muito pouco que pensar –
Oscar Wilde.

CAPÍTULO 02

2.1 Sociedade campeira

O modelo pelo qual os Campos de Palmas se organizaram, é o mesmo que deu origem ao Estado do Rio Grande do sul. Compondo um mosaico com representações diversificadas em seu desenvolvimento firmado na agropecuária extensiva, o espaço definiu então seu modelo econômico. No passar dos anos, o peão da fazenda irá se reconfigurar sob uma perspectiva própria; os animais passam a ser vistos como mercadorias e a relação entre proprietário e trabalhador começa a mudar.

Os sujeitos que vivem no campo começam sofrer transformações em suas relações de trabalho, adaptando e reorganizando o *modus vivendi*[88] de acordo o período e época. A imagem do homem campeiro jamais foi uma coincidência, é na verdade, um modelo de homem do campo que perpassa século; é um reflexo do passado projetado no dado presente e futuro. Ieda Gutfreind[89] descarta a ideia de que o gaúcho é o típico homem nascido no Rio Grande do Sul, definindo os sujeitos como habitantes de um espaço bem delimitado; são agentes sociais que constroem sua cultura através daquilo que vivenciam no dia a dia da lida campeira. Logo, delimitam seu próprio tempo e espaço conforme o período que vivem, mas deixam inalterado todos os traços que os caracterizam como um determinado grupo social.

A maneira de viver aparece sempre relacionada há uma identidade coletiva, direcionando as estruturas pelas quais esse determinado grupo faz parte. Por consequência, o universo que se encontram inserido não está já pronto para esses sujeitos, mas logicamente, será construído pelos mesmos. Capalbo (1979, p.37)[90] esclarece da seguinte maneira, “mundo

---

[88] Modo de vida.

[89] GUTFREIND, I. 2006. O gaúcho e sua cultura. In: N. BOEIRA; T. GOLIN (coord.), História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo, Méritos, vol. 1, p. 241-254.

[90] CAPALBO, C. 1979. Metodologia das ciências sociais: a fenomenologia de Alfred Schutz. Rio de Janeiro, Antares, 102 p.

me aparece sob uma perspectiva determinada e eu organizo em um mundo do qual eu sou o centro. O mesmo ocorre cm o meu semelhante. Eis então que o mundo social se organiza: eu estou aqui e meu semelhante lá". Descartando a existência de outros grupos e modelos de sociedades que não fazem parte das suas. Contudo, é necessário compreender o que envolve o espaço campeiro, por exemplo, o galpão, a lida com os animais torna-se importantes para entendimento de como os sujeitos organizam o modelo e vida que os cercam.

É nas propriedades rurais que o homem campeiro verá sua casa, mais especificamente o galpão. Lugar caraterizado não como a sede (casa do proprietário), e sim, espaço caraterizado pelo fogão a lenha, utensílios e apetrechos para encilhar seus cavalos, o cachorro amigo; fiel companheiro na lida e logicamente o pelego para aguentar as noites frias de inverno. Nesse meio está inserido uma construção de valores, de apego com o passado e com inúmeras realidades. Logo, entre o galpão e o campo está o trabalho desempenhado pelo homem, a lida campeira e pensando a questão de espaço bem como a de tempo, notamos que o pensamento regionalista, os hábitos, costumes típicos dessa sociedade, estão condicionados ao espaço geográfico que os delimitam. Pensando nisso, percebemos que das propriedades até os centros urbanos há uma extensão enorme de terras, podendo então interferir nas relações sociais, nos pensamentos e atitudes desses homens campeiros, já que, vivendo no campo a maior parte de suas vidas vão organizar e desenvolver meios e culturas próprias esquecendo, ou melhor, impondo a sua cultura como única.

Pensando a origem da vida campeira, podemos dizer que a lida com os animais é um ato cultural que define e molda os homens na sociedade; através dessa relação humano e animália os sujeitos envolvidos na sociedade campeira vão delimitar ações sociais baseados nessa perspectiva de que, montados em um cavalo a vida é diferente, os pares são diferentes, e claro, as ideias e costumes também. É sob o lombo do cavalo, que o homem campeiro cria a imagem de liberdade e está vai sendo passada de geração para geração. Veem na lida com os animais, um trabalho, um serviço; mas aquele em que podem desempenhar livres. Há um sentimento e liberdade e autonomia na realização da atividade campeira, contraste que não percebem ao trabalho do meio urbano; aí então a visão e a imposição da sociedade campeiram como única e verdadeiramente "boa".

A relação que a sociedade campeira impõe com a sociedade urbana, é transfigurada conforme o período vivido sendo o sentimento campo imposto aqueles que possuem a mesma rotina, cultura, ideais de trabalho com os animais, e lógico a monta sob o lombo do cavalo. Buscam basear-se em situações e objetos comum, criando uma ideia e identidade coletiva que Thompson (1998, p.165)[91] apresenta como "sentido que cada um tem de si mesmo como membro em um grupo social ou coletividade; é um sentido de pertença, de ser parte de um grupo social que tem uma história própria e um destino coletivo'. Portanto, não começam do nada; estão sempre ligados há uma construção simbólica que determina o "coração" da identidade. Nessa perspectiva é que o território fica localizado mais ao Sudoeste do Paraná irá se estruturar.

Na segunda metade do século XIX a região dos Campos de Palmas, assim como as regiões de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, vai se desenvolver e se estruturar aos moldes de uma sociedade tipicamente campeira[92]. Autores como Maestri (2006)[93], Moreira (1999)[94], Saint- Hilaire (1853)[95], Wachowicz (1987)[96] e Machado (2015)[97] descrevem-nos

---

[91] THOMPSON, J.B. 1998. A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia. 8ª ed., Petrópolis, Vozes, 261p.

92 Termo muito utilizado para definir os sujeitos que vivem e tiram sua subsistência do campo. Aqueles que praticam atividades voltadas ao rural como por exemplo: pastoreio, criação, agricultura, etc. Assim a denominação campeira abrange todos os aspectos relacionados ao meio rural e pastoril da Região Sul brasileira. Ver mais em: HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Dicionário Aurélio**. Ed. Positivo. 2010.

93 Historiador sul-rio-grandense estudou em diversos países como Chile e Bélgica entre os anos de 1971 a 1973 quando então se refugiava politicamente durante o golpe de 11 de setembro de 1973.Voltando ao Brasil trabalhou em diversas universidades, fixando padrão na UPF, Universidade de Passo Fundo. Publicou vários estudos sobre a região sul do Brasil, o escravismo, guerras e conflitos na região. Possui mais de 30 livros publicados entre eles: A Ocupação do Território (Da luta pelo território à instalação da economia pastoril-charqueadora escravista) no ano de 2006.

94 Graduado em Geografia e Direito é autor de várias obras relacionada aos estudos das regiões e territórios, possui vários livros publicados entre eles: O espaço rio-grandense no ano de 1999.

95 Nascido na França em 1779 foi um naturalista muito renomado no mundo inteiro. Suas obras são conhecidas como as primeiras no gênero de relato de viajantes. Vem ao Brasil em 1816 e permaneceu até 1822 onde relatou as inúmeras pesquisas e viagens que fez sobre nosso território. Alguns assuntos envolvem a pesquisa de nossa fauna e flora, os costumes e usos da população brasileira, inclusive as da região Sul do Brasil. Em seus livros relatou com precisão desde as fazendas numerosas, a castração e marcação de animais, a exuberância de nossa fauna, até a mobília, habitações e costumes religiosos de nosso povo. Entre os inúmeros relatos deixados por escritos um se destaca para a compreensão da sociedade campeira: SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pela Comarca de Curitiba 1779- 1853.** Fundação Cultural, 1995.

96 Historiador brasileiro, nascido e criado no estado do Paraná ocupou uma das cadeiras na Academia Paranaense de Letras criando a Semana de História, ato cultural ainda muito presente nas universidades de todo o estado. Lecionou em vários colégios e teve como foco principal de seus livros e estudos a temática regional, pesquisando assuntos como a História do Paraná envolvendo muitos interesses entre eles os culturais e coletivos do estado. Possui várias obras publicadas, sendo a mais conhecida Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização no ano de 1985.

97 Historiador paranaense, possui formação voltada em História da região paranaense, estudos da escravidão e pastoreio nos Campos de Palmas. Professor e historiador possuem somente um livro publicado sendo este a sua dissertação de mestrado onde defendeu e publicou juntamente com seu orientador Mario

detalhadamente a identidade, os valores, modos de vida e costumes aos quais essa sociedade foi sendo adaptada, ou readaptada. A imigração contribuiu para o povoamento e disseminação dos costumes da sociedade campeira palmense. Um território quase que inexplorado[98] até início do século XIX não dispendia de grandes populações povoadoras e sim, pequenos vilarejos de caboclos e povos nativos que ao passar dos anos foram sendo incorporados resultando então em culturas que a cada dia utilizavam-se da solidariedade e da sociabilidade para se reorganizarem como uma sociedade pertencente a este território.

Com os imigrantes, de acordo com Ornelas apud Weber (2010), questões como associativismo, família nuclear e métodos de empreendedorismo vão surgir e se desenvolver nessa área. A autora enfatiza que são os alemães quem trazem valores associativistas, já os italianos, a questão da união familiar forte, diferentes métodos de produção e lida com a terra; os portugueses, por sua vez, influenciam no método pastoril de se criar e organizar as propriedades, a construção de casas em pedras e currais para os animais; e de estrutura campeira[99].

Weber (2010)[100] aponta uma contribuição bem diversificada sobre o tradicionalismo gaúcho[101] que junto com a cultura e o conhecimento dos imigrantes mudaram e deram origem a costumes campeiros, não somente em terras palmenses como em toda a região Sul do Brasil, sendo então que:

Maestri Filho. Sendo a obra, O Sertão e o Cativo: Escravidão e Pastoreio: Os Campos de Palmas – Paraná 1859-1888 no ano de 2015.

[98] O sentido do termo inexplorado faz referência ao homem europeu que cada vez mais imigrava para o Brasil em busca de novas terras e oportunidades de organização de sociedades parecidas com as que viviam em seus locais de origem. Vale ressaltar que muito antes de chegarem a região, os povos nativos já detinham domínio e conhecimento de todo o território.

99 O território paranaense recebeu imigrantes de nacionalidades diferentes como por exemplo os russos, os poloneses, os ucranianos, os japoneses, etc. Sendo os alemães, os italianos e os portugueses os principais povos que após chegarem ao Brasil, decidem por motivos de melhores condições de vida arriscar-se nas terras recém descobertas e pouco povoadas que compunham os Campos de Palmas, assim se estabeleceram em maior número na região servindo de mão de obra para os grandes proprietários de terras e também trabalhadores dos pequenos vilarejos que se organizavam em volta da sociedade.

100 Advogada e mestre em direito, tem pesquisas relacionadas a área de inclusão social e ética no sul do pais. Apesar de não ser historiadora desenvolveu pesquisa nas áreas históricas, envolvendo-se com assuntos como tradicionalismo e cultura dos sujeitos no sul. Possui algumas obras publicadas sendo a utilizada nessa dissertação a que se refere a Políticas públicas de fortalecimento cultural do tradicionalismo gaúcho frente à fragmentação do sujeito na globalização no ano de 2010.

101 Termo utilizado para denominar às pessoas que trabalham ou lidam com a atividade pastoril, nos campos denominados de pampas. Geralmente é classificado para a região Sul do Brasil, e para alguns países como a Argentina e também o Uruguai. Esse termo não necessariamente se refere apenas a população do Rio Grande do Sul, mas também as do Paraná e Santa Catarina já que a denominação gaúcha faz jus a todos os sujeitos que lidam com atividades campeiras, no campo, na lida com o gado, etc. Ver mais em: FELDE, Alberto Zum. ***El gaucho*** *(em espanhol).* Disponível em: <http://www.rau.edu.uy/uruguay/cultura/gaucho.htm> Acesso em: 01 novembro de 2019.

> Grande parte da responsabilidade da organização do tradicionalismo gaúcho é decorrente desta contribuição germânica, pois o gaúcho primário, "originário dos pampas", era nômade, dificilmente tinha paradeiro certo e não podia ser considerado associativista. (WEBER, 2010, p. 18)

As terras férteis e em grandes proporções na região dos Campos de Palmas facilitou essa imigração e composição de uma determinada sociedade, cada etnia que chegava desenvolvia como podia maneiras e métodos de sobrevivência, graças a isto em pouco tempo a freguesia palmense se consagra vila e posteriormente cidade emancipada.[102] Não há a concentração de pessoas somente no que seria o centro do povoado, mas sim, nas grandes propriedades ganadeiras, pertencentes a fazendeiros, coronéis, majores, entre outros membros da elite local, que 'agregavam' cada vez mais pessoas para o trabalho na lida campeira. Além dessas propriedades, havia as menores, chamadas de *ranchos*[103], onde pequenos caboclos cultivavam a terra para a subsistência do próprio vilarejo já que a vinda de produtos básicos, como arroz e feijão, demorava muito e tornava o produto muito caro e inacessível a população.

A mistura entre imigrantes, caboclos e nativos só fez fortalecer o pertencimento que os mesmos sentem em relação a terra e a região da qual fazem parte, esses costumes passam de geração para geração levando a cultura campeira adiante não somente no sentimento, como na lida do dia a dia, sem queixas e desânimos pelo trabalho braçal e pesado. Por muitas vezes, esse sentimento com a terra vem desde criança e permanece com o passar dos anos. Apegam-se com o campo, como único meio e espaço de trabalho, não fazem outra coisa senão lidar

---

[102] Os campos de Palmas, ou a localidade de Palmas como conhecemos hoje, teve sua denominação de freguesia através da Lei Provincial n° 22 de 28 de outubro de 1855; 45 anos depois das primeiras expedições colonizadora na região. Em 13 de abril de 1877 a então "Freguesia- Paróquia de Palmas", é elevada para a categoria de "Vila do Senhor Bom Jesus dos Campos de Palmas. E finalmente sob a Lei n° 484, Palmas torna-se município autônomo em 14 de abril de 1879 quando o então presidente da Câmara Coronel Vivida (Firmino Teixeira Batista) instaura em definitivo o município.

103 O termo é oriundo de algumas regiões do México, Estados Unidos e Canadá, sendo incorporado também pelos italianos aqui no Brasil ao se instalarem nas regiões descampadas no estado do Paraná e Rio Grande do Sul. Propriedade rural onde existe uma pequena habitação geralmente em madeira rústica e em sua volta grandes ou pequenos campos destinados a criação de gado e agricultura de subsistência. Moradia bastante típica no estado do Paraná por ser grande e espaçosa abrigando famílias inteiras que trabalham com o cultivo da terra e o manejo de animais; podem ser caraterizadas também como aqueles espaços cedidos pelos donos das terras para que seus agregados possam construir e viver em uma peque parte da propriedade cuidando da mesma. Outra denominação bastante comum ao termo rancho deriva-se de uma construção local onde para o sustendo da família se realizava o 'rancho para o mês' fazendo referência a compra de grande quantidade de comida para abastecer bastante pessoas por vários dias. Logo, esse termo culturalmente utilizado faz referências tanto a moradia como as compras para o mês nos Campos de Palmas. Ver mais em: **rancho in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa. Porto: Porto Editora, 2003-2018. Acesso em: 01 de novembro de 2019. Disponível em: https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/rancho**

com o gado. E quando necessário defendem as fronteiras com 'unhas e dentes'[104]. É através desse espírito de pertencimento a uma determinada região que surge o tradicionalismo campeiro ou gaúcho, no qual indiretamente estipula regras de conduta para o pertencimento a sociedade, podemos compreender isto como:

> […] um conjunto de atividades organizadas e regulamentadas que objetivam celebrar a figura do gaúcho e seu modo de vida em um passado relativamente distante, tal como os participantes e, sobretudo, os pesquisadores (tradicionalistas) do movimento o percebem e o definem em seus escritos, instituindo práticas de culto em torno das quais se glorifica um passado continuamente atualizado e interpretado no presente. O tradicionalismo, originariamente, era comum às regiões onde hoje se localizam a Argentina, o Uruguai e o estado do Rio Grande do Sul. Territórios em que historicamente é referida a presença do gaúcho identificado à vida rural, cuja principal atividade econômica consistia no apresamento de gado xucro para a comercialização do couro (BRUM, 2013, p. 650).

Maciel[105] (1984, p.128), nos apresenta que "basicamente através da recriação de um determinado modo de vida associado aos gaúchos[106] – o que implica na vida das estâncias e no passado". Ou seja, esse movimento de recriação se edifica em cima de um espaço idealizado, de um imaginário regional que constrói e identifica cada sujeito culturalmente construído, capaz de colocar o mesmo em um patamar ideológico onde não se faz necessário obter riquezas para o engrandecimento, mas sim, possuir a maior de todas as virtudes dentro de uma sociedade campeira: a liberdade de movimentação e a lida constante com animais e a terra. Em outras palavras: "*não fugir da peleia".*

Saint- Hilaire (1995) ao visitar a região sul do Brasil, principalmente o Paraná que até então era conhecida como a 5° Comarca de São Paulo, pelo motivo de não ter sua emancipação política e econômica, descreve em seus relatos como se compunha essa

---

104 Termo muito utilizado pela população palmense no que diz respeito a defesa de suas fronteiras e terras já que a região sempre esteve em conflitos armados de grande porte como por exemplo a Revolução Federalista 1893-1895, a Guerra do Contestado 1912-1916 e a Questão de Palmas 1890-1895. A região ficou bastante conhecida pela facínora com que a população defendia suas posses de terras, além de atacarem a quem procurasse tirar a paz e a calmaria da região. Lugar bastante conhecido pelo banditismo e pôr sem território sem leis, onde a solução de alguma desavença ou conflito é realizada por meio de facão, espingarda e foice. Ver mais em: **WACHOWICZ, Rui Christovam. Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização. 2° ed., Curitiba: Ed. Vicentina, 1987.**

105 Graduada em Ciências Sociais, possui especialização em História do Rio Grande do Sul e Antropologia. Possui seu foco principal nos estudos referentes a representações socais, diversidades e patrimônios, diversidade cultural, maneiras de viver entre outras linhas de pesquisas. Possui algumas obras publicadas, sendo uma das mais vistas: Bailões, é disto que o povo gosta no ano de 1984 onde apresenta o imaginário e o viver da cultura campeira na região sul do país.

106 Ver mais em: **FELDE, Alberto Zum.** ***El gaucho (em espanhol).*** Disponível em: <**http://www.rau.edu.uy/uruguay/cultura/gaucho.htm**> Acesso em: 01 novembro de 2019.

sociedade campeira, deixando bem explicito a admiração pela região através da natureza e dos costumes praticados pela população local. Observa-se com certa grandeza a representação que tive dos sujeitos, das paisagens, da caça, das vestimentas, de sua alimentação das criações, a fauna e a flora, descreve com precisão o caminho das tropas, deixando não apenas um relato mais um documento escrito dos hábitos dos tropeiros, das fazendas, de seus proprietários e os percursos encontrados pelo caminho.

Através disso, pode-se começar a pensar em uma breve análise de gênero acerca da construção da masculinidade do homem campeiro, do trabalho no campo e da vivencia que esses seres humanos estavam expostos em relação com a sua natureza e os animais que os cercavam. Pois era através do trabalho braçal, com os animais de grande porte que a sociedade campeira caracteriza dos homens de verdade; os verdadeiros machos do campo[107].

> [...]"Inevitavelmente, nós consideramos a sociedade um lugar de conspiração, que engole o irmão que muitos de nós temos razões de respeitar na vida privada, e impõe em seu lugar um macho monstruoso, de voz tonitruante, de pulso rude, que, de forma pueril, inscreve no chão signos em giz, místicas linhas de demarcação, entre as quais os seres humanos ficam fixados, rígidos, separados, artificiais. [...] (BOURDIEU, 2012. p.08).

Talvez seja por este motivo que muitas pessoas se fixaram na região dos Campos de Palmas buscaram se introduzir cada vez mais na sociedade campeira, como um método de fuga ou de compensação pessoal, ou quem sabe de aceitação por parte dessa população do campo. Saint Hilaire presenciou muitas dessas cenas em suas visitas pelo território paranaense, onde um detalhe muito peculiar chamou a atenção:

> Como já tenho redito, os habitantes desta Capitania [do Rio Grande do Sul] passam a vida, por assim dizer, a cavalo e, frequentemente, transportam-se a grandes distâncias com tal rapidez, que parece superior às forças humanas (SAINTHILAIRE, 1987 [1820], p. 22).

Por sua vez, a sociedade campeira deve ser vista e analisada como uma estrutura simbólica que determina a rotina e o viver dos sujeitos que muitas vezes desempenham todas suas funções em cima de um animal, que percorrem longos caminhos para lidarem com criações e suas determinadas funções, demandando muita coragem e sangue frio. O cavalo, o boi, a mula, juntamente com o ser humano e a natureza em si, compõem a sociedade da qual

---

107 BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução: Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

me refiro, a campeira, interiorana ou cabocla. Assim já dizia Saint- Hilaire (1987) que as pastagens do sul são imensas e produzem grande fonte de riqueza para a região além de oferecerem ótimas acomodações aos animais, possibilitam aos colonos a moradia e a propagação de sua cultura através das grandes propriedades ganadeiras que surgem povoando a região dos Campos de Palmas.

2.2 Descrições geral das fazendas: Organização e estruturação

Patriarcal[108], é assim que podemos começar a descrever as fazendas e demais propriedades campeiras nos Campos de Palmas. Não era apenas a tradição regional como também as hierarquias de famílias tradicionais que se instalaram na região reproduzindo os moldes de um sistema chefiado principalmente por homens. A eles cabia a responsabilidade de organizar e manter extensões bem diversificadas de terras, alavancando a economia e a expansão do território. Coronéis, Barões, Tenentes e Majores compunham a elite local sendo que devido à distância com as demais localidades e maiores centros urbanos, essa classe acabava por representar uma autoridade e poder local. Essas condecorações primeiramente vieram sob ordens do governo imperial[109] e posteriormente com a Proclamação da República continuaram a ser utilizadas e repassadas aos seus descendentes quase que hierarquicamente. Rui Wachowicz (1987) elenca que foi essa elite a responsável pela organização da sociedade palmense onde:

> O surgimento de uma oligarquia campeira, baseada no domino dos campos, a consolidação da oligarquia campeira deu-se em função da organização cronológica

---

108 Termo utilizado para definir a supremacia do homem nas relações sociais, podendo ser exercida a força simbólica ou física dentro das famílias, sociedade, meio de trabalho e sociabilidade. A origem da palavra vem do grego *pater* e significa no português patriarcalismo, sendo sua pronuncia utilizada primeiramente pelos hebreus para informar o líder supremo de suas aldeias/ clãs. Nesse contexto, as pessoas que estão subordinadas ao patriarcalismo passam a dever obediência e disciplina para com esse líder supremo; podendo ser relacionado também com a religião ou com a escravidão. Ver mais em: **MOORE Jr. Barrington. As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia.**

109 A delimitação temporal desta pesquisa, 1887 a 1938 passa por alguns fatos importantes para o estudo e a compreensão do desenvolvimento da região palmense. Primeiro com o império onde terá as divisões das terras devolutas nos Campos de Palmas, depois da posse logo vem a abolição da escravatura (1888) que não afeta muito a localidade, pois ao passo que se concentra bem ao interior da região paranaense o acesso e a informação demoravam muito tempo para chegar, logo os grandes proprietários de terras perpetuavam o uso de mão de obra escrava para a expansão de suas fazendas e também o cuidado com o gado. Em seguida com a Proclamação da República (1888) as propriedades se expandem e deixa-se de ter teoricamente as condecorações que rondavam o imaginário da população ficando apenas o medo e as ordens a serem seguidas pelos já coronéis e tenentes. Além desses períodos de mudança na organização governamental, a região passa por vários conflitos já citados no capítulo anterior que afetam e acabam por retrair a população dia após dia sob o medo constante de ameaças e ataques as suas terras e fronteiras.

> da chegada. Esse *patriciado* atuou de forma centrifuga. A parte urbana foi relegada para favorecimento dos domínios campeiros, onde inclusive as famílias patriarcais fixavam residência. Desta forma, Palmas teve dificuldades de crescimento e, historicamente, a parte urbana atuou como apêndice do campo, na região. (p.54).

Boa parte desse patriarcalismo concentrava-se nas grandes propriedades de terras, onde a direção ficava sob encargo (na maioria das vezes) de homens brancos, casados e que já possuíam alguma propriedade na região[110] além de exercerem algum cargo político e administrativo nos Campos de Palmas ou nas cidades de que vinham. O domínio sobre a área se dava através da posse pelo estado de terras devolutas[111], poucos eram aqueles que se apossavam de uma pequena parcela da terra e conseguiam manter-se nela, sem a interferência posterior de um coronel ou de outro fazendeiro detentor de maior poder aquisitivo.

Posteriormente, com uma certa regularização dessa região passaram a registrar as propriedades nas câmaras municipais para firmarem por definitivo a posse e o uso das mesmas. Isso demorou muitos anos até que fosse realmente necessário registrar e demarcar as terras e fronteiras. De 1887 até meados de 1912 não se havia nenhum controle de limites e cada fazendeiro, pequeno ou médio expandiam e demarcavam suas terras como bem queriam. Ainda com Wachowicz (1987) percebemos que a população palmense não procurava investir em terras das quais não fossem destinadas a criação e ao pastoreio, assim quanto maior fosse os descampados maiores seriam os números de animais criados. Gutiérrez em um dos seus estudos menciona que:

---

110 Muitos dos proprietários de terras que se instalaram nos Campos de Palmas já tinham outras propriedades em localidades como Guarapuava, Castro, Palmeira e também no Estado do Rio Grande do Sul. Vinham a se instalar nessa região devido ao fato de ser grande os descampados e propícios a criação de animais para engorda e comercio em Sorocaba. Além de se apossarem das terras para esse fim, utilizavam as mesmas para invernagem onde engordavam o gado de outros proprietários até que pudessem ser comercializados.

111 São terras que não pertencem a uma pessoa em particular e estão sob o domínio do Estado. Com a chegada dos portugueses ao Brasil dada a sua colonização foi concedido aos habitantes e imigrantes sesmarias que distribuíam as terras por intermeio das capitanias hereditárias para que os colonizadores pudessem usufruir e cultivar esses territórios, caso não o fizessem o governo imperial as tomava novamente e as distribuía ao próximo colonizador, ou as mesmas ficavam sob o domínio do próprio império. Por ser um território com uma vastidão considerável de terras não foi possível doar tudo e boa parte dos territórios continuaram desocupados e vem ninguém para se apossarem deles. Esses espaços estão constituem as terras devolutas, sem posse ou dono aparente. É o caso dos Campos de Palmas oriundos de terras devolutas acabaram por ser conquistados e povoados por uma pequena parcela constituída de sesmarias; a maior parte da ocupação foi por intermédio de posse mesmo, de chegar e decidir ficar e ao longo dos anos os sujeitos que detinham mais poderes aquisitivos conseguiram fixar-se e mais tarde regularizar o uso e a posse. Muitos registraram anos mais tarde a tutela dessa região, sem ao menos ter um fundamento de como as conquistou ou comprou. Fator este que explica como muitas das fazendas possuíam extensões absurdas para período e para hoje, atualidade, presente. Ver mais em: Pugliese, Roberto J.; **Direito das Coisas.** Pagina 626. 1ºed.Ed. Universitária de Direito.2005; Meirelles, Helly Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro.** Pagina 617 e 618. 39º edição. Editora Malheiros. São Paulo, 2012.

> [...] Para os padrões locais de propriedade e riqueza, e frente aos que nada tinham, esses modestos fazendeiros encarnavam modelos de opulência e fartura, eram os senhores do mundo e, claro, os donos dos meios de produção e de subsistência. Em termos de rebanhos sua preocupação central eram as vacas, os touros e os bois, ou seja, o gado vacum. [...] O cavalar vinha em segundo lugar e as ovelhas e carneiros em terceiro [...] as mulas e burros eram pouco criados [...] (2004, p.110).

Concentra-se em uma pequena fração a população que possui muita terra e animais, onde o poder nem sempre é exercido de maneira simbólica e sim física. Fato analisado e levantado nas fontes e referenciais bibliográficos que se encontram na cidade de Palmas, como no caso do Livro de Registro e Marcas de criadores de animais, alguns inventários post-mortem[112], além de fragmentos de cartas e espécies de recados trocados entre esses coronéis. Notamos que,

> [...] as fracções dominantes, cujo poder assenta no capital econômico, tem em vista impor a legitimidade da sua dominação quer por meio da própria produção simbólica, quer por intermédio dos ideólogos conservadores os quais só verdadeiramente servem os interesses dos dominantes por acréscimo, ameaçando sempre desviar em seu proveito o poder de definição do mundo social que detêm por delegação; a fracção dominada tende sempre a colocar o capital específico a que ela deve a sua posição, no topo da hierarquia dos princípios de hierarquização. (BOURDIEU, 1989, p. 12).

Os campos de pastagens férteis para o gado foram prezas fáceis aos desbravadores e fazendeiros do ramo ganadeiro que a todo custo procuravam expandir e dominar mais territórios. Assim sendo, o valor econômico não tinha grande importância com relação a demonstração de poder e força sobre a população mais pobre; impondo uma visão de opressor e oprimido. Inúmeros foram os coronéis que ali ditaram suas regras e perpetuaram seus ‘poderes’ através de descendestes que carregam no âmago a herança de poder. As famílias tradicionais gozavam de uma força sob a população envolvendo-os em uma teia de vícios e pendencias cada vez maiores. Utilizando-se da força local Küger (2002) apresenta que:

> Dava-se início ao primeiro regime de propriedade latifundiária da região, que tinha no latifúndio (grandes áreas) sua base. Seguindo o fluxo natural do processo de domínio territorial, influência econômica e matriz cultural nesses imensos domínios, estabeleciam-se clãs familiares, com os parentes, escravos, compadres e agregados.

---

112 Ambas as referências se encontram hoje sob os cuidados do Instituto Federal do Paraná, campus de Palmas onde por meio de doação do município a Instituição reorganizou o acervo e o armazenou na parte inferior da biblioteca do campus, ficando aberta a estudos e análises históricas por parte de pesquisadores e historiadores identificados.

> Eles formaram os núcleos sociais primitivos, que promoveriam o desenvolvimento, e proveriam a incipiente organização institucional: Câmara, Juiz de Paz, Fiscais, Delegados do Ensino, da Ordem, etc. (p.77).

Em meados dos anos 1880 e 1900 já havia por volta de 60 fazendas, com aproximadamente 60 mil cabeças de gado divididas entre muar, cavalar e vacum a estimativa é que esse número tenha dobrado de tamanho até os anos de 1938. Para conhecimento utilizaremos exemplos de algumas propriedades palmenses e quem as chefiavas. Lembrando, que ambas pertenciam ao grande escalão da sociedade e que os mesmos marcavam o imaginário e o dia a dia da população que os temiam de inúmeras maneiras. Antes, porém, se vê necessário descrever como essas propriedades eram organizadas, ou seja, como surgia uma fazenda. Como as delimitavam. Quais eram as áreas mais férteis e disputadas pelos colonizadores, povoadores e posseiros. Onde ficava a criação.

A primeira medida tomada pelo interessado na terra, logo no início de sua ocupação era procurar um lugar com mato denso e próximo a rios e lagos, ficando mais fácil de alimentar suas reses e sanar a sede dos animais, principalmente depois da ingestão de uma grande quantidade de sal. Essa medida era importante não apenas para os animais como, também, para a demarcação das fronteiras da propriedade, logo que, não havia uma delimitação formal por cercas; eles utilizavam-se de pontos naturais como pedras, árvores e rios. Ou seja, a extensão das terras era realizada através da popular 'boca a boca'[113] ou de pequenos relatos escritos pelos próprios posseiros, logo na chegada a região. Na sequência os proprietários, que muitas vezes não solicitavam sesmarias[114] para uso da terra, logo buscavam maneiras de erguerem pequenas casas de madeiras[115] e currais improvisados para o gado, na

---

[113] Expressão bastante utilizada na região dos Campos de Palmas, significa acordo, contrato, informação ou noticia passada e/ou firmada através de diálogos sem ter papeis oficiais ou registros em cartórios. Ou seja, a posse das terras e suas fronteiras eram definidas primeiramente desta maneira; sem assinar ou formalizar a compra, venda ou sesmaria da região.

114 Lote de terras concedidas pelo governo/ império com a finalidade de povoar e cultivasse as terras desocupadas. Utilizado esse processo até quando o país passa pela mudança do governo, entra Republica e sai monarquia. Não garantia a propriedade da terra, mas apenas o direito de usufruir para sua subsistência e o povoamento de determinada localidade. Modelo que contribuiu muito para a expansão e fixação da indústria ganadeira nos Campos de Palmas e demais localidades da região sul do Brasil.

115 A madeira por ser um material predominantemente abundante nos Campos de Palmas, torna-se a principal matéria-prima para as construções mais variadas como casas, currais, pontes, cercas, etc. Com a chegada dos imigrantes a estas terras a arquitetura e a estética das casas paranaenses começam a tomar outras formas e então a rusticas casinhas feitas às pressas pelos colonos, logo dará lugares a casas também modestas, mas com um toque europeu. No meio rural utilizavam-se do método de elevação da casa, onde por meio de palanques deixavam o chão afastado meio metro do chão de terá para assim evitar a umidade; há aqueles que erguiam mais para poderem aproveitarem o espaço em baixo como espécies de porões onde guardavam vinhos, queijos e salames se italianos. Geralmente eram constituídas por quartos bem espaçosos, cozinha grande e

tentativa de se apossar o mais rápido possível daquela região e logo começar seu comércio ganadeiro.

Assim, os fazendeiros que chegavam aos Campos de Palmas organizavam os territórios como bem queriam. Dessa maneira torna-se mais fácil compreender como no Estado do Paraná, principalmente na região dos Campos de Palmas inúmeras foram as fazendas que tiveram seus territórios passados a herdeiros e estes desmembraram de uma, mais cinco, seis fazendas com extensões generosas de terras. Nos documentos analisados[116] não constam em medidas exatas as descrições das propriedades nem delimitações por hectares ou alqueires, variações essas que para o período estudado podiam oscilar. Poucos foram os inventários que se preocuparam em registrar a extensão das terras, não em sua totalidade. Mesmo não havendo um registro formal das extensões, as propriedades dos coronéis, majores ou fazendeiros com grande prestigio eram de proporções consideráveis já que muitos possuíam em média de 4 a 6 mil cabeças de gado ou campos para invernagem que recebiam cada ano tropas vindas do Rio Grande do Sul com aproximadamente 10, 15 mil cabeças de gado (Gutiérrez, S/A; Machado, 2015; Küger,2002; Wachowicz, 1985).

Os enormes descampados eram os lugares mais concorridos para posse, pois a vegetação era rasteira e propícia para alimentação do gado. As encostas de rios, lagos e a mata nativa abundante em madeira e erva mate, poderiam também ser utilizadas pelos colonizadores na hora de fabricarem seus currais e casas. Assim, unindo o campo para o gado, retiravam as madeiras e já abriam caminho para que os animais pudessem chegar até os rios e beber água. Ou, por vezes, ao erguerem currais, já pensavam em pequenos ‘postos’ de abastecimento de água se caso as margens dos rios fossem muito argilosas e os animais corressem perigo de ficarem atolados. Assim, quem possuía água e campos largos estavam no lucro e detinham a melhor área para o seu desenvolvimento econômico.

Ao serem colocados os animais para pastarem nesses novos campos, muitos percorriam extensões consideráveis, perdiam-se, ficavam à mercê da natureza e a perigo de animais selvagens e peçonhentos como a onça parda, jaguatirica e serpentes venenosas típicas

---

arejada para acomodar toda a família e quando podiam, agregavam espaços para o lazer como as enormes áreas externas para a roda de conversa e o chimarrão de final de tarde.

116 Livro 01 de Registro e Marcas de proprietários de animais nos Campos de Palmas, inventários post-mortem situados no Tabelionato de Notas Leinig e Instituto Federal do Paraná, campus de Palmas.

da região, como por exemplo a jararaca e a urutu. Os currais serviam apenas para confinarem os animais quando machucados, as vacas quando estavam com as crias com alguma enfermidade ou risco de morte; ademais, os animais ficavam soltos e os currais eram utilizados pouquíssimas vezes ao ano, geralmente na época de castração, marcação a ferro para reconhecimento do proprietário ou para curar alguma enfermidade quando o animal não fosse pego em campo aberto[117].

Em 1887 na Câmara Municipal de Palmas, há em média 186 registros de marcas de gado, com seus respectivos donos[118]. Esse documento não previa determinar a posse, compra, venda e nem mesmo quantas propriedades existiam na região, mas sim, a quantidade de símbolos e marcações que eram realizadas no período. Como não foi possível encontrar o registro de posse da terra, utilizaremos estes dados da Câmara Municipal para apresentar sucintamente quantas propriedades estavam mencionadas na fonte. Muitos dos registros não apresentam a propriedade, mas sim quem era o dono da marca e qual colocação social ocupava, por exemplo, Urquizo de Oliveira Francis era morador de uma fazenda, não era o dono, mas possuía animais que provavelmente recebeu como pagamento em troca de seus serviços. Para impor a posse, registrou sua marca no mesmo documento que o Capitão Francisco de Araújo Pimpão, fazendeiro, dono de terras, animais e poder local[119].

Para uma melhor compreensão das propriedades palmenses buscou-se realizar um mapeamento por ano e unir os dados de cada fonte. Notamos que as descrições são de maneira sucinta de algumas propriedades; outras apresentam em seus inventários informações mais extensas e detalhadas de como era o dia a dia nessa região, além dos bens matérias que o dono, fazendeiro ou arrendatário[120] possuíam. Devido a isto, buscou-se apresentar aquelas em

---

117 Quanto a essa questão de currais e lugares onde os animais ficavam, falaremos mais no próximo item e no terceiro capitulo. Aqui foi exposto apenas algumas considerações pertinentes ao assunto apresentado.

[118] Referenciado ao Livro 01 de Registros e Marcas de criadores de animais dos Campos de Palmas. Entre os anos de 1887 a 1938. E a obra de Nivaldo Küger, Palmas paisagem e memória.

[119] Através do Livro de Registros e da obra Palmas paisagem e memória foi possível obter nomes de algumas propriedades bem como seus donos. Além de que, são mencionados também possuidores, moradores e empregados que registraram suas marcas e tinham animais.

[120] Utilizando-se de definição simples, é o sujeito que toma posse da propriedade sem ser o dono; ele a aluga para uso próprio, usufruiu do que está dentro das delimitações da propriedade e como forma de pagamento geralmente entrega uma porcentagem do cultivo da terra, se a dedicação for a agricultura e se não, entrega ao próprio dono da terra uma determinada quantia de cabeças de gado se o rendeiro praticar a atividade ganadeira. Muitos preferiam e ainda preferem pagar em dinheiro, mas o mais usual é a forma de pagamento através da troca de mercadoria. Nos Campos palmenses geralmente se pagava com animais logo ao nascimento, então quando o

que é possível obter maior quantidade de dados e as outras, por conseguinte serão apresentadas no corpo geral das propriedades que existiam os registros dentro dos anos de 1887 a 1938. As fontes analisadas compõem desde o Livro 01 de Registro e Marcas de proprietários de animais nos Campos de Palmas, até os inventários post-mortem recolhidos e analisados no Tabelionato de Notas Leinig e Instituto Federal do Paraná, campus de Palmas. Além da obra do Nivaldo Küger (2002) que foi utilizada mais como fonte do que referencial bibliográfico devido ao seu teor de informações chaves para a complementação de dados referentes as fontes já recolhidas e analisadas.

A tabela a seguir elenca as fazendas e demais propriedades separadas por ano de registro (das marcas de ferro e não do verdadeiro registro de posse) denominada com seus respectivos donos. A escolha para apresentação de dados foi determinada pelos anos em que houve mais lançamentos de marcas e propriedades.

Tabela 1- Levantamento de fazendas e demais propriedades nos anos de maior registro.

Localidades	1887	1909	1910	1915	1920	1937
Fazendas.	57	12	02	03	--	01
Registro de morador Criador, possuidor.	129	24	11	04	02	02

Fonte: Livro 01 de Registro e Marcas de proprietários de animais nos Campos de Palmas 1887-1938.

Percebe-se que o maior ano de registro de marcas e também de apresentação de fazendas com seus respectivos nomes e donos ocorreu em 1887, quando então os Campos de Palmas ainda estavam em expansão e a economia ganadeira passava por um auge de criação e invernagem dos campos. As fazendas que tiveram maior representatividade, possivelmente tiveram seus registros de posse da terra anteriormente ao ano de 1887 sendo hereditárias acabaram por ficar com o nome do primeiro ou no máximo segundo dono. Muitos dos herdeiros não se preocupavam em transferir o nome da propriedade, com o passar dos anos esses registros acabaram por se perder na vastidão de acervos e documentos da região

mesmo já possuía 4 a 5 meses no momento da marcação, o rendeiro já marcava com o ferro pertencente ao dono da terra e não o dele.

palmense. Para uma melhor análise, a tabela a seguir apresenta algumas propriedades com seus donos.

Tabela 2- Levantamento de alguns proprietários de terras palmenses e suas respectivas propriedades.

Proprietários	Fazendas
José de Oliveira Sá Ribas	Fazenda Serro Alto – 1887.
Capitão Francisco de Araújo Pimpão	Fazenda Conceição do Cruzeiro – 1887.
Tenente Brazileiro Marcondes Pimpão	Fazenda Cruzeiro – 1887.
Capitão Pedro de Sá Ribas Nhonhão	Fazendas São Rufino e Primavera – 1887.
José Joaquim de Almeida	Fazendas Alegrete e outras – 1887.
Tenente Coronel João Carneiro Marcondes	--
Coronel Pedro Maciel de Araújo Netto	Fazenda São Bento e Belo Horizonte – 1909.
Domingos de Araújo	Fazenda Santa Clara – 1909.
Horácio José dos Santos	Fazenda São Francisco do Covilião – 1909.
Zeferina de Oliveira	Fazenda Conceição – 1910.
José Izidorio de Oliveira	Fazenda Conceição – 1910.
José de Araújo Pimpão	Fazenda Capão- Seco da Conceição – 1915.
Cassio Ferreira Moraes	Fazenda Caldeiras – 1937.

Fonte: Livro 01 de Registro e Marcas de proprietários de animais nos Campos de Palmas 1887-1938.

Conforme Küger (2002) a fazenda Cruzeiro se não a mais importante no que diz respeito a economia, foi e ainda é uma das mais destacadas na região. Propriedade do Capitão Francisco de Araújo Pimpão, erguida em meados dos anos de 1861 quando ocorreu o domínio e a posse dos campos recém descobertos e prontos para serem povoados. Possuía uma área equivalente a mais ou menos 11.000 alqueires de extensos campos para criação de animais, matas nativas com plantas de grande porte como por exemplo a araucária, a imbuia e a erva mate. Madeiras essas que por serem de forte resistência foram utilizadas para a construção da casa sede, das casas de empregados e agregados e também de currais para as mais possíveis finalidades de manjo com o gado.

Após o falecimento do Capitão, a propriedade passa para as mãos de Maria Josefa Marcondes de França esposa do mesmo e logo vai ser herdada por Brazileiro Marcondes Pimpão fazendeiro também mencionado na tabela acima como um dos proprietários da

fazenda Cruzeiro; transfere sua propriedade tempos mais tarde para sua filha Inácia do Amaral Pimpão e consecutivamente a propriedade vai passando de geração para geração. Nela a principal atividade econômica centralizou o poder na criação de animais de grande porte como vacum, muar e cavalar sendo alguns de pequeno porte como suínos e caprinos; estes mais para alimentar a propriedade do que para comércio. Ambos os proprietários possuem registro na Câmara Municipal para a marcação de uso próprio a ferro em seus animais. Todos os proprietários descendem da mesma linhagem dos Pimpão e Marcondes conhecido e reconhecidos coronéis dos Campos de Palmas. Possuíam grande número de animais, escravos (entre 1880- 1888), agregados e capangas, o abastecimento se dava quase que internamente sendo buscado conforme analisados nos documentos apenas sal para a criação. Fato um tanto curioso, é que já no ano de 1915 a então proprietária dessa mesma fazenda irá transferir a dita para seu filho o então João de Araújo Pimpão[121].

Ambos os proprietários descendem da mesma linhagem dos Pimpão e Marcondes conhecidos coronéis dos Campos de Palmas. Possuíam grande número de animais, escravos (entre 1880- 1888), agregados e capangas. O abastecimento dava-se quase que internamente na propriedade, conforme analisado nos documentos, apenas o sal para a criação era comprado fora da região[122].

A propriedade pertencente ao Coronel Pedro Maciel de Araújo Netto denominada de São Bento possuía aproximadamente 2.400 alqueires de campos, terras destinadas a agricultura de subsistência, além de ervais nativos de grande valor para o período e cerca de 200 mil exemplares de araucárias nativas e 50 mil imbuias, essas praticamente a metade foi derrubada para construções em geral e venda já que possui um valor bem alto no mercado nacional e também internacional. Assim como os demais fazendeiros, esse coronel possuía também uma marca de ferro própria que utilizava para a marcação de seus animais como os vacuns, muares e alguns cavalares pois muitos não eram marcados a ferro quente por serem considerados nobres demais e na hora de venda comprometia o valor. A segunda propriedade,

---

[121] Inventários Post- mortem entre os anos de 1887 a 1938. Disponível em: Tabelionato de Notas Leinig e Instituto Federal do Paraná; Livro 01 de Registros e Marcas de criadores de animais em Palmas – 1887 a 1938. Disponível em: Acervo Instituto Federal do Paraná; KÜGER, Nivaldo. **Palmas – Paisagem e Memória**: Palmas, Costábile Romano Ltda, 2002.

[122] KÜGER, Nivaldo. **Palmas – Paisagem e Memória**: Palmas, Costábile Romano Ltda, 2002.

Belo Horizonte ficava mais destinada a criação por possuir pastagem natural rica para a alimentação e engorda de animais que seguiam rumo a Sorocaba, essa geralmente era alugada para invernagem[123].

As propriedades pertencestes ao Tenente Pedro Ferreira Pinto (Fazenda São Pedro) e Tenente Brazileiro Marcondes Pimpão (Fazenda Cruzeiro) compunham as mais grandes e detentoras de poder local. Na sequência temos registrada a Fazenda São Joaquim, de propriedade do Coronel João José de Araújo um dos pioneiros da região, datando o ano de 1902 estava localizada na região hoje conhecida por Horizonte, tomada a sua posse pelos primeiros colonizadores, possuía em média 17.780 hectares onde quase todos eram destinados a criação, invernagem e engorda de animais. Para se ter uma noção de sua extensão[124], anos mais tarde será desmembrada as fazendas, Morro- Chato; Santa Rita; Oriente; Monte Alegre; Serrito; Cadeado; Paraíso; Paraisinho[125].

Outra propriedade que se expandiu era modelo nos Campos de Palmas foi a Fazenda Bom Sucesso, pertencente a ninguém menos que o Coronel Domingos Soares, que também esteve envolvido na Revolução Federalista e na Guerra do Contestado. Sua posse de terra, no ano de 1917 tinha como área total 1.800 alqueires de campos para criação e invernadas. Além de grande variedade de madeira de lei e erva mate nativa. Os fatos nos mostram que essa propriedade se destacava pelo poder não só econômico como cultural que exerceu na sociedade palmense. Onde apenas o fato de residirem e/ou trabalharem na propriedade já era visto pelos demais como algo vantajoso e de prestigio na sociedade local.

A fazenda Norte não está apresentada na tabela acima, mas devido ao seu grande valor histórico não devemos deixar de menciona-la pois possuía o equivalente a 9.891 alqueires de puros campos abertos e madeiras de lei. Propriedade que foi pioneira no quesito de “Posse

---

[123] Livro 01 de Registros e Marcas de criadores de animais em Palmas – 1887 a 1938. Disponível em: Acervo Instituto Federal do Paraná; KÜGER, Nivaldo. **Palmas – Paisagem e Memória**: Palmas, Costábile Romano Ltda, 2002.

[124] A partir de 1910, conforme os dados recolhidos no Arquivo Municipal de Palmas e nos registros do IFPR.

[125] Inventários Post- mortem entre os anos de 1887 a 1938. Disponível em: Tabelionato de Notas Leinig e Instituto Federal do Paraná; Livro 01 de Registros e Marcas de criadores de animais em Palmas – 1887 a 1938. Disponível em: Acervo Instituto Federal do Paraná; KÜGER, Nivaldo. **Palmas – Paisagem e Memória**: Palmas, Costábile Romano Ltda, 2002.

Declarada"[126] conquistou o aval em 22 de junho de 1855 através de seu primeiro proprietário Alferes Joaquim Manoel d'Oliveira Ribas. Possuía o modelo econômico avançado para o período com o comércio e criação de gado para venda em Sorocaba e Argentina.

Sucintamente essas propriedades junto com inúmeras outras pertencentes aos Campos de Palmas foram as responsáveis por ditar e deixar marcas na economia pastoril, no modo de viver e de construir a sociedade dos Campos de Palmas. A vivencia trazida ano após ano se moldou com base nessas propriedades e nesses senhores e senhoras que detinham o poder local. Talvez o que conhecemos hoje seja respingos do que ocorreu em um passado não muito distante. Bom mencionar também que após a Guerra do Contestado muitas das propriedades pastoris foram dividas ou passaram a pertencer a Santa Catarina.

Aqui, não foi realizado o levantamento de todas as propriedades que compunham o solo palmense entre os anos de 1887 a 1938 para não me estender muito. Ora de modo geral, chegam a quase a 100 de contabilizados as pequenas propriedades que indiferente de tamanho possuíam uma característica em comum, a questão de muitos proprietários não residirem no campo, no meio rural deixando então as terras sob encargos de empregados, parentes, escravos, arrendatários e até mesmo de agregados. Sujeitos estes que davam ordens e andamento da economia palmense enquanto os referidos donos estavam no meio urbano (pouco desenvolvido comprado ao campo, na região de Palmas) ou em outras propriedades fora do estado.

2.3 A lida é grande e brava: Os sujeitos e suas profissões na lida com o gado

Inúmeras são as profissões que as pessoas desempenham dentro de uma sociedade campeira como os Campos de Palmas. Desde o final do século XIX e início do século XX, ficou presente a introdução bem como a permanência das mesmas trabalhando, tomando conta de grandes extensões de terras de seus proprietários. A maior parte eram homens que como menciona Gustavo Barroso (1956, p.104) "*afeitos aquela vida meio-selvagem, gosavam de ilimitada confiança de seus patrões; eram honestíssimos, fortes, decididos e valentes.*

126 Quando ocorre o registro formal de propriedade sob a vistoria, aval de algum órgão do império/ governo. Com isso a propriedade passava a ser legitimamente do proprietário ao qual o solicitou e realizou a declaração de posse.

Chamava-lhes o povo de "passadores de gado"[127]. Considerando como ponto de partida esse fragmento de Gustavo Barroso, apresentaremos aqui quais são os sujeitos que compunham a classe trabalhadora no território palmense. Será apresentado um pouco de cada profissão e quem as desempenhava, a ordem não interfere em nenhuma analise e compreensão já que dentro de uma fazenda não há uma certa ordem de serviços e sim uma hierarquia que é bem diferente pois na hierarquia as profissões são separadas conforme o grau de dificuldade e de 'macheza' caracterizando assim não somente as funções pastoris como também quem eram os verdadeiros machos, homens de verdade[128]. Ainda com Barroso (1956) vemos que o sertanejo:

> Planta e colhe de tal modo, porque era assim que seu pai colhia: cria assim, porque desta maneira que seu avô criava. Despreza instrumentos de lavoura, desdenha armas de repetição. Durante séculos, a fisionomia da sociedade sertaneja não se tem modificado numa só linha em nenhuma de suas atividades, quer morais, quer físicas, quer psíquicas. O sertanejo é inalterável no seu modo de vestir, de falar, de plantar, de criar, de viver. (p.165).

Conforme Machado (2015) a porcentagem de trabalhadores do sexo masculino nos campos possui uma significativa superioridade com relação ao sexo oposto, isso fica perceptível também nos Campos de Palmas mostrando que apesar de estar situado no interior do estado do Paraná as proporções são as mesmas com as demais localidades do país. Nas mais variadas fontes e referenciais teóricos que estudamos, percebemos algumas profissões típicas de quem lida com o meio rural, aquelas que por serem consideradas de difícil execução geram no imaginário popular uma superioridade simbólica que muitas vezes hierarquiza sociedades como a dos Campos de Palmas. A dificuldade, assim caraterizada, nada mais é do que a maneira pela qual o trabalhador irá desempenhar sua função, ou seja, o manejo com o gado faz dele um homem de coragem, ativo, destemido diante do perigo que é estar em meio a centenas de cabeças de gado que podem a qualquer momento desferir um golpe fatal dadas as

---

127 Termo mais conhecido no norte do país. No Sul, esta terminologia é utilizada também, porém muitos preferem utilizar o termo de tropeiros sendo este o mais conhecido.

128 Dentro do universo pastoril, as profissões determinam mais o modo de ser de cada indivíduo do que sua verdadeira opção sexual. Ou seja, só é visto e reconhecido como homem, aquele que desempenha uma função digna de tal denominação, a lida com os animais de grande porte é um exemplo. Ao realizarem essa atividade, os homens mostram para seus pares e também para a sociedade que são machos por natureza, que dominam e conseguem ter controle de tudo. Porém, não basta só lidar com o trabalho pesado, é necessário seguir uma hierarquia que a própria sociedade campeira criou ao designar quais a profissões são mais dignas de tal título de homem, macho de verdade. Por exemplo, um castrador é mais honrado e respeitado pelo que desempenha do que um laçador; são essas denominações que vão classificar quais indivíduos são verdadeiramente machos no meio pastoril.

proporções de suas forças. Logo, a hierarquia no trabalho estabelece qual profissão exige mais coragem e destreza por parte dos homens que se sujeitam a este tipo de atividade, consequentemente são caraterizados pela sociedade como bravos, honrados, servindo até de 'modelo' para os novatos na atividade campeira.

Dentre muitas profissões que os sujeitos palmenses estavam encarregados na lida campeira, encontramos: campeiros, domadores, laçadores, castradores, ferretes[129], tropeiro, lenheiro, pedreiro, areeiro, doméstico, doméstica, cozinheiro, cozinheira, roceiro, lavrador, sapateiro, capataz entre outros. Esses compõem apenas algumas das funções determinantes dentro da sociedade campeira, buscou-se então apresentar cada uma delas para uma melhor compreensão da classe que realmente fazia o serviço dentro das propriedades.

A começar pelos campeiros, profissão de grande prestigio e masculinidade, no século XIX e XX, cabia geralmente aos homens darem início a suas lidas por volta de 10 a 12 anos aprendendo com os mais velhos o oficio de campeiro. O indivíduo responsável por desempenhar a função deveria diariamente lidar com o gado nos campos, busca-los para algum serviço, mantê-los sob seus olhares para que não houvesse nenhum imprevisto. Realizavam muitas obrigações diárias, muitas vezes mais que todas as outras profissões campeiras, porém, aos olhares dos donos de propriedades eles eram os mais confiáveis a ficarem sob o encargo de chefes, quando os mesmos não estavam na propriedade; muitos caracterizam esta profissão como capatazes ou encarregados de outros trabalhadores do meio rural.

Uma questão bem relevante para essa profissão é que, quando o proprietário da fazenda ou das terras não podia se fazer presente no registro e desenho das marcações a ferro no gado, os próprios campeiros se dirigiam até o cartório e se identificavam como trabalhadores e responsáveis por determinada localidade realizando assim o registro, na Câmara Municipal, da referida marca. Até 1888, ano que ainda havia escravidão, o campeiro detinha nos registros, um valor bem expressivo se comparado a outras funções. Após a abolição percebe-se uma mestiçagem de homens exercendo a profissão. Um detalhe para se

---

129 Ato de marcar os animais com ferro quente, denomina-se em algumas regiões o indivíduo que realiza tal ação.

reconhecer um indivíduo dentro da sociedade, é o fato de estarem sempre a cavalo, jamais a pé, sempre 'campiando'[130] os enormes descampados sulistas.

> Os homens estão sempre a cavalo e andam quase sempre a galope, levando um laço de couro amarrado á sela, que é um tipo especial denominado de lombilho. Os meninos, mesmo os pequenos, aprendem a atirar o laço, a formar o rodeio e a correr atrás dos cavalos e dos bois. [...] Ali não se cuida senão de assuntos ligados a criação de gado; a ignorância é extrema; saber ler e escrever é ser um homem instruído, e entre os proprietários mais importantes contam-se muitos que não possuem essa ciência. (SAINT-HILAIRE, 1853, p. 18).

Imagem 1- Representação em aquarela de um campeiro

Fonte: Alberto Scherer, Porto Alegre/RS.

Outra profissão bem comum era a dos domadores, que assim como a dos campeiros, era realizada somente por homens de extrema confiança do patrão. Porque? A resposta é bem simples, o ato de domar um animal seja ele o vacum, cavalar ou muar dependia de muita garra e bravura do homem pelo fato de ser um trabalho bem arriscado, já que os animais na maioria das vezes estavam sob a condição de xucros[131], os domadores então necessitavam doma-lo com paciência, resistência e isso só ficava a encargo daqueles trabalhadores que possuíam

130 Termo regional que representa a busca, procura por algo podendo ser animais ou não. Daí o motivo de se falar campiando diariamente.

131 O Mesmo que selvagem. Bravo.

muita confiança do patrão, caso não conseguissem deixariam os animais mais revoltosos acarretando no abate do mesmo, já que uma nova domação seria mais difícil. Essa profissão também possuía prestigio por parte da sociedade campeira, mas não era tanto como as de campeiro e tropeiros.

O ato de domar consistia em etapas, não era feito por apenas um indivíduo, o cavalo por exemplo, é um animal de grande porte e pesado, se caísse em cima do domador poderia acarretar sua morte, então se fazia necessário praticarem este serviço em mais de um trabalhador. Usavam de duas maneiras, uma tradicional, optando pelo uso da força e agressividade o que muitas vezes não dava certo; outro racional em que ganhavam a confiança do animal para depois doma-lo como queriam. No território palmense a mais utilizada era a racional já que muitos dos animais serviriam para venda e utilização em outras propriedades. Os domadores por sua vez, precisavam criar e ampliarem técnicas de confiança do animal, primeiramente conquistando a confiança, depois montando no mesmo de maneira que consiga fazer pequenos movimentos e corridas curtas, na sequencia entrava uma roda de exercícios repetitivos até que o animal estivesse pronto para a monta e o trabalho. Este que poderia durar de um mês a seis meses conforme o estado de selvageria do animal e a destreza do domador.

Imagem 2- Representação de domadores de animais

Fonte: JGE – Domadores. Sem data.

Os laçadores destacam-se na sociedade campeira por desempenharem uma função muito importante auxiliando as demais, como por exemplo, castração, ferrete, doma, compra e venda. Cabia a eles a procura pelo animal, em campo aberto ou curral, juntamente com os campeiros; após encontra-los, os laçadores sem descerem dos cavalos giram uma espécie de corda no ar, laçando os animais e puxando-os até caírem ao chão; assim outros homens da lida conseguem imobilizar a res para determinada função. O processo de laço deveria ser treinado diariamente, já que na peleia poderia ocorrer inúmeros imprevistos como por exemplo, em vez de laçar o animal certo, acabavam por derrubar outro. Homens de coragem e agilidade eram os mais procurados para exercer esta profissão já que para laçar deveriam segurar o cavalo apenas com uma das mãos, quando não utilizavam as duas na hora do enlace. Saint - Hilaire descreve que, "[...] Respirando ar puro, sempre ocupados em montar seus cavalos, em laçar ou arrebanhar os animais, galopando pelos pastos, os habitantes dos Campos Gerais desfrutam de excelência saúde" (1857, p.13) para desempenharem suas funções diárias.

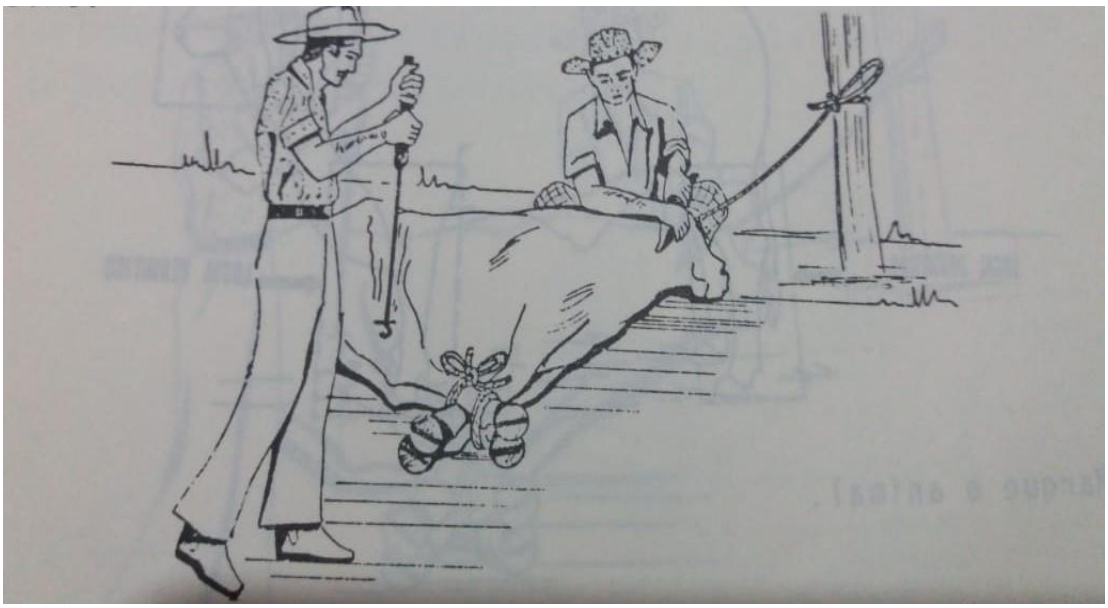
Imagem 3- Representação de laçadores em campo.

Fonte: José Lanzellotti.

O ato de castrar os animais, talvez o mais cruel e pouco desejado pelos campeiros nas fazendas, pelo seu alto teor de brutalidade contra os animais. Aqueles que se encorajavam de

ser considerados castradores eram vistos na sociedade palmense com grande prestigio e medo. Devido ao fato dessa profissão exigir muito sangue frio, coragem e força na hora de castrar animais entre os 2 e 4 anos de idade[132]. Já os ferretes, indivíduos responsáveis pelo ato de marcar os animais com ferro quente estampando em sua pele o símbolo de determinado proprietário. Esta profissão exige muita firmeza nas mãos, pois no século XIX e XX muitos dos animais eram marcados em campo aberto logo, cada profissional deveria mantê-los sob suas forças das mãos, ao mesmo tempo que cordas grossas ficavam amarradas nas patas dianteiras e traseiras. Enquanto alguns trabalhadores seguram o bichano, o ferrete imprime no couro o ferro extremamente aquecido no fogo queimando a pele do mesmo e imprimindo a marca de seu dono, ou do novo proprietário[133].

Imagem 4- Representação de uma marcação com ferro.



Fonte: Livro Criador de gado de corte – CBR.

Os tropeiros entram na classe de sujeitos e profissões no meio rural não somente nos Campos de Palmas, como em toda a região Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país. Profissão que se não todos, a maioria dos homens gostariam de ter ou acender no final do século XIX e início do Século XX. Caracterizados como responsáveis por conduzir as tropas de animais

132 Quanto aos métodos utilizados para castração ler item 2.3 que refere aos animais e métodos de manejo até transportes.

133 Quando aos métodos de marcação do gado ler item 2.3 onde apresentarei mais informações em específicos as marcações de gados já introduzindo o assunto para o referido terceiro capítulo dessa dissertação.

para lugares de compras e vendas como por exemplo a mais famosa feira, à de Sorocaba, em São Paulo, responsável pela maior parte do comércio dos gados vacuns, muares e cavalares do país. Homens de todos as idades compunham essa classe de trabalhadores que além de levarem os animais também faziam comércio por onde passavam, vendendo e comprando diversas mercadorias como sal, azeite, couro, etc. Quanto à região Sul do país, em especifico, muitos saíam do estado do Rio Grande do Sul em direção a São Paulo e como as viagens duravam longos períodos precisavam descansar e também as tropas que perdiam muito peso com as longas jornadas.

Então, o Paraná vai tornar-se o ponto de parada, já que fica na divisa com o estado de São Paulo; assim muitos dos proprietários de terras nos Campos Palmenses veem uma oportunidade de lucro mais rentável que a criação de gado, passando a alugar esses terrenos aos tropeiros que vem com as grandiosas tropas de animais. Clevelândia, cidade irmã gêmea dos Campos de Palmas vai ser criada devido a essa passagem dos tropeiros pela região. Na região palmense, esses sujeitos vão invernar como Saint Hilaire apresentou,

> As excelentes pastagens paranaenses são aproveitadas como invernadas para as numerosas tropas de burros que vem do Rio Grande do Sul, divididas em pontas de quinhentos e seiscentos animais. As tropas chegam em fevereiro, depois de atravessarem o Sertão de Viamão, entre Lapa e Lajes, onde perdem muito peso. Comumente, em lugar de forçarem os animais a prosseguirem viagem, os tropeiros deixam-nos descansando nos campos até outubro, quando seguem para Sorocaba. No começo da invernada os camaradas que acompanham a tropa até ali são mandados de volta, com exceção de dois ou três, sendo contratado outros quando se reinicia aa viagem. (1853, p. 26-27).

As comitivas dos tropeiros reuniam em torno de 30 homens todos a cavalos seguidos de seus fiéis escudeiros, o cachorro para tocar o gado quando este se dispersava. Ao chegarem então aos campos de invernagem muitos como já mencionou Saint- Hilaire eram dispensados e retornavam aos seus lugares de origem já que, para o manejo e o cuidado do gado, enquanto invernam poucos homens são necessários. Muitos dos tropeiros dispensados não retornavam para seus lares ficando pela região e trabalhando nas fazendas próximas como braços direitos dos grandes coronéis e fazendeiros palmenses.

Imagem 5- Representação de uma comitiva de tropeiros

Fonte: Getulio Delphim.

As demais profissões como domésticas (a); cozinheiro(a); roceiro; lavrador; sapateiro, entre outros, não devem ser menosprezadas no que concerne à sociedade campeira, pelo fato de comporem a classe que realizavam funções básicas como plantio para a subsistência de todos na propriedade; preparavam os alimentos, cuidavam das residências, sendo elas a casa sede ou não, arrumavam as roupas e os calçados desgastados pelo tempo ou por alguma adversidade no dia a dia. Ficando claro que as profissões mais presentes no meio, relativamente a lida com animais e as suas respectivas marcações não foram estas e devido a isto foram apenas citadas como existentes e não aprofundadas nas descrições.

2.4 Economia pastoril: da marcação ao comércio

O estado do Paraná viu a pecuária emergir fortemente a partir dos séculos XVIII e XIX quando, conforme Gutiérrez (2004), os mercados internos brasileiros estavam se consolidando na economia pastoril e deslocando-se fortemente para as regiões Sul e Sudeste do país. Autores como Altiva Balhana (1975) e Cecília Westphalen (1975), já mencionaram o assunto em algumas de suas obras referenciando sempre os paranaenses e os sul-rio-grandenses como bons criadores e comerciantes no ramo pecuário. A valorização das terras e dos enormes descampados nos Campos de Palmas se dava cada vez mais rápido e o comércio e a criação de animais provocava um trânsito intenso nas redondezas. Novos habitantes chegavam todos os dias ao passo que novas boiadas saiam rumando as feiras e os comércios em outras localidades. Tanto as Fazendas como as demais propriedades de gado aumentavam seus tamanhos de mês para mês[134], atraindo os olhares de donos de terras e também de membros de outras nações tais como a Argentina e o Uruguai. Ainda com Gutiérrez (2004) vemos que,

> No desenvolvimento desses circuitos mercantis a pecuária teve um papel central, como setor fornecedor do único meio de transporte disponível antes da construção das estradas de ferro, além de instrumento de trabalho nos engenhos e fazendas, alimento para a população, e provedor de subprodutos como o leite, o couro e a lã. (p.102).

Entre os anos de 1880 e 1938 tivemos algumas atividades econômicas na região, mas as que mais se sobressaíram foram aquelas em que o gado estava relacionado, ou seja, a indústria ganadeira que tinha o maior e melhor valor aquisitivo no mercado regional palmense; sendo destaque nas demais regiões. Mendes (1989) elenca que, apesar de haver grandes extensões de terras, os proprietários não sabiam como aproveitá-las por completo utilizando o que podiam;[135] e lógico, o que a mão de obra disponível possibilitava. Ora, se

---

134 Entre um determinado período: de 1887 a mais ou menos 1910/ 1912 quando começou a ficar mais rigoroso o processo de compra e venda de terras e também a questão de posse passou a ser mais criteriosa na escolha e na decisão de quem ficaria com as terras.

135 Devido as grandes proporções de terras as quais os primeiros povoadores conquistaram e foram repassando hereditariamente a seus familiares a indústria ganadeira apesar de demandar espaço para os animais, não foi suficiente para a ocupação de todo o território. Muitos criadores não utilizavam nem a metade das terras e estas ficavam ou desocupadas ou vegetação rasteiras já que nos enormes campos não se via matas e árvores agrupadas de grande porte era uma que outra araucária disposta aleatoriamente pelos vales. As regiões da propriedade em que se concentravam as matas nativas geralmente eram próximas a rios e riachos se estendendo

o restante dos campos ficava quase que desocupados a agricultura poderia servir de abastecimento e lucro para os habitantes? Poderia, porém, ficou destinada meramente para subsistência; entretanto os poucos proprietários que se preocupavam em plantar para comércio conseguiam abastecer apenas o vilarejo e algumas localidades próximas, como a de Clevelândia. Saint- Hilaire (1853) ao visitar a região percebeu que os homens, caboclos que ali viviam, possuíam costumes quase que selvagens ou próximos aos povos nativos, que ficavam a maior parte do tempo embrenhados nas matas, a procura de animais de caça para o sustento de suas famílias. Quando não tinham laços afetivos, montavam acampamento em determinada região e lá permaneciam sobrevivendo da caça e da pecuária. Além de ter presenciado este método do povo sulista ao descrever que,

> Todos os fazendeiros se dedicam a criação de gado e só cultivam a terra para suprir suas próprias necessidades, não exportando nenhum dos seus produtos. Não obstante, a região é propicia a todo tipo de cultura, e seus produtos principais são o milho, o trigo, o arroz, o feijão, o fumo e o algodão. (p.27).

O comércio de gado, ou a indústria ganadeira, funcionava correlacionada com demais funções, pois uma complementava a outra em uma região mais interiorana, o comércio, transporte, manejo e até mesmo o abate, demandavam de muita cooperação entre indivíduos e viajantes (tropeiros). De acordo com Gutiérrez:

> [...] A pecuária no Paraná funcionou associando atividades correlatas: tropeirismo, invernagem e criação, e juntas conviveram, sobressaindo em períodos determinados alguma em particular. Na primeira metade do século XVIII, após a abertura da estrada do Sul por volta de 1733, a passagem crescente de tropas envolveu no comércio cada vez mais pessoas avizinhadas nos planaltos do Paraná. Os fazendeiros paranaenses participavam da venda de tropas indo buscar pessoalmente, ou mandando buscar, muares e cavalos sulinos. Esse comércio rapidamente incentivaria a formação de fazendas, seja para alugar pastos, seja para criar e vender animais, ou, com mais frequência, ambas. (2004, p.102/103).

Qualquer indivíduo poderia criar, vender e abater seus animais no território palmense desde que seguissem algumas regras, denominadas pelo Código de Postura que elencava várias medidas para o abate, criação e transporte desses animais. Conforme Pereira (2003) esse regulamento estabelecia certas normas que a comunidade em geral deveria seguir, não só para com os animais, e sim para toda a organização política,

---

por longas faixas em todo o território. Saint- Hilaire em uma de suas visitas a Comarca de Curitiba descreveu e muito bem esses detalhes nas propriedades pastoris.

econômica e administrativa da sociedade palmense. Quando a então Freguesia de Palmas emancipa-se elevando a categoria de Vila, e posteriormente, a município, essas normas passam a ficar mais rigorosas e principalmente, ao processo de abate dos animais já que a higiene, estava em pauta no ano de 1887[136]. Como por exemplo, apresentamos o artigo 19 onde menciona que:

> Em quanto não houver matadouro público, os fiscais marcarão um lugar próprio para esse uso, fora do qual nenhum marchante poderá matar gado um para vender a carne verde, pena de multa de $8000 de cada dez que matar fora do lugar designado. (PEREIRA, 2003, p. 169).[137]

No século XIX, as posturas municipais estavam em vigor e a população se acostumava com as regras para tal empregabilidade. É nesse período que a criação teve seu auge nos Campos de Palmas; os grandes proprietários de terras, dominavam a economia ganadeira bem como os escravos e homens livres (1887-1889) que desempenhavam diversas funções como: domador, castrador, peão, laçador, ferrete, etc.[138]. Para tal trabalho é necessário que se apresente quais eram os animais criados; quais suas estimativas de produção; como eram criados; como esses sujeitos realizavam a separação na hora da venda, invernagem ou mesmo quando animais de dois ou mais proprietários se misturavam nos pastos; enfim esse processo ganadeiro integra-se a um conjunto de serviços que tem como destino final a venda em Sorocaba.

Os animais primeiramente ficavam soltos nos enormes campos palmenses, visto que não havia nenhuma delimitação de terras, causando muitas vezes a mistura de animais de um ou mais criadores na região; dificultando a separação como a verificação de quem pertencia determinado animal. As cercas, conforme apresenta Barros (1995), estendiam-se pela paisagem nos seus mais variados métodos de construção, sendo aproveitados os recursos naturais que os caboclos tinham à mão e em abundância, podendo vir a ser de pau, pedra, ramagem, folha, espinhos, entre outros materiais, naturalmente ofertados pela

---

136 As posturas municipais correspondem ao grupo de normas a serem seguidas pela população nas mais variadas finalidades. Quanto as dos Campos de Palmas, não foi encontrada nenhuma que se referisse aos anos estudados 1887 – 1938. As que são utilizadas nessa dissertação correspondem ao município de Guarapuava, sendo que a opção pela utilização da mesma se deu ao fato de Palmas ter pertencido ao território de Guarapuava antes de se elevar a Freguesia, Vila e consecutivamente município. Alguns dos artigos aqui mencionados fazem jus a utilização já que a fiscalização provinha dos guarapuavanos. Ver mais em: PEREIRA, Magnus Roberto de Mello, org. **Posturas municipais do Paraná, 1829 a 1895**. – Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003, 199p.

137 Mantido a grafia original.

138 Profissões já apresentadas no item anterior. 2.2

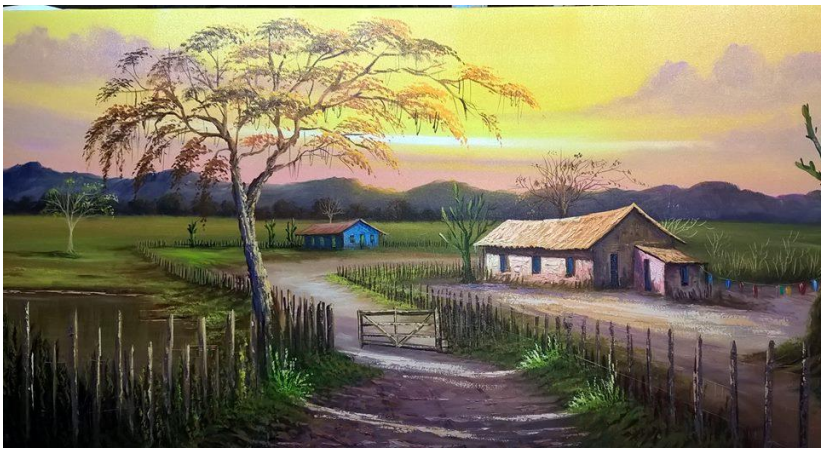
região. Ela vem à surgir a pouco tempo, provavelmente em meados dos anos de 1912 em diante, onde o roubo e a ameaça de bandoleiros e forasteiros torna-se frequente, nos Campos palmenses.

> [...] Estão ferrados, assinalados (sinais nas orelhas), castrados, serradas as pontas dos chifres, é quanto basta. As terras não tem cercas, nem valados, nem divisões, de espécie alguma. O gado de uma fazenda vive de envolta com o das outras e vice-versa. À tarde, na cacimba, o vaqueiro vê o gado quase todo, conhece-o um por um, sabe de sua origem, destrinça a arvora genealogia de uma res num momento; nota que a res de Fulana e a res de Cicrana bebem na cacimba tal, que a Beltrana come em al pasto; vê, então, quem falta a revista mais de dois dias seguidos e toma providencias. [...] (BARROSO, 1956, p44).

Ainda com o mesmo autor essas cercas protegiam não somente as reses como a pequena lavoura de subsistência, as casas com seus poucos pertences ou a sedes dos fazendeiros que detinham um valor bem alto em utensílios da época, além de protegerem animais de pequeno porte como porcos, ovelhas, aves que possivelmente ficavam mais próximos as casas e não soltos em campo como os animais de grande porte. Ao que diz respeito aos materiais utilizados, tal como os povos a introduzirem o método de cercamento na região Sul e palmense Barros (2004) apresenta que,

> [...] os recursos mais à mãos e que estariam presentes em todos os tipos de construções desses anteparos. A madeira e à pedra se juntavam, assim, esses outros elementos básicos da vida dos grupos e comunidades sertanejas: o barro, as fibras, o couro e a palha que, trabalhados e aproveitados de diversas maneiras, puderam constituir-se nos elementos comuns às atividades domésticas e complementares tanto do nosso sertanejo como de todas as civilizações primárias que tiveram por base a agricultura e a pastorícia. [...] O uso das cercas de pedra, denotando uma técnica mais portuguesa na sua construção, faria suspeitar que as cercas, em geral, foram também um recurso introduzido por esses povoadores. [...] Sendo, ainda, os introdutores do gado e tendo os hábitos do seu tratamento, foram com certeza, os portugueses, os iniciadores dos cercados, ora para o “apartamento” do gado, ora, com extensão do povoamento, para a segurança dos roçados de subsistência. (p.24-25).

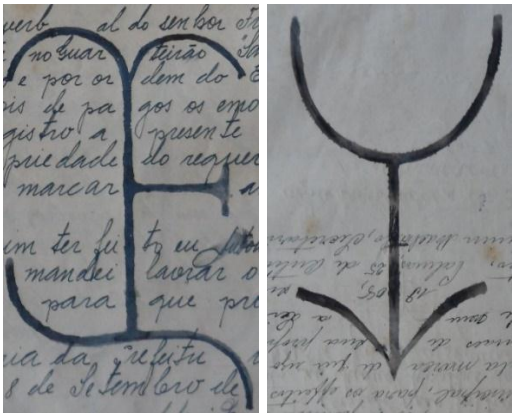
Imagem 6- Representação de um estilo de cerca sertaneja.



Fonte: J. Fernando.

Anteriormente às cercas de delimitação, os caboclos utilizavam de um método comum, que mesmo após implantarem os cercados continuaram a utilizar este método como segurança e posse dos animais que pertenciam a determinada propriedade. Esse ato consistia em marcar a ferro quente o animal com a marca de seu dono para que firmasse em definitivo a quem pertencia. A marcação servia também como ferramenta de distinção quando não se havia as cercas, os encarregados da fazenda sendo campeiros, peões, laçadores e domadores dirigiam-se aos campos em determinados períodos para fazerem a separação conforme a marca[139] de cada dono.

Imagem 7- Marcas de gado palmense dos anos 1924 e 1938.



Fonte: Livro 01 de Registro e marcas dos criadores de Palmas – 1887– 1938.

139 As marcas são carregadas de simbologias e hereditariedade de cada sujeito que as registra na Câmara Municipal. Após esse registro ela passa a ser propriedade e vista como posse pela sociedade em geral. As mesmas serão melhor descritas no terceiro capítulo dessa dissertação, onde se apresenta a composição minuciosa da mesma, como é feita, quem faz, quem marca, exemplos de marcas na região palmense a quem pertenciam, além da análise da composição e estruturação das mesmas através do estudo da semiótica.

A criação de gado dispunha de pouca mão de obra, em média de 5 a 10 homens que trabalhavam em poucos intervalos de tempo, sendo os períodos mais intensos quando era necessário reunir o gado no campo para o abastecimento com o sal; produto primordial para a alimentação dos animais, juntamente com o pasto. O sal era disposto em montes, pelos campeiros (também chamados de peões) que em cima de seus cavalos reuniam o gado para a alimentação. Estes eram chamados aos berros de "toma, toma, toma" e ao se reunirem em bando devoravam o sal até o ultimo grão. Após isso dirigiam-se aos lagos e rios para sanar a sede e continuarem a ruminar pelos pastos.

Os trabalhadores também precisavam de tempos em tempos, marcarem os bezerros novos (geralmente duas vezes ao ano e no inverno para que as bicheiras não atacassem, todavia, a cicatrização ser mais rápida) além de percorrem os campos para verificarem se havia nascido algum bezerro e se demandava de mais cuidados ou se a natureza se encarregava disso. Saint- Hilaire (1853) descreve com tamanha riqueza de detalhes essas ações:

> O número de bezerros corresponde, todos os anos, a mais ou menos um quarto do das vacas. É bem verdade eu o número de bezerros que nasce é muito maior do que esse, mas as doenças dizimam uma boa parte, e muitos são levados pelos ladrões ou devorados pelos animais selvagens. Na época em que nascem os bezerros, é necessário examina-los e exterminarmos os vermes que se criam na cicatriz umbilical. Os vaqueiros, a cavalo, percorrem os pastos e cercam determinados trechos, que inspecionam minuciosamente, procurando os bezerros em lugares isolados e escondidos, onde as vacas costumam parir. Vão se aproximando pouco a pouco, apertando o cerco, e dessa maneira conduzem o rebanho para um local predeterminado. Ali eles examinam os bezerros e encaminham para a fazenda os que precisam ser tratados, tendo o cuidado de deixar que a mãe vá junto. [...] Quando as fazendas são muito vastas, gastam-se vários dias para percorre-las na sua totalidade [...] (p.22- 23).

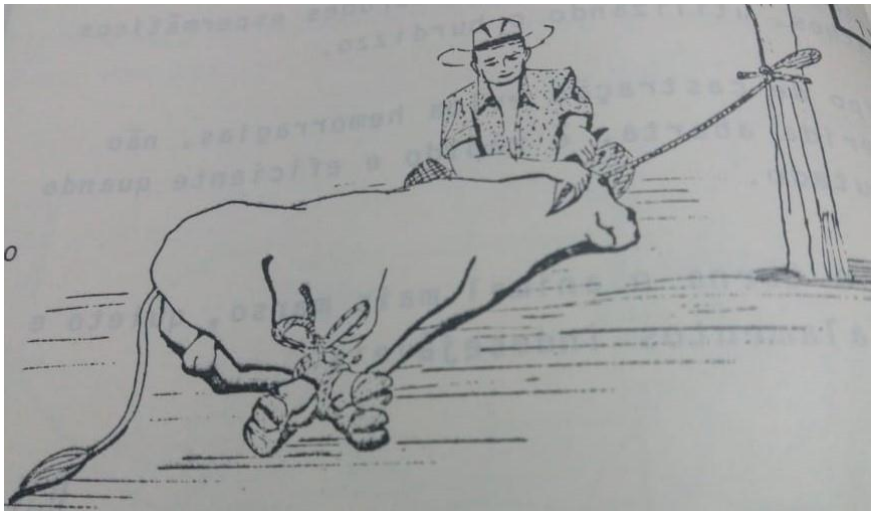
A marcação se dá entre os 2 anos de idade e a castração desses animais (touros) ocorre entre os 2 e 4 anos, posteriormente, eles estão prontos para a engorda e a venda, em diversas localidades. A castração já mencionada sucintamente no item anterior, aqui melhor descrita é um processo que exige muita habilidade do sujeito responsável, pois qualquer erro pode acarretar na morte do animal e perder uma res não era muito aconselhável já que resultaria em desacordos com os proprietários, pois os mesmos não aceitavam erros devido ao alto valor da cabeça de gado. Neste processo muitos fazendeiros optavam pela retirada por completo dos testículos do animal, outros iam por um processo mais doloroso e cruel de certa maneira. É

novamente com Saint- Hilaire que vamos perceber o método mais utilizado na castração na região sul onde:

> Os touros eram levados aos currais e um vaqueiro atirava o laço e prendia um dos animais pelos chifres, enquanto outro laçava pelas patas traseiras e um terceiro o agarrava pela cauda e o atirava no chão. Uma vez no chão, o touro era deitado sobre um dos flancos, a cauda passada por baixo de uma de suas coxas e suas patas traseiras amarradas, sendo a corda passada em volta dos chifres; dessa maneira a cabeça do touro era forçada a se aproximar dos seus quartos traseiros, fazendo com seus testículos se projetassem para fora, entre as duas coxas. Por fim, logo acima deles amarrava-se ao escroto um pedaço de madeira de uns quatro pés de comprimento, que ficava apoiado ao chão. Terminados esses preparativos, um dos vaqueiros munia-se de um porrete e dava violentas pancadas na parte do escroto presa a tabua, esmagando assim os canais espermáticos. Terminada a operação, o animal era desamarrado e levado para junto dos outros. (1853, p. 23).

Os animais soltavam berros de dor e outros aguentavam a tortura calados. Havia outros métodos de castração talvez menos dolorosos, mas os campeiros alegavam que esse era o mais indicado já que não ficava ferida aberta e não tinha então bicheiras para serem tratadas além de que os testículos após o ato iriam diminuindo de tamanho até atrofiarem por completo.

Imagem 8- Representação de castração de um bovino.



Fonte: Livro Criador de gado de corte – CBR.

Além do gado vacum outro animal era muito utilizado nos Campos de Palmas: o cavalo, que assim como o vacum era mantido solto no campo, sendo laçado apenas quando havia a necessidade de realizar algum serviço, tropeada ou venda dos mesmos. Diferente dos vacuns, os cavalos eram tidos mais para trabalho do que para comercialização da carne, e na região palmense, compunham um número expressivo se comparado aos muares, que

serviam para abastecer Minas Gerais; posteriormente com a diminuição da demanda devido a baixa da extração do ouro, esses animais passaram a ser utilizados como apoio aos tropeiros nas invernadas e viagem, já que o mesmo conseguia carregar uma grande quantidade de produtos, alimentos, bruacas e demais utensílios pelos tropeiros em suas idas e vindas pela região sul do país.

Bem, a base do comércio ganadeiro na região ficou envolta dos animais vacuns, cavalares e muares sendo o vacum o mais criado e comercializado; já justificava isso Gustavo Barroso (1956) ao dizer que, do boi (gado vacum do tipo graúdo) perdiam-se apenas o sangue e o berro. Analisando os mapas apresentados pelos Presidentes de Câmaras Municipais e os registros municipais, os estudos já realizados por Balhana (1975) e Westphalen (1975), notamos que:

> *[*...] A distribuição do gado vacum, por número de cabeças por fazenda, observa-se que 45 % das fazendas criavam menos de 100 animais, 55% menos de 200 animais, 73% menos de 500 animais, 83% menos de 1.000 animais, 96% menos de 1.500 animais, e somente 4 % realizavam o criatório de 1.500 a 2.999 animais. Observa-se também que as fazendas de grande criatório estavam localizadas sobretudo em Guarapuava e Palmas e, em menor escala, na Palmeira e Castro. A pequena criação realizava-se nos campos de Curitiba, Lapa, Rio Negro e Ponta Grossa. (p.398).

Comparando os dados, notamos que os Campos de Palmas, juntamente com Guarapuava, compunham a região de maior criação por parte os fazendeiros. Esse percentual de 4% das propriedades com maiores números de animais, são aquelas chefiadas pelas famílias tradicionais que centralizavam o poder e o comércio apenas em suas mãos. Ao que diz respeito ao gado cavalar, conforme apresentam os dados e fontes, compunham em média 93% das criações oriundas dos Campos de Palmas e Guarapuava, sendo os maiores do estado. Quantos aos muares a região não criava muitos, pois boa parte seria levada a Minas Gerais, mas com o declínio da extração do ouro, os criadores paranaenses também vão deixando de dar preferência a este criatório para investir em animais miúdos como os suínos, caprinos e ovinos.

A economia ganadeira gerou não apenas um modo de vida econômico, político e administrativo para os Campos de Palmas, mas sim um modelo de vida, de cultura que marcou a trajetória e a história da região. A pecuária, as fazendas, os coronéis, os escravos, agregados, os tropeiros e inúmeros outros setores do campo foram os responsáveis pelo desenvolvimento e ampliamento dessa sociedade pastoril palmense.

Com isso enormes fazendas de criação começam, a partir dos anos de 1887, a investir não somente em criar para a venda, como também em alugar seus pastos aos tropeiros que vinham do Rio Grande do Sul e tinham como destino final a Feira de Sorocaba. O aluguel dos conhecidos potreiros, chamava a atenção ao passo que as tropas precisavam invernar para a engorda de seu gado; ficando nas terras alugadas em torno de 90 dias[140]. Assim com os animais descansados e gordos podiam vender os mesmos com valores mais altos na Feira. O Paraná e principalmente os Campos de Palmas, tornam-se ponto estratégico nesse descanso ou empréstimo de pastagens por estarem situados na fronteira com o estado de São Paulo; os fazendeiros ao perceberem o lucrativo comércio de pastos, passam a retirar a criação de gado para investir nas invernadas como a principal economia dos Campos de Palmas.

140 Podendo variar para mais ou para menos.

Janelas e portas sujas

De riscos e garatujas

Monogramas e sinais;

A fogo, acima, outras marcas

- São ferros de patriarcas,

Que não prevalecem mais.

(MAIA, 2004, p. 20).

CAPÍTULO 03

3.1 Origem e composição da cultura de marcação

Já mencionava Oswaldo Lamartine de Faria (1984) que a tradição parece não ter mais espaço na memória dos sujeitos sociais, uma espécie de esquecimento toma conta lentamente de cada um e os envolve em uma nódoa[141]. Não há mais uma obrigação, uma honra em manter determinada tradição por respeito e gosto, sendo então que, *"é com os cacos das coisas que se reconstitui um passado e se argamassa a história de um povo"*. Vê-se então em meio aos sertões, uma cultura que apesar de já estar fragilizada, resiste bravamente; perpetuando traços ao longo dos tempos. Sim, falamos na cultura de marcação a ferro, ato que não é de séculos atrás, mas sim de milênios.

Não há como descrevermos aqui o local e a data precisam de surgimento e disseminação das marcas de ferrar[142]. O que podemos afirmar é que Pierre Montet um arqueólogo dedicado ao estudo do Antigo Egito escreveu em um de seus livros um breve relato sobre uma marcação a ferro no couro do animal, para registrar posse e tomar algumas precauções a respeito do roubo que era comum no local:

> Uma excelente precaução contra o roubo era marcar as reses. [...] Vacas e bezerros são reunidos num canto do pasto; uma por uma, cada rês é laçada. Com as patas

---

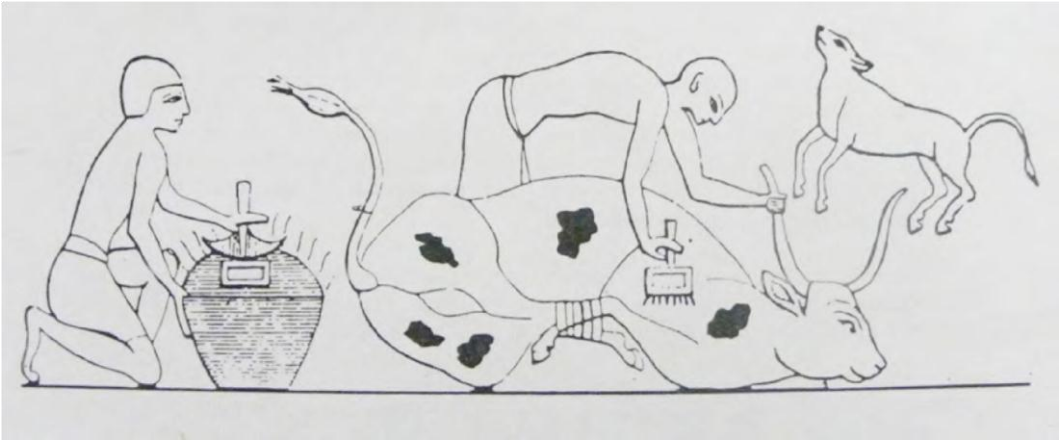
141 Pode ser representado tanto no sentido figurado como uma expressão de desonra, de comportamento que poderá prejudicar a mais pessoas, remete a feitos no passado que não são bons para relembrar. Assim como pode significar mancha, marca deixada por alguma coisa ou objeto.

142 Conforme analisado e lido nos mais diversificados referenciais teóricos não encontramos dados que comprovem tal ação.

> amarradas, ela é derrubada como se fosse abatê-la. Os operadores aquecem o ferro num fogareiro e imprimem-no na espádua direita (MONTET, 1989, p.130).

O fragmento retirado do livro de Montet é apresentado por Maia (2004); e Faria (1984) através de uma representação de pintura egípcia no ato de marcar animais; datando mais ou menos em 2.000 a. C na cidade de Tebas. É, conforme Gombrich (1999), uma cena cotidiana no Egito, já que este povo procurava representar em suas pinturas ações do cotidiano o mais próximo possível do real.

Imagem 9- Representação Tebana de uma marcação do gado, datando 2000 a.C.



Fonte: Faria 1984; Maia 2004.

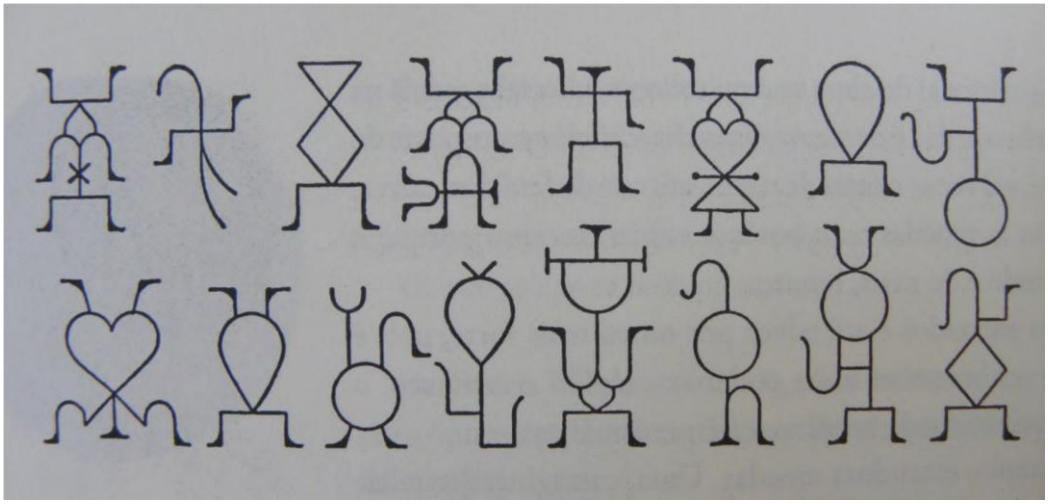
Ambos os autores apresentam a veracidade e a prática de marcação muito antes de ser introduzida em solo brasileiro, percebe-se a semelhança que possui a imagem acima com as representações contidas na dissertação acerca da marcação que praticavam nos Campos de Palmas. Verifica-se que o método de amarrar as patas do animal e o lado ao qual se é marcado a ferro quente continuam os mesmos, compondo assim a cultura da ferra como uma tradição bem antiga e que perpassa os mares que separam o Brasil do Egito, os Campos de Palmas de Tebas.

Além do Egito, há registros em outras civilizações; como por exemplo, os gregos que possuíam o ato de marcar para registrar posse de seus animais, já que o roubo era coisa comum nessa sociedade. Barroso (1956) apresenta que, além do gado vacum os gregos marcavam a ferro seus cavalos, principal meio de transporte e guerra no período. Em Roma a tradição também era vivida no dia a dia e os animais logo que nasciam, providenciavam as marcas a ferro, é com esses povos que a cultura vai se disseminar pela Península Ibérica chegando mais tarde em Portugal. Sabemos então quem foram os primeiros a introduzirem o gado no solo brasileiro, sim foram os portugueses que trouxeram a cultura da marcação para

nosso país e que consecutivamente foram se espalhando cada vez mais para os interiores até se instalem e se disseminarem nos Campos de Palmas, região interiorana do estado do Paraná.

Faria (1984) apresenta que não há como saber se o gado vindo até o Brasil chegou já marcado ou se foi marcado aqui, as poucas informações das quais se tem certeza por causa de uma carta expedida ao rei faz menção que os animais chegaram em 1551, através de Tomé de Sousa. Aqui a marcação vai se alastrar por todo o território através da influência e do apoio do colonizador recém chegado; que devagar vai conquistando mais e mais territórios e povos, como o caso de uma aldeia indígena muito conhecida por utilizar a marcação de ferro quente no couro de seus animais: os Kadiwéus. Povos nativos oriundos da região do Mato Grosso do Sul e também algumas localidades do Paraguai, pertencentes a subcategoria de nativos Guaicuru, são conhecidos também pelo adjetivo de índios cavaleiros devido ao fato de cuidarem de suas aldeias montados em cima de cavalos, praticarem a cultura da ferra, terem como meio de subsistência a pecuária extensiva (MAIA,2004).

Imagem 10 - Representação das marcas utilizadas pelos Kadiwéus.



Fonte: Registro feito pelo antropólogo Guido Boggiani. Imagem retirada do livro Rudes Brasões, 2004.

Em seu livro Rudes Brasões, Maia (2004) ainda discorre a respeito dos animais trazidos por Portugal que ao desembarcarem em terras brasileiras foram levados e fixados primeiramente na Capitania de São Vicente, depois na Capitania de Pernambuco e na sequência na Bahia para aí, então, começarem a ser enviados para abrirem estradas e colonizarem os interiores brasileiros já que no litoral a criação não estava sendo produtiva, pois o gado necessitava de alimentação forte e água potável para sobreviver e engordar ao ponto de venda. Fazendo uma linha cronológica o gado se desenvolve primeiro nos sertões do

nordeste com algumas gerações da família Ávila, a mesma que criou e ergueu a Casa da Torre[143].

Na sequência dos sertões os animais foram incorporados em Minas Gerais, São Paulo, alguns no Rio de Janeiro até então chegarem e se instalarem de vez na região sul do país. Talvez onde teve a maior e mais lucrativa expansão da criação ganadeira, tudo era propício a criação no Sul e nos Campos de Palmas não foi diferente já que a região possuía em abundância água doce, descampados com vegetação rica para a alimentação do gado; sendo o único produto trazido de fora, o sal para complementar a alimentação das reses. E foi assim que lentamente os grandes proprietários foram se introduzindo juntamente com seus animais nos interiores brasileiro, cultivando e povoando a terra que até então era povoada apenas pelos povos nativos, introduzindo na vivencia deles a criação e o pastoreio. Onde na verdade, não era o homem a conduzir o animal rumo aos sertões, e sim, os animais não humanos que os levaram cada vez mais para dentro das terras brasileiras.

3.2 As marcas dos Campos de Palmas – Paraná.

A marcação nos Campos de Palmas teve início bem antes do Livro 01 de Marcas e Registros, porém não se sabe ao certo o motivo de os proprietários não terem registrado suas marcas antes. O primeiro registro feito na Câmara Municipal de Palmas foi em 17 de junho de 1887, sendo o Napoleão Marcondes de França, o responsável por ditar ao escrivão seu modelo de ‘caixão’[144] para o registro. De 1887 a 1938 foram registrados nos Campos de Palmas, 237 marcas de gado, sem mencionar a marcação nas orelhas que era feito muitas vezes com pequenos cortes ou perfurações para identificação.

No ano de 1887, verificou-se que houve o maior número de registros de marcas de gado sendo: 142 vacuns, 97 muares, 122 cavalares, 10 suínos, 6 ovinos, 1 jumento e 42 registros sem identificação podendo ser estes de qualquer espécie de gado. Já nos anos seguintes de 1895 até 1938 há uma queda brusca de novos registros, sendo realizados no máximo 4 por ano; essa diminuição é devido ao fato de muitos criadores e fazendeiros dominarem a região e por já possuírem marcas, foram apenas repassando aos seus herdeiros

---

143 Uma espécie de moradia quase que feudal onde criava e comercializa gado oriundos primeiramente da África, Cabo Verde.

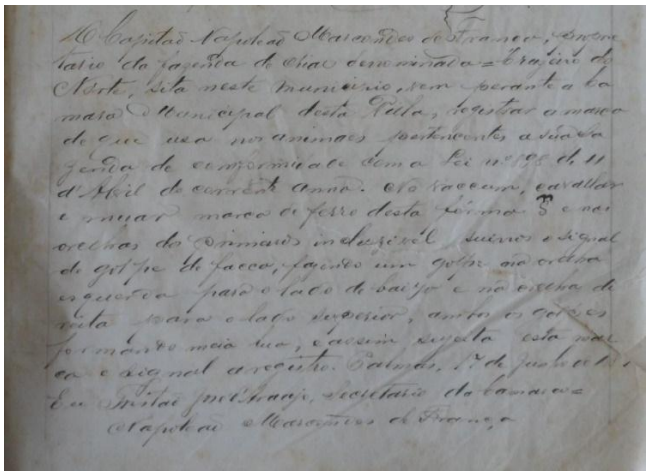
144 Termo utilizado para designar modelo das marcas confeccionadas em ferro. Cada proprietário ditava ao escrivão seu caixão e depois iria até o ferreiro confecciona-lo.

que com o passar dos anos perceberam que criar animais estava se tornando algo mais caro do que alugarem seus campos para invernagem.

Dentre os registros, havia denominações de proprietários que eram os fazendeiros, donos da terra, da propriedade como um todo, já moradores, possuidores e criadores eram aqueles que residiam principalmente nessas fazendas e compravam muitas vezes os animais de seus patrões e para identifica-los era então preciso registrar sua própria marca. O que chama bastante a atenção é o fato de haver registrado 2 marcas em nome de um frigorifico, sugerindo então que este estabelecimento além de fazer o abate dos animais, também os criava. Analisando a fonte primária percebe-se que o mês de registro mais usual era entre junho e novembro, devido ao fato de serem os meses mais frios na região sul do país; assim a marcação como era feita com ferro quente e aplicada na pele do animal teria uma melhor cicatrização e não teria um acumulo de bichos e vermes na ferida. Dessas 237 marcas, 116 possui o caixão em formato de letras, pensadas a partir do nome do proprietário da marca, podendo haver junção das iniciais do nome ou não. 14 registros possuem o caixão em forma de números e os outros 113 seguem a linhagem de desenhos e símbolos; alguns com significados bem explícitos e outros de difícil compreensão e análise.

Napoleão grande fazendeiro da região e proprietário da Fazenda Cruzeiro do Norte, foi o primeiro a registrar e optou por criar sua marca seguindo a linhagem das letras. O **S** virado de cabeça para baixo com uma espécie de **V** na parte superior passou a representar sua posse e ser carregado na pele do animal. Essa marcação não possuía hereditariedade, ou seja, não foi passado de pai para filho; tornando-se então uma marca primária.

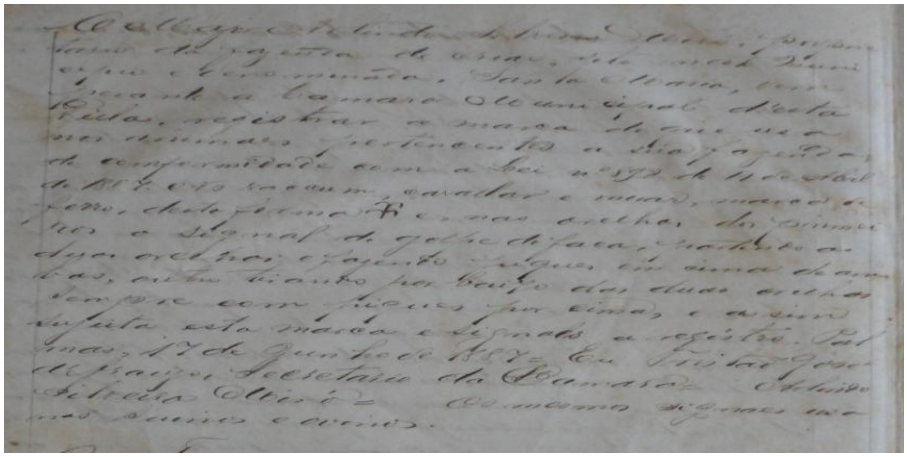
Imagem 11 - Imagem do registro da marca de Napoleão Marcondes de França.



Fonte: Livro 01 de Registro e marcas dos criadores de Palmas – 1887 – 1938.

O segundo registro foi realizado pelo Major Arlindo Silveira Melo proprietário da Fazenda Santa Maria, que optou por um caixão simbolizando um desenho, esse composto por uma base ao centro e duas espécies de curvaturas em cada lado, simbolizando mais ou menos um galho de araucária. Esse registro possui datação de 17 de junho de 1887 assim como o registro anterior e o seguinte do Tenente Pedro Ferreira Pinto.

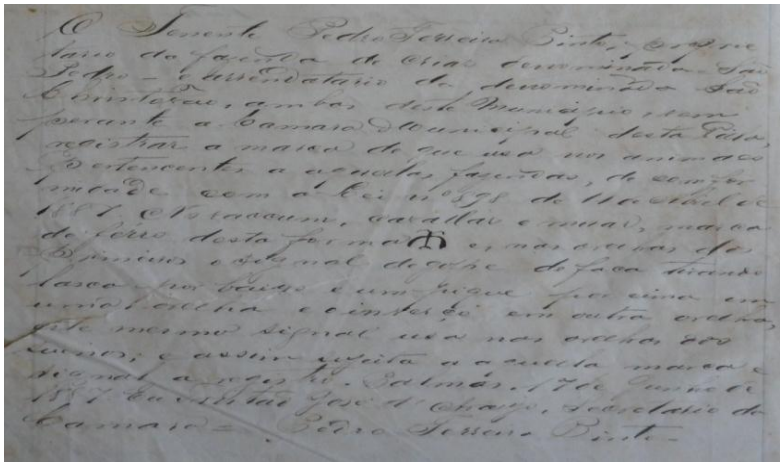
Imagem 12 - Imagem do registro da marca do Major Arlindo Silveira



Fonte: Livro 01 de Registro e marcas dos criadores de Palmas – 1887 – 1938.

O terceiro registro ficou a cargo do Tenente Pedro Ferreira Pinto, proprietário da Fazenda São Pedro e arrendatário da Fazenda São Cristóvão, sua marca registrada é bem similar ao do Major Arlindo Silveira onde possui a mesma base ao centro e duas curvaturas uma na parte superior e outra na parte inferior; o que difere uma curvatura da outra é que uma é mais aberta e outra um pouco mais fechada e ao centro possui um meio círculo que vai até a base inferior como podemos analisar na imagem abaixo.

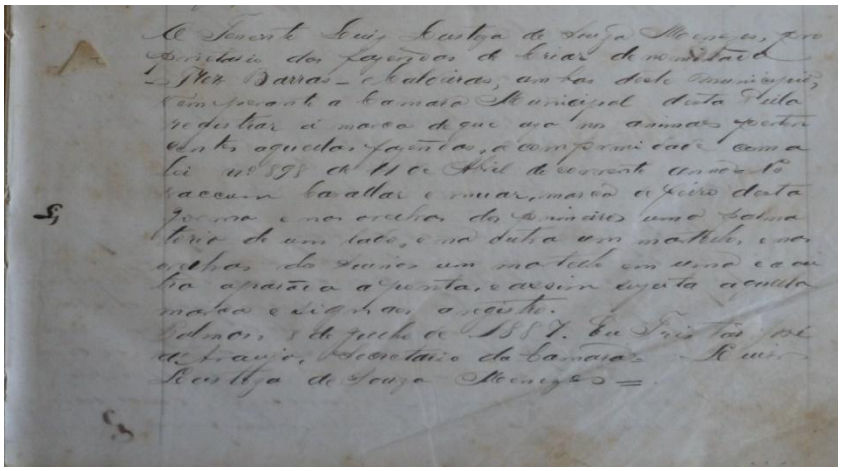
Imagem 13 - Imagem do registro da marca do Tenente Pedro Ferreira Pinto



Fonte: Livro 01 de Registro e marcas dos criadores de Palmas – 1887 – 1938.

O tenente Luiz Lustoza de Souza Menezes proprietário das fazendas Três Barras e Caldeiras foi o quinto individuo a registrar sua marca, com datação de 08 de junho de 1887. Assim como as anteriores, a marca possui um caixão de letras e faz jus as iniciais do nome do tenente. A marca é composta por uma espécie de L espelhado, tendo em sua base direita um S minúsculo e ao meio um desenho representando o número 2. Logo, esse número provavelmente faz menção ao fato de o nome ter dois L.

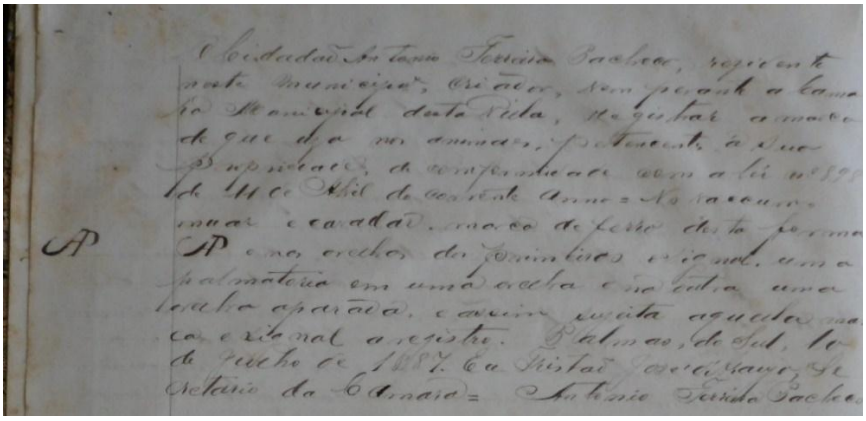
Imagem 14- Imagem do registro da marca do Tenente Luiz Lustoza de Souza Menezes.



Fonte: Livro 01 de Registro e marcas dos criadores de Palmas – 1887 – 1938.

Antônio Ferreira Pacheco registou sua marca no dia 10 de junho de 1887, sendo responsável pelo sexto registro na Câmara Municipal dos Campos de Palmas. Sua marca possui caixão de letras e é de fácil compreensão já que se utilizou as suas iniciais para compor sua marcação. A letra A maiúscula tem sua base direita como suporte para que a letra P seja incorporada, dando a entender que as duas fazem parte da mesma base.

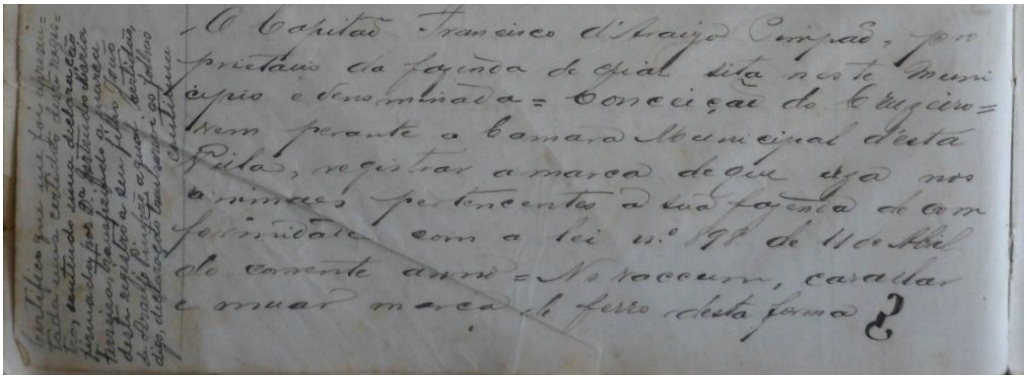
Imagem 15 - Imagem do registro da marca de Antônio Ferreira Pacheco.



Fonte: Livro 01 de Registro e marcas dos criadores de Palmas – 1887 – 1938.

Em 28 de junho de 1887, o Capitão Francisco d' Araújo Pimpão proprietário da Fazenda Conceição do Cruzeiro e um dos pioneiros dos Campos de Palmas, registra sua marca com caixão próprio. Usando como base a letra S maiúscula. Em 3 de julho de 1915, dona Gertrudes Maria Ferreira então esposa do Capitão, transfere esta marca para seu filho João de Araújo Pimpão que passa a utilizá-la também nas marcações de seus animais.

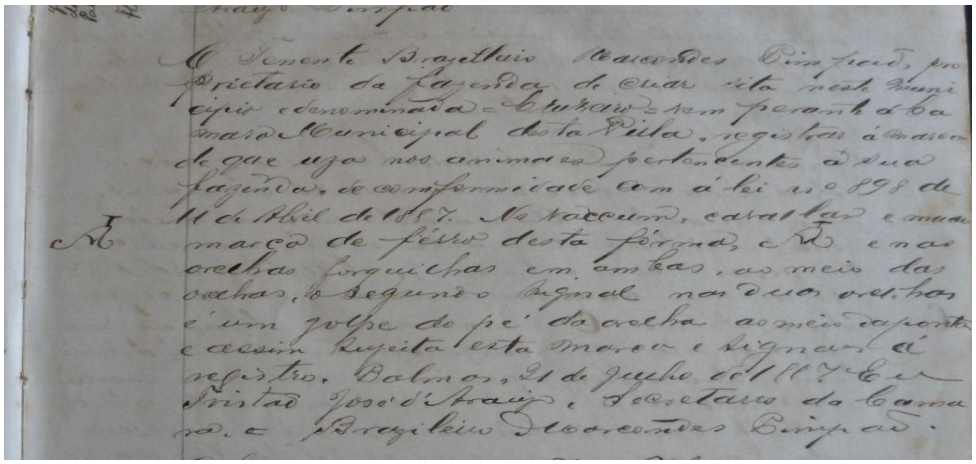
Imagem 16 - Imagem do registro da marca da família Araújo Pimpão.



Fonte: Livro 01 de Registro e marcas dos criadores de Palmas – 1887 – 1938.

Ainda com a família Pimpão, vemos no nono registro a marca do Tenente Brazileiro Marcondes Pimpão, proprietário da Fazenda Cruzeiro datando de 21 de julho de 1887. Sua marca possui caixão de letras, onde podemos ver claramente um M ao centro seguido de uma elevação curvada e um T bem ao centro dessa elevação simbolizando a titulação de tenente que o mesmo possuía. Ao analisarmos essa marca percebemos o quanto essa elevação detinha um poder de superioridade.

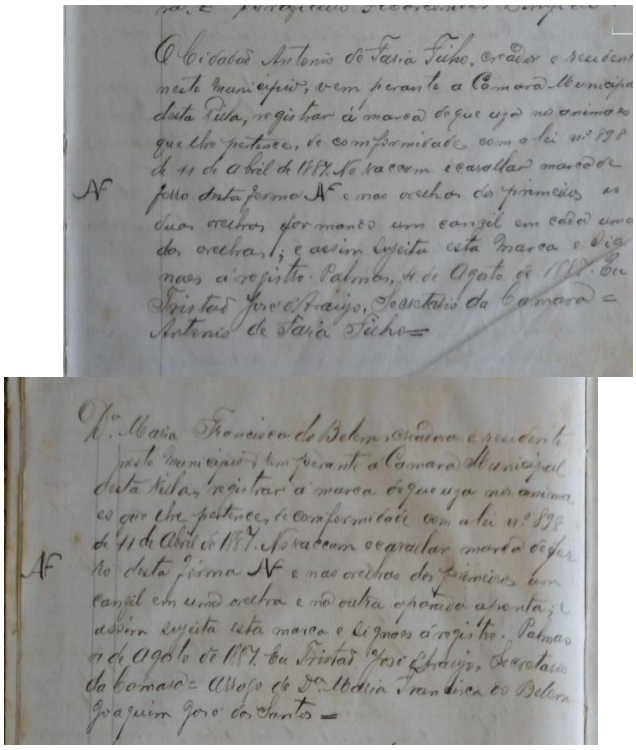
Imagem 17 - Imagem do registro da marca da família Marcondes Pimpão.



Fonte: Livro 01 de Registro e marcas dos criadores de Palmas – 1887 – 1938.

O décimo registro e o décimo primeiro, são bastante peculiares já que ambos possuem símbolos com as mesmas iniciais, alterando apenas um pouco a curvatura tanto da letra A quando a letra F. Ao que se percebe há uma ligação entre os dois, o primeiro ficou sob o registro de Antônio de Faria Filho e o segundo pertencente a Dona Maria Francisca de Belém. Ambos criadores, sem menção de propriedade e datando de 4 de agosto de 1887. Dos 237 registros, poucos foram feitos por mulheres, sendo este o caso mais similar com a marca registrada de um homem. Podendo então ser a ligação de parentesco dos mesmos, por isso o caixão ter as mesmas iniciais. Nota-se a assinatura de um registro e de outro, o da dona Maria não foi assinado por ela e sim por Joaquim José dos Santos.

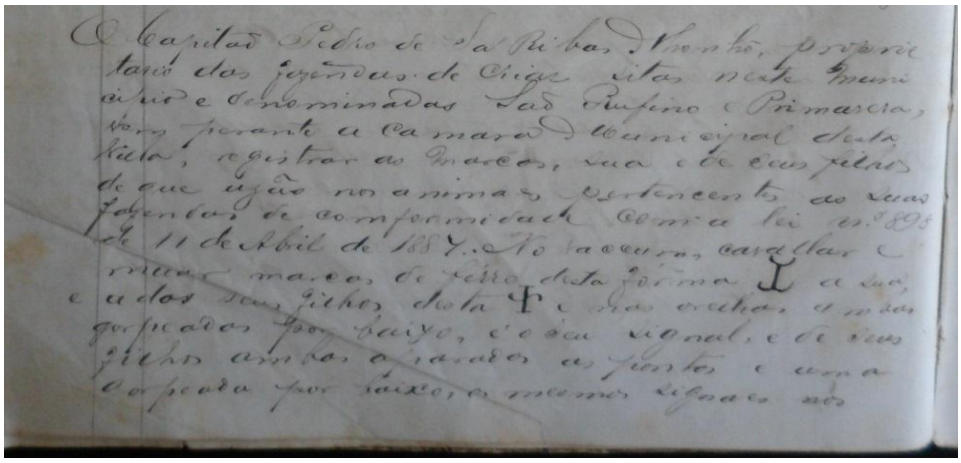
Imagem 18 - Imagem do registro das marcas de Antonio de Faria filho e Maria Francisca de Belém.



Fonte: Livro 01 de Registro e marcas dos criadores de Palmas – 1887 – 1938.

O Capitão Pedro de Sá Ribas Nonhão é o responsável pelo décimo terceiro registro, proprietário das Fazendas São Rufino e Primavera. No dia 4 de agosto de 1887, o Capitão passa a ter firmado junto a Câmara sua marca e de seus filhos. Onde a base principal das duas marcas é uma espécie de I; a do pai possui curvaturas nas duas extremidades e as dos filhos possuem as extremidades retas com um S ao meio curvado.

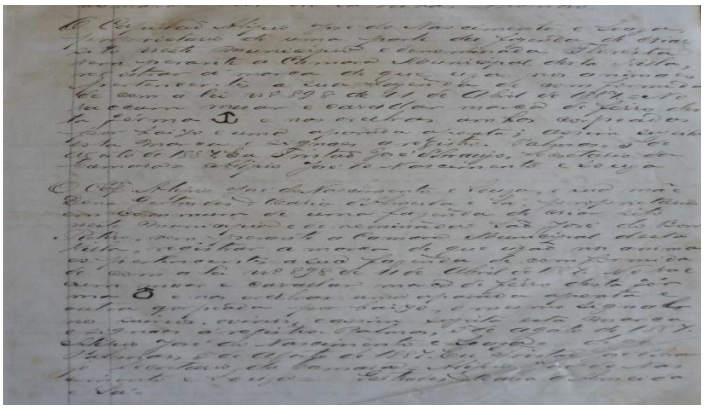
Imagem 19 - Imagem do registro das marcas do Capitão Pedro de Sá Ribas



Fonte: Livro 01 de Registro e marcas dos criadores de Palmas – 1887 – 1938.

O Capitão Alípio José do Nascimento e Souza, registou sua marca e a de mãe dona Gertrudes Maria D' Almeida e Sá em 5 de agosto de 1887. Ambas as marcas possuem desenho e simbologia parecida, sendo a primeira a base inicial uma espécie de flecha com curvatura na base inferior e a segunda marca com a mesma base de flecha, porém a base inferior substituída por um círculo. O capitão era proprietário da Fazenda Floresta e sócio da Fazenda São José do Bom Retiro juntamente com sua mãe.

Imagem 20 - Imagem do registro das marcas do Capitão Alípio José do Nascimento e sua mãe.

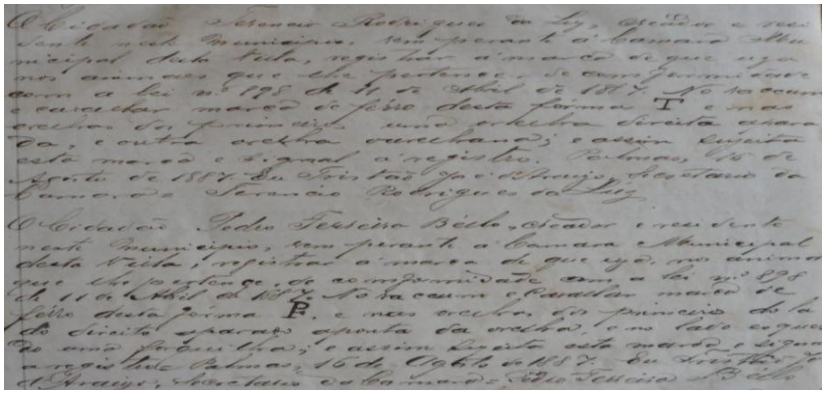


Fonte: Livro 01 de Registro e marcas dos criadores de Palmas – 1887 – 1938.

O vigésimo quarto e o vigésimo quinto registro possuem uma certa similaridade pois tem o caixão baseados nas iniciais de seus proprietários. Sendo o primeiro o Terêncio Rodrigues da Luz, criador em uma fazenda e o segundo sendo Pedro Ferreira Belo, também criador em uma fazendo e que mais tarde se tornaria o primeiro prefeito da cidade "gêmea"

dos Campos de Palmas, Clevelândia. Terêncio utilizou-se como caixão a letra T, representando a inicial de seu nome; já Pedro Ferreira Belo, baseou-se nas letras P que servindo como base já puxou a letra F, unindo as duas letras em uma única base central.

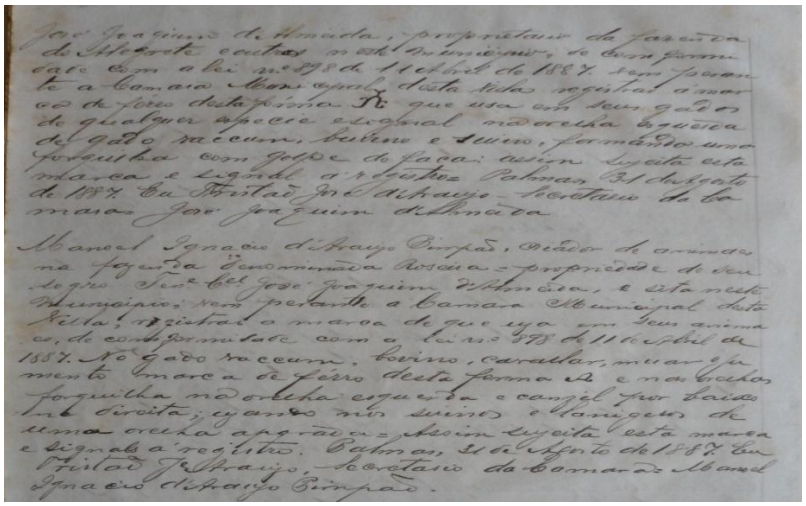
Imagem 21- Imagem do registro da marca de Terêncio e de Pedro Ferreira.



Fonte: Livro 01 de Registro e marcas dos criadores de Palmas – 1887 – 1938.

José Joaquim d' Almeida, Tenente Coronel proprietário da Fazenda Alegrete, Roseira e outras não especificadas, registra sua marca em 31 de agosto e 1887. Sua marca utiliza-se de letras sendo o A base central, seguido de dois pequenos J um em cada lateral da base central e na parte superior uma pequena curvatura em formato de T representando sua titulação de tenente e na extremidade inferior direita uma curvatura em forma de C representando a titulação de coronel. Já no próximo registro seu genro Manoel Ignacio d' Araújo Pimpão, criador na fazenda do sogro registra sua marca em forma de A referenciando a um de seus sobrenomes.

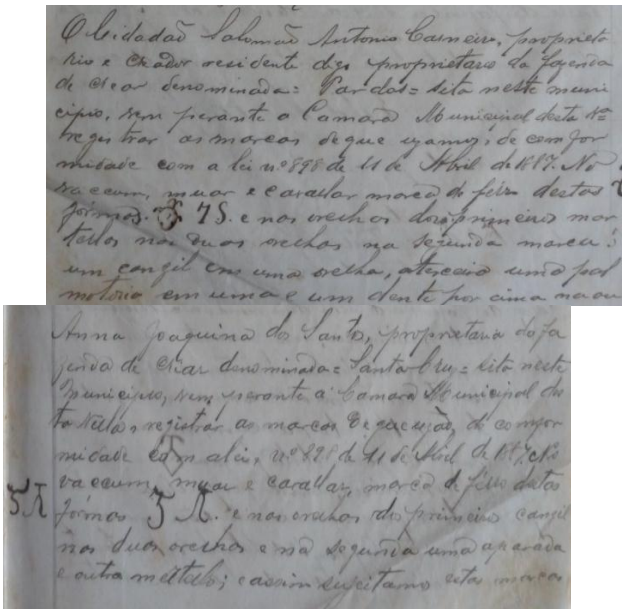
Imagem 22 - Imagem do registro das marcas do Tenente Coronel José Joaquim e de seu genro Manuel Pimpão.



Fonte: Livro 01 de Registro e marcas dos criadores de Palmas – 1887 – 1938.

Salomão Antônio Carneiro, fazendeiro e proprietário da localidade denominada Pardas, registra suas marcas duas marcas e a de sua sogra na sequência. A primeira marca é composta por um desenho remetendo uma cabeça de gado e a segunda é a junção do número 7 com a inicial de seu nome S virado de cabeça par baixo. O trigésimo oitavo registro ficou sob responsabilidade de uma mulher, fazendeira e dona da propriedade Santa Cruz, Anna Joaquina dos Santos registou suas marcas no dia 31 de agosto de 1887. Sendo uma composta por um símbolo representando a letra A. e a outra uma junção da letra J com a N na parte superior da marca. Sendo então seu genro, Salomão Antônio Carneiro o responsável por levar o desenho ao registro.

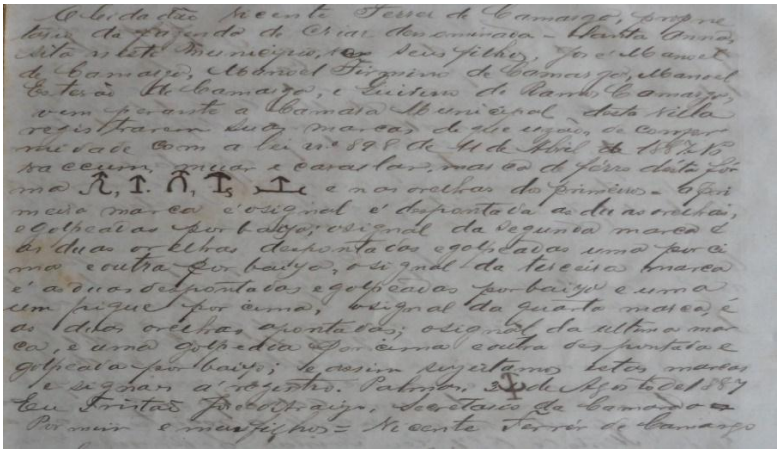
Imagem 23- Imagem do registro das marcas de Salomão Carneiro e Anna Joaquina.



Fonte: Livro 01 de Registro e marcas dos criadores de Palmas – 1887 – 1938.

Vicente Ferraz de Camargo, proprietário da fazenda Santa Anna, registra a sua marca e a de seus filhos no dia 31 de agosto de 1887. As 5 marcações possuem o mesmo caixão que é uma espécie de flecha bem ao topo da marca. A primeira, tem como base a flecha, seguida de uma curvatura em forma de A, a segunda marca pertencente a José Manoel de Camargo altera a letra A por um I com a flecha na parte superior; a terceira marca do Manoel Firmino de Carvalho é composta pela letra U de cabeça para baixo juntamente com a flecha mais aberta nas laterais; a quarta marca é a de Manoel Estevão de Camargo, composta basicamente pela mesma estrutura da marca de seu irmão José Manoel, sendo que está tem pequeno S na parte inferior direita; a última marca pertencente a Luvino de Ramos Camargo é composta pela flechas central seguida de um alongamento nas laterais com curvaturas arredondadas nas extremidades.

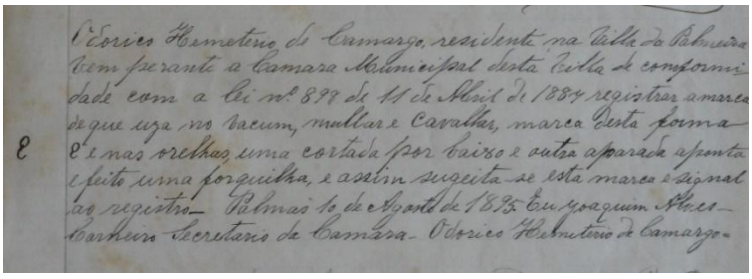
Imagem 24 - Imagem do registro das marcas de Vicente Ferraz de Camargo e filhos.



Fonte: Livro 01 de Registro e marcas dos criadores de Palmas – 1887 – 1938.

Partindo do ano de 1887 que ocorreu a maior parte dos registros, vemos em 1895 ter apenas 1 sendo ele o de Odorico Hermeterio de Camargo, residente na Vila da Palmeira. Sua marcação é composta por um caixão com a inicial de seu nome, a letra O seguida de uma curvatura na parte inferior em forma de C. Nesse período o território dos Campos de Palmas já estava sendo dividido por localidades, por isso o motivo de nesse registro ser mencionado a localidade de onde Odorico residia.

Imagem 25- Imagem do registro da marca de Odorico Hermeterio de Camargo.

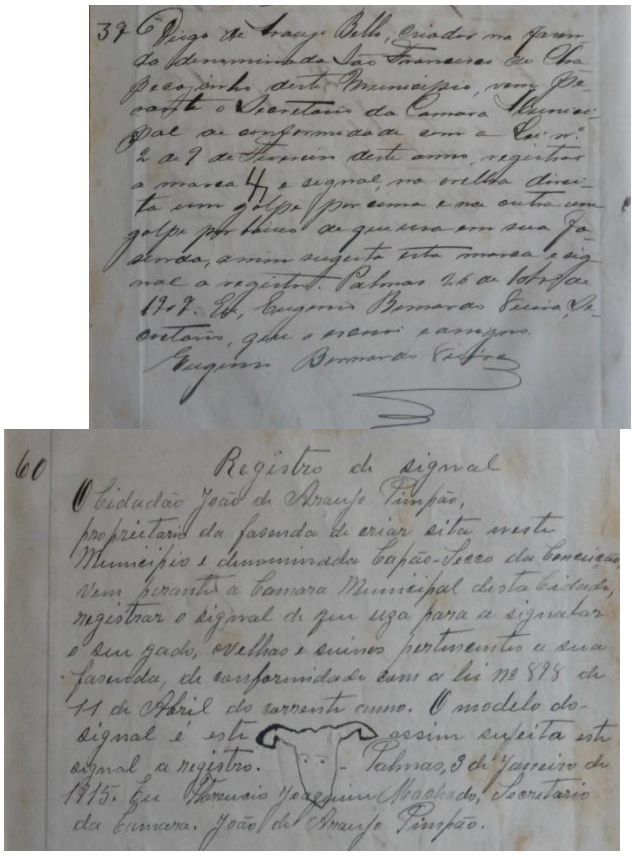


Fonte: Livro 01 de Registro e marcas dos criadores de Palmas – 1887 – 1938.

Em 1909 dentre as marcas registradas temos a de Diogo Araújo Bello criador na Fazenda São Francisco do Chapecozinho, que firmou seu caixão com a base central em forma de I seguida de um Z deitado ao meio da base. João de Araújo Pimpão em 1915, proprietário da Fazenda Capão Seco da Conceição registra sua marca com o símbolo de uma cabeça de boi

com as orelhas alongadas nas duas extremidades. Nesse mesmo ano Gertrudes Maria Ferreira transfere a marca de seu marido para João Pimpão seu filho que passa a possuir então duas marcações a ferro.

Imagem 26 - Imagem do registro da marca de Diogo Araújo Bello e João de Araújo Pimpão.



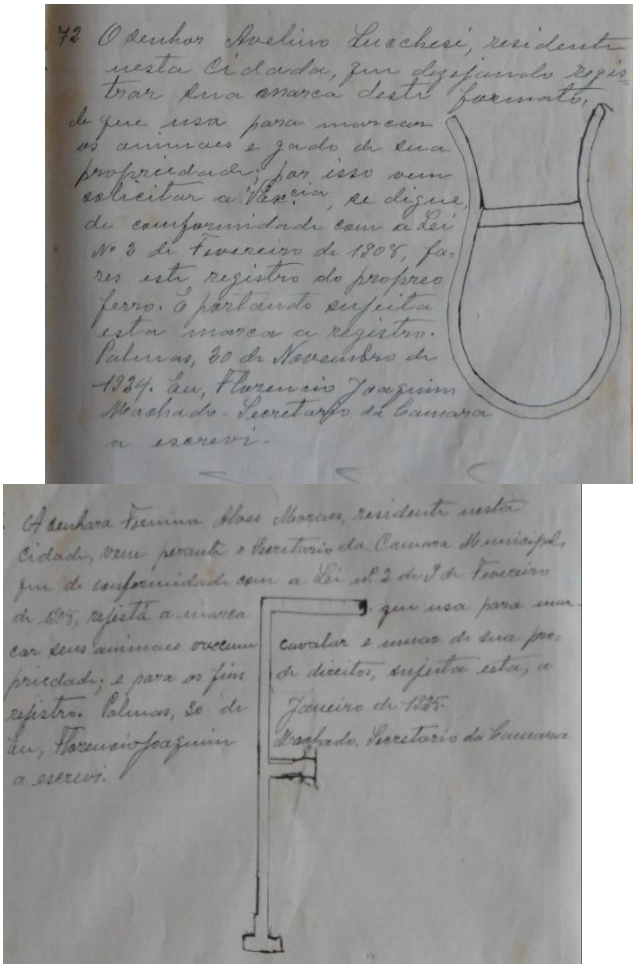
37 Diogo de Araujo Bello, criador no Campo denominado Sao Francisco do Chapeco-Inho deste Municipio, vem perante o Secretario da Camara Municipal de conformidade com a Lei n.º 2 de 7 de Setembro deste anno, registrar a marca 4 e signal, na orelha direita um golpe por cima e na outra um golpe por baixo de que usa em sua fazenda, assim sujeita esta marca e signal a registro. Palmas 26 de Janeiro 1917. Eu, Eugenio Bernardes Pereira, Secretario, que o escrevi e assigno.
Eugenio Bernardes Pereira

60 Registro de signal
O Cidadão João de Araujo Pimpão, proprietario da fazenda de criar sita neste Municipio e denominada Capão-Seco da Conceição, vem perante a Camara Municipal desta Cidade, registrar o signal de que usa para a signalar o seu gado, ovelhas e suinos pertencentes a sua fazenda, de conformidade com a lei nº 878 de 11 de Abril do corrente anno. O modelo do signal é este assim sujeita este signal a registro. Palmas, 3 de Janeiro de 1915. Eu Firmino Joaquim Machado, Secretario da Camara. João de Araujo Pimpão.

Fonte: Livro 01 de Registro e marcas dos criadores de Palmas – 1887 – 1938

Com o passar dos anos, vai caindo o número de registro de marcas, porém a marcação a continua na região. O fato de ser cada vez menos comum o registro, se dá devido a questão de uso dos campos para aluguel aos tropeiros que vem do Rio Grande do Sul em direção a Sorocaba; como também a questão de as marcas utilizadas na região já terem sido todas registradas; não havendo proprietários novos. Assim como a de Avelino Lucchesi que já em 1924 registra sua marca com a inicial de seu nome a letra A virada de cabeça para baixo. No ano seguinte, Firmina Alves Macedo registra a sua também com a inicial de seu nome, a letra F.

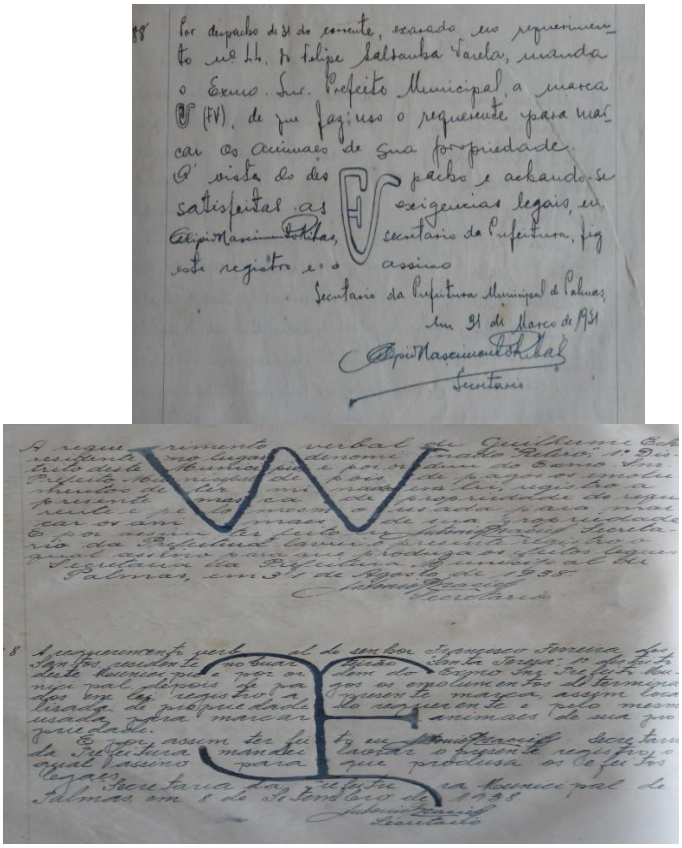
Imagem 27- Imagem do registro da marca de Avelino Lucchesi e Firmina Alves Macedo.



Fonte: Livro 01 de Registro e marcas dos criadores de Palmas – 1887 – 1938

Finalizando com mais duas marcações, vemos a de Felipe Saldanha Varela registrada em 31 de março de 1935 e tendo como caixão a união das letras F e V. E já em 1938 não sendo mais registrado oficialmente no livro da Câmara, mas sim verbalmente, temos a marca de Guilherme Ecks em forma de um W e a de Francisco Ferreira dos Santos em forma de um F como base central, seguida de um S na parte inferior.

Imagem 28- do registro da marca de Felipe Saldanha Varela, Guilherme Ecks e Francisco Ferreira dos Santos.



Fonte: Livro 01 de Registro e marcas dos criadores de Palmas – 1887 – 1938

Para a compreensão e leitura dessas marcas, utilizamos um estudo chamado semiótica onde conseguimos desmembrar cada marca e estuda-la separada para depois entender sua composição como um signo por completo. Lucia Santaella (2008) menciona que, essa teoria da semiótica permite entrar no mais profundo entendimento das mensagens que as marcas querem transmitir, de modo que elas nos mostram seus vetores de referencial idade e ao mesmo tempo nos dão um contexto impedimento de pertencimento a determinado local.

As marcas em si, possuem um poder de significar algo, de ser uma propriedade interna que remete um significado amplo. Elas nos mostram um tipo de interpretação individual e coletivo deixado pela história através dos tempos. É nesse sentido que a semiótica vem nos apresentar os elementos de análise da fala, escrita, desenho e gestos que as marcas de ferro podem transmitir. É uma espécie de entendimento especulativo, devido as várias formas de entendimento que cada marca pode conter. É por meio disso que as marcações a ferro podem ter significados diferenciados para cada indivíduo, uns a veem como crueldade, outros como cultura.

3.3 As principais fazendas e seus respectivos donos.

Foram inúmeras as fazendas que entre os anos de 1887-1938 registraram suas marcas nos Campos de Palmas, algumas com maior relevância que outras devido ao fato de o fazendeiro carregar algum título de nobreza para o período. Essa titulação vinha geralmente de pai para filho, que foi herdada e disseminada na região como um meio de demostrar a força e o poder que cada proprietário exercia. Muitos dos registros nos mostram que haviam coronéis, tenentes e majores alastrando suas propriedades pelos campos palmenses.

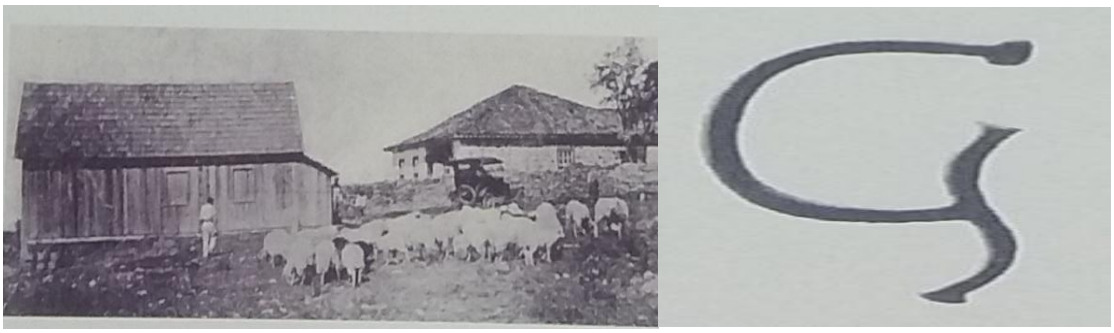
A fazenda do Capitão Alípio José do Nascimento e Souza tinha grande envergadura nos Campos de Palmas, já que o mesmo detinha um poder simbólico exercido pela titulação de nobreza: Capitão. Alípio foi prefeito nos Campos de Palmas entre os anos de 1879- 1983. Já a Fazenda Lagoa pertencente a Pedro Siqueira Cortes, um dos exploradores que vieram colonizar os Campos de Palmas era uma das maiores em extensão (50 mil hectares) e em 1893 passa para o domínio da Família Rocha Loures.

Imagem 29- Imagem da sede da Fazenda Lagoa – 1893.

Livro: Palmas - Paisagem e Memória.

A Fazenda São Joaquim tinha uma área de 17.780 hectares, pertencia a João José de Araújo um dos pioneiros da região dos Campos de Palmas. Dela foi desmembrada outras fazendas como Morro Chato, Santa Rita, Oriente, Monte Alegre, Serrito, Cadeado, Paraiso e Paraisinho.

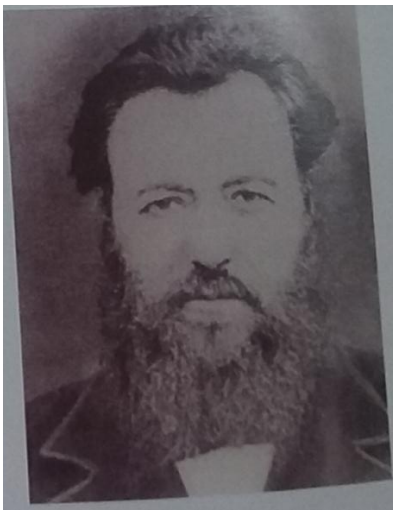
Imagem 30 - Imagem da Fazenda São Joaquim e sua marca de gado.



Livro: Palmas - Paisagem e Memória.

A Fazenda Estancia Nova, foi construída pelo Coronel Firmino Teixeira Batista também conhecido como Coronel Vivida, em 1893. Detinha grande poder de mercado e de marcação de gado, na Revolução de 1893 foi sede de operações das tropas legalistas, comandadas por Pinheiro Machado.

Imagem 31- Imagem do Coronel Vivida.



Livro: Palmas - Paisagem e Memória.

A Fazenda Cruzeiro foi fundada por Francisco Pimpão, foi herdada por Maria Josefa Marcondes de França, Brazileiro Marcondes Pimpão e Inácia do Amaral Marcondes. É uma localidade de grande prestigio, que criava e marcava a maior parte do gado palmense. Sua área primitiva era de 11 mil alqueires de campos, matas, faxinais e terras de cultura.

Imagem 32 - Imagem da sede da fazenda e da família Marcondes Pimpão.

Livro: Palmas - Paisagem e Memória.

A Fazenda Floresta estava localizada as margens do rio Chapecó, tinha um ponto estratégico devido suas divisas de Santa Catarina Paraná; seu proprietário era o Antônio de Sá Camargo que mais tarde se tornaria o Visconde de Guarapuava. Possuía uma grande quantidade de gado vacum e cavalares.

Imagem 33 - Imagem da Fazenda Floresta.

Livro: Palmas - Paisagem e Memória.

A Fazenda Santo Antônio, era propriedade de José Lourenço de Araújo que se dedicava exclusivamente a pecuária. Possuía uma forte ligação com o comércio Argentino além de alugar boa parte de seus campos para invernagem.

Imagem 34: Imagem da Fazenda Santo Antônio e sua marcação.

Livro: Palmas - Paisagem e Memória.

Sendo essas as principais fazendas dos Campos de Palmas, percebemos o quanto esse território contribuiu para a marcação do gado. Uma cultura que a cada foi sendo implementada e disseminada pela região. Teve inúmeras outras propriedades que de alguma maneira contribuíram para o desenvolvimento da cultura de marcação, algumas com mais e outras com menos referencias.

Considerações finais

Ao termino dessa dissertação, percebo o quanto a cultura de marcação é importante para o entendimento dos Campos de Palmas. Não é uma simples marca, muito menos algo a ser deixado de lado. Foram longos dias de pesquisa e estudo para compreender que sim, nossa região do Centro – Sul e Sudoeste do estado do Paraná estão imersos em uma cultura que a muito tempo vem tentando mostrar espaço e ser vista.

As marcas de ferrar o gado são signos capazes de orientar e classificar não somente os animais, mas sim uma região, um território e um povo que as utiliza para representação de pertencimento. Chegado ao fim desse estudo, percebo o quanto ainda há para estudar, pesquisar e desenvolver a respeito da cultura de marcação. O trabalho realizado até aqui, é um pequeno grão de areia de tudo o que ainda iremos realizar. Foram dias, meses e anos de levantamento e busca por fontes que fossem capazes de enriquecer o referido estudo.

Não foi fácil concluir, ainda há lacunas a serem fechadas e estudadas, quanto aos objetivos, a contextualização das marcas e do território palmense foi de extrema importância para a finalização do estudo, pois ao inserir as marcas no território conseguimos perceber o quanto elas apresentam e falam por si só da nossa cultura local. Após a identificação de cada

Simbologia que as marcas carregam, fica fácil compreender a questão do poder local muito presente ainda nos dias atuais na região palmense.

Tenentes, Coronéis, Majores e Capitães conseguiram movimentar uma região de grandes campos sem muito esforço, organizaram e estruturaram uma sociedade campeira capaz de perpetuar sua tradição por muitos anos. Os Campos de Palmas só se tornaram ‘férteis’ devido a essa cultura muito importante para a nação, cada população que se estabeleceu ali, que registrou, que presenciou ou que ajudou de alguma forma nos desenvolvimentos desses campos, merece sim nosso respeito e admiração.

Sei que este trabalho de estudar e pesquisar as marcas de gado merece muito mais atenção e faremos o possível para levar essa cultura adiante, nos estudos e pesquisas. As marcas são simples desenhos impressos no couro do animal, elas são representações de todo um povo, de algo a ser expressado como posse, domínio. É uma cultura que merece e muito cada vez mais estudos e análises.

Já mencionei que não foi fácil chegar ao término dessa dissertação, foram dias de angustias, choros, desespero, remédios controlados, pandemia, perdas e sonhos desmoronados, insegurança e medo do terrível falha. Mas apesar de tudo, concluo esse estudo com um sentimento de missão cumprida, que sim fiz algo que queria, do jeito que queria,

sempre tendo a certeza que as marcas de gado são e farão parte de minha jornada pessoal e profissão por muito tempo.

Ao fim, podemos dizer que sim, há uma vasta simbologia na marcação do gado nos Campos de Palmas. E eles ditaram, moldaram e formaram uma sociedade pastoril forte e capaz de perpetuar por muitos anos. Não encerro por aqui os estudos, há muito que ser feito ainda.

FONTES IMPRESSAS

Inventários Post- mortem entre os anos de 1887 a 1938. Disponível em: Tabelionato de Notas Leinig e Instituto Federal do Paraná.

Livro 01 de Registros e Marcas de criadores de animais em Palmas – 1887 a 1938. Disponível em: Acervo Instituto Federal do Paraná.

OFÍCIO de João Carneiro Marcondes ao presidente da Província José Francisco Cardozo de 23 jan. 1860. OFFÍCIOS. 1860, vol. 1. DAMI, doc. manuscrito.

OFÍCIO, do encarregado da estrada de Corrientes Manoel Marcondes de Sá ao presidente da Província do Paraná. Príncipe, 6 abr. 1864. OFFICIOS, 1864, vol. 8. DAMI. Doc. manuscrito.

RELATÓRIO, da Câmara Municipal de Guarapuava ao presidente da Província de 14 jan. 1870. OFFICIOS, 1870, vol. 1. DAMI, doc. manuscrito.

REFERENCIAS

BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. Curitiba, PR: Grafipar, 1969. V.1

BANDEIRA, Joaquim José Pinto. **Notícia da descoberta do Campo de Palmas**, Rev. Inst. Hist. e Geogr. Do Brasil. 3° série, n°4, 4° trimestre, Rio de Janeiro, 1851. p. 386).

BARROS, José D´Assunção. História, região e espacialidade. **Revista de História Regional**, s/l, v. 10, p. 95-129, 2005.

BARROS, José D'Assunção. **"Ranke: considerações sobre seu modelo historiográfico"**. Diálogos, v. 17, n. 3, 2013, 977-1004.

BARROS, Souza. **Cercas Sertanejas**. Ministério da Educação e Cultura. 1985.

BARROSO, Gustavo. **Terra de Sol: Natureza e Costumes do Norte.** Livraria São José, Rio de Janeiro, 5° ed., 1956.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2004.

Biblioteca Digital Luso-Brasileira. Disponível em <http://bdlb.bn.br/>, acesso em julho de 2019.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução: Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BORDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Tradução de Fernando Tomaz. Bertrand. Rio de Janeiro. 1989.

BORMANN, General J. B. **Dias Fratricidas: memorial da Revolução Federalista no Paraná.** 1 ed. Curitiba: Livraria Econômica Annibal Rocha e Ca, 1901.

BRUM, Cesar Karam. **O Gauchismo e as Escolas**: a diversidade cultural em questão. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 38, n. 2, p. 649-667, abr./jun. 2013

BLOCH, Marc. Apologia da História ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

BRASIL. **Obras do Barão do Rio Branco I**: questões de limites República Argentina. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

CAPALBO, C. 1979. Metodologia das ciências sociais: a fenomenologia de Alfred Schutz. Rio de Janeiro, Antares, 102 p.
CARDOSO, Ciro Flamarion. **Um historiador fala de teoria e metodologia, Ensaios**. Bauru, SP: Edusp, 2005.

Câmara dos Deputados. Legislação. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1176-29-marco-1939-349188-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 de novembro de 2019.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

FARIA, Oswaldo Lamartine de. **Ferro e Ribeiras do Rio Grande do Norte**. Fortaleza: Imprensa universitária da UFC, 1984.

FERREIRA, Aderaldo de Medeiros. **Tradições Ruralistas: marcas de gado, experiências, clima e outras histórias.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999.

FELDE, Alberto Zum. ***El gaucho*** (em espanhol). Disponível em: <http://www.rau.edu.uy/uruguay/cultura/gaucho.htm> Acesso em: 01 novembro de 2019.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **O conceito de região e sua discussão**. In: CASTRO, GOMES e CORRÊA(Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 46-76.

GOMBRICH, Ernst H. **A História da Arte.** Rio de Janeiro: LTC Editora S.A., 1999.

GUTIÉRREZ, Horacio. **Fazendas de gado no Paraná escravista.** 2004 p. 102-127.

GUTFREIND, I. 2006. O gaúcho e sua cultura. In: N. BOEIRA; T. GOLIN (coord.), História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo, Méritos, vol. 1, p. 241-254.

GUTIÉRREZ, Horacio. **Senhores e Escravos no Paraná, 1800-1830**. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, Mimeo, 1986.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Dicionário Aurélio**. Ed. Positivo. 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (Organizador). **Leopold Von Ranke: história.** S. Paulo, Ática, 1979.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Manual Técnico da Vegetação Brasileira.** 2ªed revisada e ampliada. 2012. 271p.

KÜGER, Nivaldo. **Palmas – Paisagem e Memória**: Palmas, Costábile Romano Ltda, 2002.

LAGO, Lourdes Stefanello. **Origem e Evolução da População de Palmas 1840-1899**. Florianópolis. 1987.

LITTLE, Paul. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Brasília: Anuário Antropológico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

MACIEL, Maria Eunice. **Bailões, é disto que o povo gosta**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre/UFRGS, 1984

MACHADO, José Lucio da Silva. **O Sertão e o Cativo: Escravidão e Pastoreio: Os Campos de Palmas – Paraná 1859-1888.** Porto Alegre: FCM Editora, 2015.

MACHADO, Brasil Pinheiro. **Sinopse da História regional do Paraná (a ser publicado pelo Instituto, por ocasião do centenário da Província, em 1953).** Curitiba: Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1951, p. 6.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **O sertão de Palmas: fronteira agro-pastoril e conflitos sociais.** In: I Congresso Latino Americano de História Económica, 2007, Montevideo. Anales del Primer Congreso Latino Americano de História Economica. Montevideo: International Economic History Association - Universidad de la Republica, 2007. v. 1. p. 53-68

MAIA, Virgílio. **Rudes Brasões: ferro e fogo das marcas avoengas** – 2.ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.

MAESTRI, Mario**. A Ocupação do Território (Da luta pelo território à instalação da economia pastoril-charqueadora escravista).** Passo Fundo-RS: Ed. UPF, 2006.

MAESTRI FILHO, Mário José. **O escravo gaúcho: Resistência e trabalho**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1984.

MEIRELLES, Helly Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro.** Pagina 617 e 618. 39º edição. Editora Malheiros. São Paulo, 2012.

MESOMERCOSUL. **Mesorregião.** Disponível em <www.mesomercosul.org.br.> Acesso em julho de 2019.

Ministério da Integração Nacional. Disponível em < http://mi.gov.br/ministerio>, acesso em julho de 2019.

MONTET, Pierre. **O Egito no Tempo de Ramsés.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MOREIRA, Igor. **O espaço rio-grandense**. São Paulo: João Guizzo Editor, 1999

NASCIMENTO, Domingos. **Pela fronteira**. Curitiba, Tip. Da República, 1903.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello, org. **Posturas municipais do Paraná, 1829 a 1895.** – Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003, 199p

PESAVENO, Sandra Jatahy. **A revolução federalista**. São Paulo, ed. Brasiliense, 1983, p. 8.

PORTO, Maria Emília Monteiro. **Cultura Histórica pós anos 70: entre dois paradigmas**. In: CURY, Cláudia Engler; FLORES, Elio Chaves; CORDEIRO JR, Raimundo

Barroso. Cultura histórica e historiografia: legados e contribuições do século 20, João Pessoa, editora universitária/UFPB, 2010. p. 131-146.

PUGLIESE, Roberto J.; **Direito das Coisas.** Pagina 626. 1ºed.Ed. Universitária de Direito.2005

PREFEITURA DE PALMAS. **História.** Disponível em < http://pmp.pr.gov.br/>. Acesso em julho de 2019.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática. 1993.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales: a inovação em história**. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RIO BRANCO, barão. Exposição que os Estados Unidos do Brasil apresentam aos presidentes dos Estados Unidos da América como arbitro segundo as estipulações do Tratado de 7 de setembro de 1889, concluído entre o Brasil e Republica Argentina. New York, The Knickerbocker Press, 1894, vol. II).

SAINT- HILAIRE, Auguste de. **Viagem pela comarca de Curitiba: 1779- 1853.** Curitiba, Fundação Cultural, 1995. 182p.

SAINT-HILAIRE, **Auguste de. Viagem ao Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Editora ERUS, 1987.

SANTOS, Milton. **O território e o saber local: algumas categorias de análise**. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, v. XII, n. 2, p. 15-26, 1999

SANTOS, M. **O trabalho do geógrafo no 3º mundo**. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1986. Tradução: Sandra Lencine.

SILVA, José Cleto de. **Acordo Paraná-Santa Catarina ou o Contestado diante das carabinas**. Curitiba, Pap. Globo, 1920.). (p.106).

SOBREIRA, Paulo Henrique Azevedo. **Cosmografia Geográfica: A Astronomia no Ensino de Geografia.** Tese de doutorado apresentada a FFLCH-USP, São Paulo, 2006. 239p.

SOCHODOLAK, Hélio. **HISTÓRIA, REGIÕES E NARRATIVA TRÁGICA.** In: NETO, J. M. A.; KLANOVICZ, J.; SOCHODOLAK, H. (Org.). Regiões, Imigrações, Identidades. 1. ed. Irati: UNICENTRO, 2010. p. 13 – 20.

SOUZA, Bernardino José. **Ciclo do carro de bois no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

SOUZA, Fredericindo Marés. **Eles não acreditavam na morte**. Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense – Estante Paranista – 8. Curitiba, 1978.

SUASSUNA, Ariano. **Ferros do Cariri: uma heráldica sertaneja**. Recife: Editora Guariba, 1974

THOME, Nilson. **São João Maria na história do Contestado**. 2 ed. Caçador: Edição do autor, 2009.

THOMPSON, J.B. 1998. A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia. 8ª ed., Petrópolis, Vozes, 261 p.

WEBER, Eliana. **Políticas públicas de fortalecimento cultural do tradicionalismo gaúcho frente à fragmentação do sujeito na globalização.** Santa Cruz do Sul,2010. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2010.

WACHOWICZ, Rui Christovam. **Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização**. 2° ed., Curitiba: Ed. Vicentina, 1987

WITTE, Gerson. **Os caboclos dos Campos de Palmas e sua representação na Guerra do Contestado**. Francisco Beltrão, 2017. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2017.

(X) Autorizo a divulgação integral deste trabalho no banco de dados do PPGH/UNICENTRO.

( ) Autorizo apenas a divulgação do resumo e do *abstract* no banco de dados do PPGH/UNCENTRO.

Irati(PR), 17 de março de 2022.

Fabiana Mathias Roncatto.

Fabiana Mathias Roncatto